

Cultura e educação latino-americanas em contextos fronteiriços

Júlio César Suzuki

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Benedito Dielcio Moreira

**Denise Rosana Silva Moraes
(organizadores)**



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROLAM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO DE AMÉRICA LATINA

Série: Fronteiras Interdisciplinares

ISBN: 978-85-7506-527-3

DOI: 10.11606/9788575065273

JÚLIO CÉSAR SUZUKI

RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO

BENEDITO DIELCIO MOREIRA

DENISE ROSANA SILVA MORAES

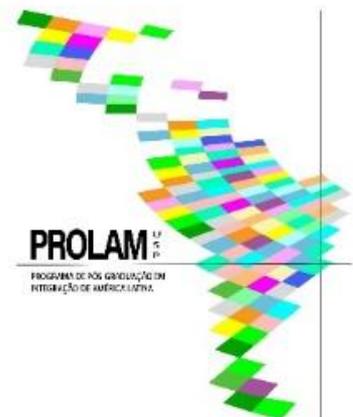
(ORGANIZADORES)

**Cultura e educação
latino-americanas
em contextos fronteiriços**

Série: Fronteiras interdisciplinares

 **fflch**
FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FFLCH-USP
PROLAM-USP
2025



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitor: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH

Diretor: Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul

Vice-diretora: Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

Vice-presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Profa. Dra. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Profa. Dra. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Profa. Dra. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Profa. Dra. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Profa. Dra. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

C968 Cultura e educação latino-americanas em contextos fronteiriços [recurso eletrônico] / Organizadores: : Júlio César Suzuki ... [et.al.]. -- São Paulo: FFLCH/USP: PROLAM/USP, 2025.
1.320 Kb ; PDF. --(Série *Fronteiras interdisciplinares*)

Vários autores.

ISBN: 978-85-7506-527-3
DOI 10.11606/9788575065273

1. América Latina. 2.Território. 3. Cultura. 4. Educação – desafios e perspectivas. 5. Desenvolvimento latino-americano. I. Suzuki, Júlio César, coord. II. Castro, Rita de Cássia Marques Lima de, coord. III. Moreira, Benedito Dielcio, coord. IV. Moraes, Denise Rosana Silva, coord. V. Série.

CDD 370



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada

Capa e editoração: Rita Lima de Castro

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

SUMÁRIO

Construção socioespacial humana e distintos olhares sobre a cultura e a educação latino-americanas7

Júlio César Suzuki

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Benedito Dielcio Moreira

Denise Rosana Silva Moraes

Capítulo 1

Devir das fronteiras geracionais13

Antônio Luiz do Nascimento

Alexandre Torrezam

Ariana Carla Figueira da Silva

Benedito Dielcio Moreira

Capítulo 2

Superando as fronteiras disciplinares: um olhar para a interdisciplinaridade.....38

Ana Carolina Neumann Barbiero

Enaide Severo de Araujo

Oswaldo Vaz Furtado

Valdir Gregory

Capítulo 3

Fronteiras interdisciplinares e educação: não se promove transformação com reforma apenas com revolução63

Eduardo Augusto Carreiro

Laura Marisa Carnielo Calejon

Capítulo 4

Evasão acadêmica na pós-graduação: uma revisão bibliográfica de análise dos fatores críticos 84

Wesley Sampaio da Silva

Júlio César Suzuki

Miranilde Oliveira Neves

Capítulo 5

Fronteiras linguísticas: reflexões sobre o atendimento aos surdos na Casa do Migrante em Foz do Iguaçu-PR 118

Michele Siu Mui Yu Fernandes

Sulamita Oliveira Simões

Capítulo 6

Partidos políticos e a cultura do machismo: o caso STF 145

Julia G. N. Munhoz

Pedro Pinto de Oliveira

Sobre os Organizadores 163

Sobre os Autores 166

Construção socioespacial humana e distintos olhares sobre a cultura e a educação latino-americanas

Este *e-book* é fruto de uma parceria entre pesquisadoras e pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), e compõe uma série intitulada Fronteiras Interdisciplinares. A temática deste livro está retratada no imaginário latino-americano, focando em análises sobre representações artísticas que vão além das raias desse imaginário, análises estas que possibilitam importantes reflexões sobre respeito, igualdade, equidade, pertencimento, identidade, democracia, inclusão. Para ter um panorama desse imaginário repleto de olhares interdisciplinares, sigamos alguns aportes ilustrativos do que este *e-book* comporta:

No capítulo 1, intitulado *Devir das fronteiras geracionais*, de autoria de Antônio Luiz do Nascimento, Alexandre Torrezam, Ariana Carla Figueira da Silva e Benedito Dielcio Moreira, temos a oportunidade de refletir sobre fronteiras geracionais considerando o espaço cibernético, em um contexto urbano tecnoindustrial que, como comentam os autores, atua na definição e na redefinição de contemporaneidades que envolvem aspectos sociais e econômicos como: etnicidade, classe

social, lazer, violência, corpo, gênero, dentre outros. Pensar nessa temática interdisciplinar e dinâmica por natureza, na qual a transformação é a tônica, nos leva a uma análise rica, complexa, intergeracional e muito oportuna, se levarmos em conta os desafios da sociedade do século XXI.

Chegando ao capítulo 2, *Superando as fronteiras disciplinares*: um olhar para a interdisciplinaridade, de autoria de Ana Carolina Neumann Barbiero, Enaide Severo de Araujo, Osvaldo Vaz Furtado e Valdir Gregory, encontramos um trabalho de pesquisa que também aborda a interdisciplinaridade, focando na temática da organização educacional tradicional. Podemos refletir sobre a importância da interdisciplinaridade na formação integral de estudantes e para o enfrentamento dos complexos desafios que caracterizam a sociedade do século XXI, que demanda soluções inovadoras mediante a integração de diferentes disciplinas.

O capítulo 3, com o título *Fronteiras interdisciplinares e educação*: não se promove transformação com reforma apenas com revolução, de autoria de Eduardo Augusto Carreiro e Laura Marisa Carnielo Calejon, nos brinda com outra abordagem sobre interdisciplinaridade e desenvolvimento humano, destacando sua contribuição crítica ao tema, tendo como base teórica o enfoque histórico-cultural, de origem materialista e dialético. A pesquisa nos remete à discussão sobre como criar condições de transformação do ser humano, por meio da educação como instrumento de mediação, visando ao alcance pleno aos bens

materiais e culturais produzidos historicamente pela sociedade, No dizer dos autores, sua proposição compreende as fronteiras como um elemento de aproximação do sujeito humano, não como ampliação do distanciamento entre as pessoas.

Evasão acadêmica na pós-graduação: uma revisão bibliográfica de análise dos fatores críticos é o título do capítulo 4, de autoria de Wesley Sampaio da Silva, Júlio César Suzuki e Miranilde Oliveira Neves. A pesquisa aborda uma questão desafiadora não somente no Brasil, mas em todas as regiões do planeta: a evasão na pós-graduação. Os autores reforçam a relevância do estudo da temática, visto que um pesquisador evadido implica uma redução na formação de profissionais qualificados, além de afetar a sustentabilidade e a reputação das instituições de ensino superior. Com a leitura do trabalho, podemos refletir sobre políticas públicas e institucionais que mitiguem os diversos fatores de risco como desajustes sociais, necessidades econômicas, falta de acolhimento e suporte, dentre outros.

O capítulo 5, *intitulado Fronteiras linguísticas: reflexões sobre o atendimento aos surdos na Casa do Migrante em Foz do Iguaçu-PR*, de autoria de Michele Siu Mui Yu Fernandes e Sulamita Oliveira Simões, nos possibilita analisar questões que abarcam a comunicação das pessoas na sociedade. Com a abordagem do que ocorre na fronteira terrestre brasileira, território que traz línguas indígenas, espanhol, inglês, francês, holandês e português, além da língua de sinais, as autoras

discutem acerca da barreira que ocorre pela ausência de intérpretes em instituições públicas e privadas e expõem a luta do movimento surdo no Brasil. Para tanto, focam na análise dos atendimentos a migrantes surdos realizados em 2023 pela Casa do Migrante, localizada em Foz do Iguaçu-Paraná, e analisam se esses atendimentos representam uma barreira à língua e, por conseguinte, à comunicação entre esse público e outras pessoas da sociedade.

Concluindo com o capítulo 6, *Partidos políticos e a cultura do machismo*: o caso STF, de autoria de Julia G. N. Munhoz e Pedro Pinto de Oliveira, encontramos uma rica discussão acerca do sistema partidário brasileiro, sua fragmentação e as fragilidades no tocante à ausência de representatividade para minorias como negros, indígenas, mulheres e outros. Essa ausência de representação reforça desigualdades históricas no Brasil, como as de gênero e de etnia. Ao pensarmos nas decisões políticas permeadas de imperativos ideológicos e partidários, como destacam os autores, podemos compreender o quão danoso é essa ausência de representação na construção das leis para a sociedade brasileira funcionar de maneira mais harmônica e igualitária. A leitura do capítulo nos evoca, portanto, a necessidade de uma discussão acerca de representatividade no Superior Tribunal Federal para que valores tão preconizados como justiça social, diversidade, equidade possam se tornar mais reais no dia a dia das pessoas que compõem a sociedade brasileira.

Considerando o conjunto de temas aqui apresentados, podemos constatar que os problemas apresentados não se limitam a questões brasileiras; tratamos de oportunas discussões que envolvem as sociedades latino-americanas, caribenhas e de outras regiões do mundo. Afinal, discutimos cultura e educação, temas universais e relevantes para o desenvolvimento de sociedades mais equânimes, inclusivas, respeitadas para com os semelhantes e para com a natureza que as cerca. Podemos afirmar, portanto, que são diversas temáticas as quais, em seu conjunto, nos permitem analisar, com distintos olhares, como ocorre a construção socioespacial humana, com todos os seus desafios e complexidades.

Boa leitura!

Júlio César Suzuki¹Rita de Cássia Marques Lima de Castro²Benedito Dielcio Moreira³Denise Rosana Silva Moraes⁴

¹ Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo, mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. jcsuzuki@usp.br ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>

² Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina - PROLAM/USP. Mestre em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Jornalista, formada pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero. Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Senac SP. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Senac SP. Pós-doutorados: 1) FEA-USP, Departamento de Administração (2015-2017). 2) FEA-USP, Departamento de Economia (2019-2022). Na USP: Professora e orientadora de Mestrado e Doutorado - Prolam-USP, desde jan.2021. Pesquisadora no CORS - Center for Organization Studies e no NESPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Internacional, Estudos Internacionais e Políticas Comparadas, ambos da FEA-USP. Pesquisadora no GP--CNPq Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina, do Instituto de Psicologia-USP e no CRIACOMC (ECA-USP); Pesquisadora na Cátedra José Bonifácio - IR-USP. Presidente adjunta para o Brasil e Chefe de Relações Internacionais do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica. Professora de Ensino Superior desde 2004. Avaliadora ad hoc de cursos - Basis – INEP-MEC. Avaliadora de premiações na área pública. Na Área Acadêmica, desde 1998 desenvolve projetos de Credenciamento Internacional, Auto Avaliação Institucional, Implantação de Sistemas Educacionais, Assessoria Acadêmica - Apoio à Pesquisa. ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

³ Pesquisador Associado, professor do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Ciências da Comunicação (USP) e Doutor em Educação pela Universität Siegen, Alemanha. É líder do Grupo de pesquisa Multimundos (Multimundos.org). Temas de interesse: ensaios audiovisuais, cultura científica e educomunicação. E-mail: dielcio.moreira@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9947-5353>

⁴ Doutora pela Universidade Estadual de Maringá -UEM (2013). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE- campus de Foz do Iguaçu/PR. (2014-2018). Atualmente é professora Sênior do Programa. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas de Avaliação, Mídias e Formação de Professores (PAMFOR) cadastrado no CNPq. Pesquisa Mídia e Formação de Professores e Professoras. Universidade e Escola. E-mail denisepedagoga@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2991-0214>.

Capítulo 1

Devir das fronteiras geracionais

Antônio Luiz do Nascimento ⁵

Alexandre Torrezam ⁶

Ariana Carla Figueira da Silva ⁷

Benedito Dielcio Moreira ⁸

INTRODUÇÃO

Por mais paradoxal que possa parecer à primeira vista, falar sobre juventude implica, necessariamente, voltar nossos olhares aos pais, avós e, até mesmo, bisavós. Ou seja, não é

⁵ Graduado no Curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (1991), mestrado em Educação Pública pelo PPGE-Edu/IE-UFMT (1998), qualificado (tese não deferida), pelo doutorado Fundamentos da Educação do PPGE-Ed/UFSCar (2007). Atualmente, cursa doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea - PPGECCO/FCA-UFMT (2023) e professor assistente no Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação DTFE/IE-UFMT.

⁶ Mestre em comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, Bacharel em Ciência da Computação pela Escola de Engenharia de Piracicaba - EEP, Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (PPGECCO) na Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso e Professor IFMT Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva.

⁷ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, Tecnóloga em Teatro pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT e Bacharela em Administração pela Faculdade de Tecnologia e Ciências do Alto Paranaíba - FATAP, Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (PPGECCO) na Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso e Assessora Educacional na Secretaria de Educação do município de Várzea Grande.

⁸ Pesquisador Associado, professor do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Ciências da Comunicação (USP) e Doutor em Educação pela Universität Siegen, Alemanha. É líder do Grupo de pesquisa Multimundos (Multimundos.org). Temas de interesse: ensaios audiovisuais, cultura científica e educomunicação. E-mail: dielcio.moreira@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9947-5353>

possível referenciar uma determinada geração no presente sem apreender passados próximos e ou distantes. Até porque, em cada um desses momentos há, em âmagos, jovens e juventudes pretéritas.

Pierre Bourdieu (1983) afirmou que a juventude seria apenas uma palavra, assim sendo: “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” (1983). Esse entendimento *per se* faz com que a noção de juventude seja de fato uma mera palavra. Entretanto, ela só faria sentido na contraposição com algo ou alguém que fosse mais velho, portanto, diria muito pouco.

Todavia, a noção de juventude não é uma mera palavra quando conceituada no entrelaço da infraestrutura com as superestruturas sociais. Mas, no emaranhado de contradições e das tensões socioculturais, sua concretude revela-se no entendimento do devir social na qual associa-se à ideia de que tudo está em constante transformação, e as coisas não têm uma existência estática, mas estão em um estado contínuo de vir a ser. Como foi em outrora compreendida pelo Pré-Socrático Heráclito de Éfeso, "tudo flui" e que a mudança é uma característica fundamental da realidade.

Numa abordagem “desgarrada” dos meandros do pensamento filosófico clássico, o poeta Manoel de Barros expressou a passagem do vir-a-ser numa conexão mais profunda entre a natureza e a experiência humana. Nesse

sentido, delineou em sua linguagem poética e reflexiva que: “Melhor jeito que achei pra me conhecer foi fazendo o contrário. Sou muito preparado de conflitos. [...] O meu amanhecer vai ser noite”.

Para além da dinâmica abstrata de um “tudo flui”, no sentido de uma dinâmica heraclitiana abstrata, delimitamos nossa abordagem às fronteiras geracionais desenhadas no espaço cibernético, considerando sua notória singularidade às novas ontologias do ser jovem no contexto urbano, tecnoindustrial que define e redefine contemporaneidades que cruzam e entrecruzam: etnicidade, corpo, gênero, classe social, lazer, violência e outros.

Nesta miríade temática que se associam em múltiplas dimensões as novas tecnologias da comunicação e informação marca e demarca as fronteiras geracionais situadas, sobretudo, em enclaves ciberculturais e midiáticos que entrelaçam, direta e ou indiretamente, os processos técnicos e científicos que produzem as tecnologias baseadas em *hardwares* e *softwares*. Não obstante, a fronteira geracional, enquanto conceito analítico, é instrumental para a compreensão das mudanças tecnológicas; evoluções e diversidades culturais; e, problemáticas e desafios sociais que cada geração enfrenta. Essa compreensão pode ser útil para promover a inclusão e a cooperação intergeracional em diversos contextos.

Na “Teoria das Gerações”, popularmente conhecida a partir do trabalho de William Strauss e Neil Howe (1991), fundamenta-se a ideia de que os indivíduos apresentam comportamentos similares em função do período em que nasceram, nas quais eles são marcados por acontecimentos significativos na história e na economia de um país, região ou mesmo do mundo. Foi, portanto, a partir desses estudos que surgiram em literatura midiática aquilo que se denomina hoje como as Gerações X, Y, Z e Alfa, considerando-se como os grupos atualmente em destaque, formados por nascidos entre meados da década de 1960 até a atualidade.

A teoria de Strauss e Howe é discutida principalmente no contexto da cultura americana, mas também foi aplicada a outras sociedades. Embora alguns críticos questionem a validade de suas previsões, a obra deles gerou discussões significativas sobre os padrões históricos e as influências geracionais.

Como derivantes de estudos diversos buscam delinear marcos fronteiriços entre as gerações, atualmente é quase senso comum o estabelecimento de quatro as gerações que trabalham e convivem simultaneamente: os chamados Baby Boomers (os nascidos entre 1945 e 1965), a geração X (os nascidos entre meados da década de 1960 até final dos anos 1970), a geração Y (os nascidos na década de 1980 até meados dos anos 1990), a geração Z (os nascidos a partir da década de 1990 até os anos 2000) e a geração Alfa (os nascidos a partir

da década de 2000) . A rigor, o termo geração, encontra-se designado pelo espaço de tempo entre o nascimento dos pais e o nascimento dos filhos (até algum tempo atrás, algo em torno de 20 anos). Todavia, hoje, em função das mudanças comportamentais, como pais terem filhos cada vez mais tarde, o termo geração refere-se ao grupo de pessoas nascidas e criadas em um período específico do tempo.

Dimock (2023) critica, de forma contundente, a validade da classificação das gerações apoiando-se nos argumentos que ressaltam a imprecisão dos recortes geracionais, a falta de unidade por parte de estudiosos numa definição clara a respeito do tema, uma forte tendência estereotípica e de viés de classe na classificação geracional. Contudo, o autor conclui que apesar de todas as precauções que expõe no seu texto para interpretação destas classificações, o pensamento geracional contribui para compreender as mudanças na sociedade através do tempo, dessa forma, o autor sugere que pensemos em termos como Geração Z, Millennial, Geração X e Baby Boomer como pontos de referência gerais em vez de fatos científicos.

Não obstante as implicações conceituais envolvidas especialmente em debates que questionam as generalizações e as superficialidades conceituais imbricadas no tema geracional, entendemos que há um esforço coletivo para se compreender os “elos geracionais” que unem e

separam etapas de desenvolvimentos da sociedade. Assim, nos parece ser mais significativo focar na concretude de relações sociais nascidas em cada geração historicamente referenciada.

Nessa perspectiva, os desdobramentos dos avanços científicos e tecnológicos do século XX não tem igual em qualquer que seja o campo de investigação, especialmente, aqueles que são mais impulsionados pelas engenharias computacionais.

Talvez o que seja mais relevante nesse momento é destacar que a ciência da informação tem, desde sua gênese, uma natureza interdisciplinar. Uma interdisciplinaridade que é dinâmica, que se faz no processo de relações que se estabelecem dinamicamente com outros e novos campos. Ela já nasce no contexto de mudança social, tecnológica e de transformação do próprio estatuto epistemológico das ciências em seu conjunto. É um campo que lida fundamentalmente com o fluxo, que busca e constrói seu estatuto científico no fazer e no (inter)agir.

Essa ponderação é importante para colocarmos em tela o debate deste artigo, pois no “Devir das Fronteira Geracionais” ocorre fundamentalmente em contextos históricos sociais nos quais a “jovem ciência da computação” alicerça-se, e, de formas e maneiras diversas reformula estatutos epistemológicos de todas as áreas do saber,

inclusive daquelas que até então pareciam incólumes os seus efeitos imediatos, como a psicologia e a semânticas.

De fato, a partir da “quarta geração de computadores” (1970 até hoje), desencadeou-se em ritmo contínuo uma vasta gama de aperfeiçoamentos das tecnologias, proporcionando assim otimização da máquina para os problemas do usuário, maior grau de miniaturização, confiabilidade e velocidade maior, já da ordem de nanosegundos (bilionésima parte do segundo).

Na medida em que se aceleravam os avanços tecnológicos, o cotidiano das pessoas se transformava radicalmente nas mais diversas áreas. O advento do PC teve e tem um impacto transformador na sociedade, influenciando a forma como as pessoas trabalham, se comunicam e acessam informações. O desenvolvimento contínuo da tecnologia de computadores pessoais também foi crucial para o surgimento da Internet e a rápida evolução da era digital.

Porém, a miniaturização dos componentes, a computação móvel, que trata de dispositivos portáteis - que têm a capacidade de realizar tarefas computacionais de forma individual ou em rede, permitindo que seus usuários os utilizem enquanto se movem de forma livre, como os smartphones - e o conceito de computação ubíqua - que trata da presença direta e constante da informática e tecnologia na vida das pessoas - paulatinamente,

provocaram uma cisão em toda uma geração de maneira irreversível, considerando que, à ubiquidade para ser conquistada, prescinde da invisibilidade da tecnologia, ou seja, o uso tecnológico é feito de forma a não ser percebido pelo seu usuário dado seu imbricamento no cotidiano das pessoas. E isso se mostra ser mais familiar às gerações mais jovens de usuários.

Contudo, há uma abordagem complexa na relação entre as diferentes gerações e a noção de juventude, destacando que entender a juventude no contexto das mudanças sociais e culturais é fundamental para uma análise abrangente e das dinâmicas intergeracionais situadas nos processos de mudanças sociais e culturais que influenciam experiências, perspectivas e comportamentos sociais. Para tanto, considera que a relação entre as gerações digitais e analógicas é complexa e com múltiplas determinações no curso da história, influenciada por uma série de fatores sociais, culturais e tecnológicos. Enfatiza-se ainda que, não obstante as gerações mais jovens encontram-se, cognitivamente, imersas nas telemáticas e cibernéticas, nada impede o intercâmbio entre as gerações. Assim, a relação da nova geração digital com as gerações analógicas é caracterizada por uma interseção de experiências, valores e habilidades, que podem gerar tanto desafios quanto oportunidades de enriquecimento mútuo.

ANALÓGICOS E DIGITAIS: MARCOS FRONTEIRIÇOS DAS GERAÇÕES CONTEMPORÂNEAS?

A transição entre as tecnologias analógicas e digitais são marcos significativos para as gerações contemporâneas, não tão-somente por meio dos apetrechos e sistemas eletrônicos, mas mais pela transmutação de um “mundo de coisas materiais em constituição de ser humano cognoscente, tendo em vista a cibernética possui alcance direto à Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), bem ao conceito elaborado por Lev Vygotsky no qual demonstrar como interações sociais se encontram envolvidas em problemas e ou situações que remetam à confrontação de pontos de vista diferenciados.

A definição de uma primeira geração digital “nativa” sentencia, inevitavelmente, as anteriores como pertencentes ao que chamaremos de geração analógica, bem como, a relega à um tempo pretérito que não coaduna com a velocidade da contemporaneidade.

O jornalista canadense Michael Harris. Autor do livro “O Fim da Ausência”, lançado em 2014, Harris fala sobre a última geração “bilíngue” como aquela que ainda é capaz de traduzir o mundo analógico para o digital, e vice-versa, e, como essa será a última geração a conhecer o que chamamos de “não fazer nada”. Para esse autor, qualquer pessoa que tenha nascido antes de 1985 faz parte da última

leva de seres humanos que sabem o que é a vida sem Internet.

Para Harris, os indivíduos que conhecem o mundo analógico têm uma habilidade única, a saber: a capacidade de notar como a introdução da tecnologia no mundo mudou a maneira como as pessoas se relacionam. Esse fator deve ser ressaltado pois é através dele que detectamos a contradição da proclamada inaptidão desses indivíduos nos tempos digitais e o sobrepuja, haja visto que nos contextos requeridos, estes se adaptam, atualizam e performam atividades e relacionamentos de forma a continuar se mantendo num relevante papel social, econômico e político.

A chamada Geração Z, por sua vez, possui características que a diferencia não só de sua antecessora, mas rompe com um padrão de concepção de relações sociais, profissionais e afetivas que vigoravam nas anteriores.

Tratando das contribuições da geração digital, mais especificamente da denominada geração Z, Caetano (2021) traz uma contribuição à discussão sob a perspectiva de compreender esses indivíduos vislumbrando absorver seus aspectos positivos com exposto em seu texto que afirma que

No mercado de trabalho, as empresas precisam aprender cada vez mais com a Geração Z. Eles tendem a ser menos burocráticos, menos resistentes às mudanças, mais ágeis e mais colaborativos, além de tudo, claro, mais tecnológicos. Ouvi-los pode ajudar a implementar novas possibilidades de culturas inovadoras dentro das organizações. Afinal, a evolução tecnológica e a

transformação digital são caminhos sem volta (ainda bem!) e nada melhor do que aprendermos essas mudanças com os Zs no mercado de trabalho hoje, pois, daqui a pouco chega uma nova geração para ocupar posições importantes: a Geração Alpha, a geração das telas. A melhor forma de lidarmos com os Zs e aguardar os Alphas é escutá-los, além de ter sempre em mente que, por mais que não sejamos todos nativos digitais, devemos nos esforçar sempre para ser imigrantes eficientes, curiosos e aprendizes constantes. (CAETANO, 2021)

Vejamos, na sequência, a relação dessa geração com os meios tecnológicos e o convívio social.

AVÓS, PAIS, FILHOS, PETS & ROBOTS - "JUNTOS E MISTURADOS"

Nessa incursão tecnológica que os indivíduos analógicos atravessam, e o fazem de forma bastante particular, com suas características de enfrentamento, adaptação e modernização, nasce um distanciamento oriundo da distinção entre a forma da vivência infantil e adolescente que viveram e a que está posta nas gerações digitais.

Não se trata aqui de encontrar o meio correto nem de concluir que algo não está funcionando de uma forma que conhecemos e por isso devemos ter cuidado. Espera-se principalmente lançar luz a alguns aspectos da vivência da geração digital que nos permita compreender suas concepções de vida, principalmente no que diz respeito a relações.

Caetano (2021) em sua reportagem sobre a mudança de comportamento das gerações, e dissertando sobre a geração Z, apresenta um relatório de 2017 que constatou que

essa geração passa em média 4h17 por dia na internet no celular e instala cerca de 9 aplicativos por mês em seus smartphones. Um relatório divulgado este ano pela companhia de análise de mercado mobile App Annie mostrou que os aplicativos mais baixados por eles, no quesito social, foram o TikTok, Snapchat e o Twitch. Mas não é somente para o entretenimento que essa geração tem utilizado as aplicações mobile, os apps de delivery de comida como o Ifood, Uber Eats, 99 Food e outros, fazem parte do dia a dia deles. (CAETANO, 2021, s/p.)

Já de acordo com Anderson, Faverio, Gottfried (2023), numa pesquisa realizada entre 26 de setembro a 23 de outubro de 2023 com 1453 adolescentes com idades entre 13 e 17 anos, 1 (um) em cada 5 (cinco) adolescentes afirmaram que “ficam” no Youtube, TikTok, Snapchat, Instagram e Facebook “quase constantemente”.

Ainda segundo as autoras, assumindo o conjunto da pesquisa, um terço dos adolescentes entrevistados afirmaram utilizar pelo menos um destes cinco sites elencados quase que constantemente e esse dado é semelhante ao apurado pelas mesmas pesquisadoras no ano de 2022.

Outro dado para ressaltarmos no contexto desse artigo, é o que a pesquisa de Anderson, Faverio, Gottfried (2023) nos traz a respeito do tempo que os adolescentes passam online.

Segundo o resultado obtido, quase metade dos adolescentes afirmam que usam a Internet “quase constantemente”, e esse dado mostra que dobrou o número de adolescentes que fizeram a mesma afirmação na pesquisa de 2014-2015 (24% na ocasião).

Com isso posto, é possível inferir que os adolescentes estão tornando o ambiente conectado como uma extensão da sua vida cotidiana. Isso se reflete nos seus hábitos de consumo, trabalho e relacionamento, nos seus anseios frente ao seu futuro (e do planeta) e sua perspectiva de sociedade global que, neste contexto, é muito mais relevante já que este ambiente não possui fronteiras político-geográficas, exceto a que eles mesmos criam.

Caetano (2021) afirma que

devemos lembrar também o quanto os Zs utilizam os apps de economia compartilhada, no que diz respeito à mobilidade urbana. [...] Com auxílio das plataformas online, os aplicativos de mobilidade compartilhada passaram a fazer parte da vida dessa geração: carros, bicicletas e patinetes pertencem à rotina dessas pessoas. (CAETANO, 2021, s/p.)

Dessa forma, abre-se uma lacuna entre o que o ser analógico vê do seu mundo físico e sente do mundo virtual, e o que o ser digital vê e sente no seu mundo físico-virtual-físico. Vemos nisso uma nova relação social estabelecida e mantida pela geração digital, que sobremaneira sobrepõe de forma amalgamada à estabelecida quando nos referimos ao mundo fora dos aparatos digitais. Os recursos e plataformas

online permite a estes indivíduos expandirem seu círculo social de maneira infinita e quando o fazem dentro do seu convívio familiar, social e laboral, expandem também tais contextos de vivência.

Um dos contrapontos à essa nova abordagem é exposto por Turbiani (2022), dissertando sobre a geração digital, afirmando que para estes indivíduos

se destacar e ser único se tornou o novo imperativo. Não à toa, desde cedo as pessoas aprendem que devem ser líderes e não liderados, influenciadores e não influenciados. O problema é que isso torna mais difícil a união e participação em um grupo. Afinal, quando são priorizadas apenas as próprias necessidades e ambições individuais, é natural haver uma desconexão social. (TURBIANI, 2022)

Em potência, tal processo parece melhorar o que estava disposto de forma física ou “offline”, contudo, a pandemia nos mostrou que tais incursões amalgamadas ainda não são suficientes para suprir de forma plena as necessidades de relações sociais fundamentais para o ser humano conhecido.

A pandemia é uma forma trágica da natureza de mostrar que somos todos iguais. Afinal, o vírus não escolhe o corpo que se instala pela roupa que a pessoa veste, a forma como se desloca, a cidade em que mora e o salário que recebe. A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Sua identificação se deu pela primeira vez na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019. Desde então, a doença se espalhou globalmente, levando a um

estado de pandemia mundial, declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020.

A política do “confinamento”, mais conhecido entre nós pelo termo inglês *lockdown*, como resposta à epidemia pelo novo coronavírus (março de 2020) criou condições históricas únicas para a compreensão das múltiplas relações socioculturais que amalgamou, compulsoriamente, gerações, PETs e apetrechos tecnológicos em um único espaço (lares) e por um tempo considerado. Nesse sentido, a pandemia se tornou um marco na história contemporânea, não apenas por ser uma violência radical na dinâmica do cotidiano, mas, por estabelecer uma confluência digital em todo o âmago do núcleo familiar.

Tal processo, no entanto, não ocorreu de forma pacífica e tranquila, pois o *Lockdown*, desde início foi marcado por controvérsias e com exacerbados debates e discussões sobre custo/benefício, a propriedade de sua adoção e por quanto tempo, sem se considerar aqui os desdobramentos de uma politização e polarização entre seus partidários e críticos, muito com base na ideologia de cada um dos lados.

Concomitantemente a essa situação, importa-nos circunscrever aqui que a pandemia intensificou o uso de tecnologias digitais no Brasil, passando de 71% dos domicílios com acesso à Internet em 2019 para 83% no ano passado, o que corresponde a 61,8 milhões de domicílios com algum tipo de conexão à rede. Esses dados são da Pesquisa sobre o

uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros (TIC Domicílios), em 2020 (cf. Agência Brasil, 2021). As TIC, em geral, promoveram transformações paradigmáticas que tiveram como eixo principal os avanços já em curso das temáticas, cibernéticas e de toda sorte de equipamentos computacionais que se mostraram táticos e estratégicos durante o enfrentamento ao vírus.

Dando um panorama coletivo às análises das interações com a tecnologia, Anderson, Rainie, Vogels (2021) trazem em seu texto outros aspectos relacionais quando expõem os anseios de diversos especialistas debatendo o futuro pós pandemia e mostram a visão resultante ampla e quase universal de que

a relação das pessoas com a tecnologia se aprofundará à medida que segmentos maiores da população passarem a confiar mais em conexões digitais para trabalho, educação, saúde, saúde e educação, transações comerciais diárias e interações sociais essenciais. Um número descreve isso como um mundo “tele-tudo” (ANDERSON; RAINIE; VOGELS, 2021, tradução nossa).

Ainda segundo as autoras, os entrevistados trazem como pontos em comum de preocupação: piora na desigualdade econômica, aumento do poder de grandes empresas de tecnologia, multiplicação da disseminação de desinformação, e, como pontos positivos que poderão resultar da experiência mundial: inauguração de novas reformas destinadas à justiça racial e equidade social,

melhoria da qualidade de vida de muitas famílias e trabalhadores e o aprimoramento tecnológico.

De fato, como as atividades laborais e de lazer tornaram-se limitadas e sob rigorosas e uniformes medidas preventivas, o espaço doméstico se converteu numa espécie de “trincheira de combate”; importante lócus para a estratégia de uma guerra epidemiológica. Portanto, foi nos limites domiciliares que: avós, pais, filhos, animais de estimação e as novas tecnologias se amalgamaram inexoravelmente.

É importante salientar que esse processo de “amalgamento de gerações”, não ocorre sem as suas contradições e ou conflitos abertos, até porque, confinamento em espaços restritos tem consequências psicológicas a se considerar. A evidência mais eloquente pode ser vista nos apontamentos indicados pela 14ª edição do Índice Global da Paz (2020), que, no momento em que grassava a pandemia, destacou as consequências e os efeitos das medidas de combate ao coronavírus que afetou a estabilidade dos países, deteriorando o estado da paz com a escalada de aumento de mais conflitos e revoltas sociais, conforme *The Institute for Economics & Peace Briefing Series - COVID-19 AND PEACE*, a saber:

A pandemia mudará os padrões de violência em todo o mundo. Embora tenha havido um declínio em alguns tipos de crime, mortes em combates e tumultos devido a medidas de confinamento, é provável que tenham aumentado outras áreas, como a violência doméstica, as automutilações e o suicídio. Houve relatos de um uso substancialmente maior de linhas de ajuda para suicídio e saúde mental como resultado da pandemia e do isolamento social. É demasiado cedo para dizer por quanto tempo estas novas tendências irão persistir, mas é provável que as taxas de criminalidade e os tumultos aumentem novamente quando o isolamento obrigatório for relaxado. (IEP, 2020, p.9, tradução nossa)

Algo até então inusitado e que impõe uma reflexão mais substantiva acerca das consequências e desdobramentos advindos do *combo* geracional, PETs & *ROBOTS*, enquanto metáforas de um momento da história no qual, tivemos que abrir *Windows* em telas de cristais para ver e ser visto no mundo.

Nessa nova realidade sociocultural o cientista político Roberto P. Guimarães (2022), em um pequeno artigo publicado no *Jornal da Unicamp*, colocou em título: O mundo pós-Covid, distopia ou solidariedade? Nele ponderou sobre os cenários extremos para a sobrevivência da vida no planeta, conforme o vivenciado nos distópicos isolamentos sociais e seus desdobramentos nefastos. Porém, o autor vislumbra que, em outro extremo, há um renascimento de uma sociedade pós-Covid, no otimismo de sua utopia, destaca ainda que nasce uma “economia do cuidado”, com “(...) amálgama ético para o respeito da dignidade humana e dos

membros menos favorecidos ou francamente marginalizados ou excluídos da sociedade. Representa, em suma, o império da justiça socioambiental, tanto sincronicamente como entre gerações.

Este olhar através da utopia, parece-nos ser mais apropriado à análise intergeracional, seja porque ela rompe com o caráter taciturno ou mesmo apocalíptico de marcos fronteiriços de uma geração digital, com outras gerações analógicas pretéritas. Assim, observamos que, no escopo de uma antiga celebração romana dedicada a *Terminus*, o Deus das fronteiras e limites, havia uma ideia mágica e transcendental no que, hoje, é não passa de um conceito por demasiado abstrato, que está relacionado com o fim de algo ou com o final de algo que começou em algum momento.

A rica mitologia romana com suas histórias e personagens, revela-nos como festividades como a *Terminalia* consagrava algo muito profundo, que envolviam rituais e sacrifícios realizados nos limites das propriedades para garantir a proteção divina das fronteiras. Portanto, esse antigo festejo pagão, refletia desejos e sentimentos que tangia tanto os planos físicos quanto simbólicos, para o estabelecimento de uma vida cotidiana harmoniosa.

Nesse sentido, talvez tenhamos que ritualizar mais e mais as nossas ideias atuais sobre marcos fronteiriços, e, assim, melhor situar o limiar daquilo que chamamos de fronteiras gerenciais no vasto terreno das ciências humanas

e sociais. Desta maneira buscar melhores definições nos enclaves de uma Era Digital ditada pelos algoritmos e pelas linguagens matemáticas na sintaxe de algo novo capaz de compreender a insustentável leveza do ser humano em devenir.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O desenvolvimento de uma abordagem conceitual daquilo que denominamos desse breve artigo teve como propósito refletir e abordar a temática da geração contemporânea no pressuposto que se trata de um assunto que se assenta no vasto campo dos saberes e, assim, ramificado em todas as direções. Ao mesmo tempo, a temática em tela expressa *per se* o que a filosofia conceitua como "devir", ou seja, algo central para a compreensão da mudança e da transformação. Nesse sentido, apreender este conceito é fundamental para adentrarmos nas complexas relações estabelecidas entre as diferentes gerações que se movimentam de forma e maneira singular nas últimas décadas.

Assim, refletir sobre plataformas tecnológicas-analógicas, em franco processo de obsolescência, em compasso com as bases tecnológicas-digitais que se tornaram a espinha dorsal da infraestrutura da sociedade atual revela um protagonismo juvenil de grande importância para rearranjos socioculturais.

No esteio das transformações superestruturais e os seus desdobramentos nos comportamentos de diferentes gerações é fato corrente que colisões e os atritos entre diferentes faixas etárias seja uma constante. Todavia, isso não se constitui, efetivamente, em um “conflito de geracional”, como o verificado no contexto contracultural dos anos de 1960, logo, partimos da hipótese de que, por mais paradoxal que possa parecer, a pandemia da COVID-19 compeliu as gerações a uma integração à fórceps, sobretudo, no auge dos isolamentos. Fato que trouxe à tona desafios e oportunidades que transformaram irremediavelmente processos de interação e a convivência entre elas. Neste contexto, evidenciou-se a importância de uma compreensão mais detalhada das mudanças sociais e culturais resultantes das assertivas medidas sanitárias e epidemiológicas adotadas na circunstância pois bem, isso tudo nos leva a crer que, desse parto doloso, nasceu um novo paradigma nas relações e interações entre as gerações nesse momento.

Para o desenvolvimento deste trabalho, optamos em fazer uma abordagem interdisciplinar, que se baseia em conceitos da filosofia, da literatura, da ciência da informação e da psicologia, entre outras áreas do conhecimento, pois acreditamos que a mobilização de saberes é fundamental para um procedimento de análise crítica e reflexão teórica sobre as implicações das mudanças sociais e culturais nas dinâmicas intergeracionais inseridas numa realidade

objetiva onde as novas tecnologias da comunicação e informação operam de forma e maneira inoxidáveis..

Portanto, à guisa de uma conclusão, temos consciência da necessidade de uma maior ampliação das abordagens que tratam como distintas gerações em mesmo período cronológico, bem como, àquelas de outros momentos histórico, considerando que vicissitudes e inúmeras variáveis socioculturais e antropológicas envolvidas. Até porque, os estudos acerca das gerações não ocorrem em conceito afixado num único campo de conhecimento e que carece de lapidação e expansão das suas análises a respeito de tais indivíduos. Percebemos ser válida a iniciativa de olhar para essas relações intergeracionais de modo a buscar as semelhanças entre as diferentes perspectivas de mundo que estão sendo produzidas, para que possamos revelar as influências que estão sofrendo e as referências que os jovens contemporâneos estão construindo para vislumbrar, em última instância, formas de interação que sejam profícuas e permitam a troca de experiências e a estruturação de relações familiares, sociais e profissionais que contribuam de alguma forma para a construção de conhecimentos mais aprofundados sobre o tema em estudo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Janna; RAINIE, Lee; VOGELS, Emily A. Experts Say the 'New Normal' in 2025 Will Be Far More Tech-Driven,

Presenting More Big Challenges. 18 de janeiro de 2021. *Pew Research Center*. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/internet/2021/02/18/experts-say-the-new-normal-in-2025-will-be-far-more-tech-driven-presenting-more-big-challenges/>>. Acesso em: 15 de dezembro 2023.

ANDERSON, Monica; FAVERIO, Michelle; GOTTFRIED, Jeffrey. Teens, Social Media and Technology 2023. 11 de dezembro de 2023. *Pew Research Center*. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/internet/2023/12/11/teens-social-media-and-technology-2023/>>. Acesso em 16 de dezembro de 2023.

BARROS, M. de. *Livro sobre nada*. 3. ed. Editora Record: Rio de Janeiro/São Paulo, 1996. Disponível em: <<https://cs.ufgd.edu.br/download/Livrosobrenada-manoel-de-barros.pdf>>. Acesso em: 26 de fev. 2020.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. *In: Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

CAETANO, Gustavo. A mudança no comportamento das gerações: tecnologia de A a Z. 16 de janeiro de 2021. *MIT Technology Review*. Disponível em: <<https://mittechreview.com.br/a-mudanca-no-comportamento-das-geracoes-tecnologia-de-a-a-z/>>. Acesso em: 16 dez 2023.

DIMOCK, Michael. *5 things to keep in mind when you hear about Gen Z, Millennials, Boomers and other generations*. 22 de maio de 2023. *Pew Research Center*. Disponível em:

<<https://www.pewresearch.org/short-reads/2023/05/22/5-things-to-keep-in-mind-when-you-hear-about-gen-z-millennials-boomers-and-other-generations/>>. Acesso em: 15 de dez. 2023.

GUIMARÃES, Roberto P. O mundo pós-Covid, distopia ou solidariedade? *Jornal da Unicamp*. 20 Jan. 2022. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/ambiente-e-sociedade/o-mundo-pos-covid-distopia-ou-solidariedade>. Acesso em 15 dezembro 2023.

HARRIS, Michael. *The end of absence: Reclaiming what we've lost in a world of constant connection*. New York: Penguin, 2014.

HERÁCLITO. *Pré-socráticos*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores). p. 88.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. *COVID-19 and Peace*, Sydney, June 2020. Disponível em: <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2020/08/COVID19-and-Peaceweb.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2023.

NITAHARA, Akemi. Publicado em 25/11/2021 - 15:26 Por *Agência Brasil* - Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-11/estudo-mostra-que-pandemia-intensificou-uso-das-tecnologias-digitais>>

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais. *1203 Ponto Urbe* [Online], 1 | 2007, posto online no dia 30 julho.

2007Disponível em:
<http://journals.openedition.org/pontourbe/1203>. Acessado 28
de novembro 2023.

PÓVOA, Marcello. *A primeira geração digital* (ou a última
geração analógica). 2014. Disponível em:
[https://tiinside.com.br/20/04/2014/primeira-geracao-digital-
ou-ultima-geracao-analogica/](https://tiinside.com.br/20/04/2014/primeira-geracao-digital-ou-ultima-geracao-analogica/). Acesso em 10 dez. 2023.

STRAUS, W; HOWE, N. The Cycle of Generations. *American
Demographics*, Vol. 13, No. 4, 1991.

TURBIANI, Renata. Geração Z é mais solitária e grande parte
da culpa é dos pais, indica estudo. 11 de abril de 2022. *Época
Negócios*. Disponível em:
<[https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2022/04/ger
acao-z-e-mais-solitaria-e-grande-parte-da-culpa-e-dos-pais-
indica-estudo.html](https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2022/04/geracao-z-e-mais-solitaria-e-grande-parte-da-culpa-e-dos-pais-indica-estudo.html)>. Acesso em: 16 dez 2023.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente* São Paulo:
Martins Fontes. 1984.

Capítulo 2

Superando as fronteiras disciplinares: um olhar para a interdisciplinaridade

Ana Carolina Neumann Barbiero ⁹

Enaide Severo de Araujo ¹⁰

Oswaldo Vaz Furtado ¹¹

Valdir Gregory ¹²

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi produzido por três doutorandos de trajetórias diferentes, pesquisadores da avaliação em larga escala que se uniram para estabelecer uma revisão bibliográfica sobre os principais desafios na superação das barreiras tradicionais entre as disciplinas para que de fato ocorra a interdisciplinaridade. As dificuldades encontradas pelos pesquisadores iniciam nas discussões para se

⁹ _Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, e Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), ana.barbiero@hotmail.com

¹⁰ _Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Mestre em Ensino Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: enaidesevero@escola.pr.gov.br.

¹¹ _Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteira, e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) email: vazfurtado1993@gmail.com

¹² _Professor Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (1997). Fez pós-doutorado em História na Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor aposentado e professor Sênior do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras mestrado e doutorado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

estabelecer o consenso do objeto de estudo, uma vez que cada um traz consigo seu modo de pesquisar construído na sua trajetória, bem como, o objeto de sua tese.

Por outro lado, a abertura para o diálogo e as trocas de experiências ajuda a enriquecer a pesquisa. Os pesquisadores concordam e defendem a escrita numa proposta interdisciplinar. Haja vista, que os conhecimentos não se dissociam, pelo contrário se complementam. Neste sentido, surgem desafios como, postula (Casanova, 2006, p. 25), “Romper esses limites e ultrapassar a fronteira de uma especialidade para outra implica entrar em zonas desconhecidas”. Cada pesquisador descreve um pouco de sua trajetória de formação no intuito de captar a perspectiva interdisciplinar e se coloca à disposição para estabelecer as análises. Quando se trata de interdisciplinaridade é importante compreender que os pesquisadores estão envolvidos num processo dinâmico.

A proposta de escrita conjunta é fruto da disciplina Fronteiras Interdisciplinares, ofertada em parceria entre os programas de Pós-Graduação da UFMT, UNIOESTE e USP. Essa iniciativa possibilitou acesso à diversidade de pesquisas e metodologias e tem como objetivo, direcionar diferentes olhares sobre as dificuldades no estabelecimento de práticas interdisciplinares na pesquisa, no ensino e na aprendizagem, estabelecendo uma discussão relevante sobre a disciplina, seu caráter de especialidade e limites.

A seleção criteriosa das fontes é crucial, exige uma avaliação crítica dos autores, a atualidade das publicações e a pertinência para o tema em questão. Ao reunir e organizar as referências, a metodologia bibliográfica oferece uma base sólida para a construção do conhecimento, permitindo aos pesquisadores posicionarem seu trabalho dentro do contexto existente e contribuir de maneira significativa para o campo de estudo.

Sendo assim, a metodologia bibliográfica foi escolhida para uma análise mais ampla de referenciais teóricos que podem contribuir com a abordagem interdisciplinar, segundo (MANZO, 1971, p. 32), “[...] A bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas, já conhecidos, como também explorar novas áreas nas quais os problemas não se cristalizaram suficientemente”.

Conforme postula, Casanova (2006, p. 21) “Os obstáculos para conseguir a colaboração entre diferentes especialistas são enormes: os gracejos e gestos desqualificadores, o manejo deliberado de expressões abstrusas que bloqueiam a comunicação”. Deste modo parte da problemática, de trabalhos em equipes, cujo desenvolvimento pode ser prejudicado pela comunicação dificultada por alguma das partes que se julga saber mais do que a sua especialidade, as resistências, entre outros aspectos, acabam por estabelecer fronteiras a serem superadas para dar lugar à riqueza, à inovação da interdisciplinaridade. É neste sentido que a

escrita resulta em apontamentos relevantes de novos caminhos para a interdisciplinaridade.

TECENDO UMA REDE ENTRE OS PESQUISADORES

Ana Carolina Neumann Barbiero, uma das pesquisadoras, teve a aproximação com a temática na formação acadêmica em Geografia e em Pedagogia, curso no qual, realizou seu trabalho final em uma escola rural do município de Medianeira/PR, onde analisou a influência do contexto socioeconômico na aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio.

Este trabalho fomentou a necessidade profissional e intelectual pelo aumento dos conhecimentos viabilizado com o acesso ao curso de pós-graduação. Sendo assim, no ano de 2020 foi aprovada no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na linha de pesquisa Educação: Políticas Sociais e Estado ofertado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). A escolha do tema nesta nova pesquisa ocorreu por meio das preocupações com a aprendizagem dos alunos no exercício do magistério, devido ao desenvolvimento integral e à cobrança de bons resultados nas avaliações em larga escala como a Prova Paraná, Sistema de Avaliação Básica (SAEB) também conhecido como Prova Brasil e, conseqüentemente, a um resultado satisfatório no Índice Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola.

Essa inquietação diante da preparação no cotidiano pedagógico para que o aluno chegasse apto para realizar tais testes padronizados, por vezes, acabam direcionando a aprendizagem com exercícios mecânicos que facilita atingir índices desejados em relação ao biênio anterior ou em comparação com outras escolas e municípios, omitindo a contextualização do conteúdo de acordo com a realidade da comunidade escolar. Em razão da trajetória profissional, Ana Carolina analisou a influência do contexto socioeconômico dos alunos de três escolas do município de Medianeira/PR (cidade onde a pesquisadora trabalhou durante 10 anos na Educação Básica) a partir dos questionários contextuais aplicados juntos com o SAEB.

Essa pesquisa instigou ainda mais a pesquisadora a continuar sua caminhada acadêmica e no ano de 2023 pode dar sequência aos seus estudos, quando foi aprovada no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF) na linha de pesquisa Linguagem, Cultura e Identidade da UNIOESTE. Desde então, vem aprofundando seus estudos principalmente nas áreas de política educacional, avaliação em larga escala, cultura e interdisciplinaridade.

A segunda pesquisadora Enaide Severo de Araújo tem uma trajetória interdisciplinar, concluiu o bacharelado em Turismo na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu (FACISA) no ano de 1992, hoje Universidade

Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professora de Língua Inglesa da rede pública de ensino do Estado do Paraná desde 1993. A temática avaliação da aprendizagem causava preocupação desde o início da carreira. Assim, fracasso escolar foi tema do trabalho final na pós-graduação *latu sensu*. Em 2007, integrou a Equipe de Ensino do Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu (NRE/Foz) onde coordenou discussões e propostas pedagógicas sobre a disciplina de Ensino Religioso, como componente curricular da base comum, no sentido de construir proposta didático pedagógica adequada ao ensino e aprendizagem escolar promovendo o respeito a diversidade religiosa e cultural, inclusive com publicação de capítulo de livro, artigo, participação em eventos de forma a contribuir com reflexões e práticas pedagógicas para romper com a doutrinação religiosa, ensino catequético, evitando qualquer forma de discriminação e proselitismo. Conhecimentos que as discussões e estudos com outros professores de outras disciplinas como: Filosofia, História, Geografia, Sociologia auxiliaram a segunda autora na formação profissional, intelectual, inclusive no desenvolvimento de práticas e posturas plurais. O componente curricular Ensino Religioso é de oferta obrigatória pelo estabelecimento escolar no Ensino Fundamental II – Anos Finais, de matrícula facultativa do estudante. Fato interessante, é que não é objeto de reprovação, não há nota mínima para aprovação.

Por falar em avaliação da aprendizagem escolar, a qual tem a sua finalidade alterada, por conta da regularidade das avaliações externas, baseadas em testes padrões no Brasil, desde a década de 1990, e que, por conseguinte regulam os sistemas educacionais via políticas para cumprimento de metas estabelecidas nos planos educacionais para os decênios. Assim, a avaliação em larga escala e a modificação na organização do trabalho pedagógico dos pedagogos de duas escolas estaduais de Foz do Iguaçu foi também objeto de estudo, produção escrita e implementação de proposta didática pedagógica no período que participou do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) Turma 2013.

No sentido de aprofundar o estudo sobre como se dá o processo de mundialização da educação com a regularidade de testes padronizados e o processo de adesão do Brasil ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), bem como, as implicações decorrentes nas políticas educacionais. Estudo e análise crítica em relação ao ensino e aprendizagem do letramento em leitura subjacente a prova PISA, ou seja, o que se avalia na prova padrão, passa a ser currículo ensinado nas escolas, prejudicando o ensino das demais disciplinas, tema da dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) – UNIOESTE campus de Foz do Iguaçu.

Em 2023, acessa o doutorado no Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras

(PPGSCF/UNIOESTE/FOZ) com proposta para dar continuidade a pesquisa sobre a institucionalização das avaliações em larga escala no sistema de ensino público do Paraná e estabelecer análises tendo como fonte, documentos regulatórios, sinais, estudo que parte dos detalhes para contar a história desse processo, bem como, como ocorre a melhoria dos índices e quais as possíveis implicações decorrentes de forma crítica. Neste busca-se compreender se os documentos que regem o sistema público escolar paranaense contemplam e favorecem um ensino interdisciplinar.

Segundo Manen (1990) a reflexão pessoal do pesquisador (a) é de suma importância para investigação acadêmica. Onde trará uma maior reflexividade, transparência e autenticidade. Em 2016-2017, ainda na graduação de curso de Administração Pública da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), o pesquisador Osvaldo Vaz Furtado, teve seu primeiro contato com a questão de estudos educacionais, na sua primeira pesquisa sobre desafios enfrentados por gestores educacionais: um estudo sobre a ótica da gestão democrática nas escolas de Ensino Fundamental em Redenção Ceará. Nele concentrou na análise de como a gestão da Escola de Ensino Médio Padre Saraiva Leão, se propunha a enfrentar os problemas diários, tem ainda como principal desafio trazer as famílias dos alunos em debater

sobre eles e buscar soluções para melhorar os índices da educação no colégio com base na avaliação do IDEB.

Após isso, não houve mais pesquisas relacionadas ao mesmo contexto, nem no mestrado que cursou em Políticas Públicas pela UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana). Mas, mediante grande dificuldade encontrada ao longo da caminhada e ter tido uma visão de outra realidade, sentiu a necessidade de aprofundar suas pesquisas dessa vez como pesquisa de doutorado no PPGSCF da UNIOESTE, sobre Políticas de Educação na Comunidade dos países de CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Uma pesquisa que contará com um estudo sobre avaliação de desempenho dos alunos das escolas públicas desses países, nas quais o Brasil faz parte. Diante dessa perspectiva, de antemão o presente estudo trará contribuições para a pesquisa futura.

A colaboração entre pesquisadores de áreas de estudos distintas, acompanhada por trajetórias de vida diversas, é fundamental para enriquecer a produção acadêmica e científica. A convergência de diferentes perspectivas disciplinares amplia o escopo de análise, promovendo uma compreensão mais abrangente e multifacetada. Essa colaboração transcende fronteiras tradicionais, enriquecendo diálogos que superaram a visão mais restrita de um único campo de estudo. Por fim, a interação entre mentes diversas não apenas impulsiona a qualidade da

pesquisa, mas também reflete a riqueza da experiência humana, resultando em descobertas mais significativas para a sociedade.

É pertinente ressaltar que colaborações deste tipo, ou seja, entre pesquisadores com formações em áreas diversas e com trajetórias próprias são desafiadoras. Requerem reflexões, interações e troca de experiências que somente acontecem ao longo do tempo adequado. Em outras palavras, o desenvolvimento do saber se dará através de diálogos continuados.

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NA PERSPECTIVA DISCIPLINAR

Apesar dos avanços em diversos setores, a estrutura educacional ainda mantém fortes raízes no modelo tradicional, organizada rigidamente em disciplinas específicas. A organização da escola de forma fragmentada, compartimentada em disciplinas, surge com a modernidade.

Outra influência mais recente dessa característica escolar está relacionada com a transformação ocorrida nos países europeus, “A formação de um currículo separado em disciplinas foi impulsionada pelo processo de produção industrial ocorrida no final do século XIX” (Gerhard e Da Rocha Filho, 2012, p. 127).

A industrialização desencadeou a necessidade de o conhecimento ser adquirido de forma específica, como

forma de otimização do tempo e qualificação para o sistema de produção. Isso se deu por meio da produção em larga escala que exigia habilidades especializadas para operar máquinas e executar tarefas específicas de maneira eficiente. O conhecimento específico, que permitiu otimizar o tempo de produção e aumentar a qualificação dos trabalhadores, resultou em uma maior eficiência no sistema de produção industrial. Essa disciplinaridade ocasionou a indiferença com o processo integral de aprendizagem, submetendo os estudantes a uma série de disciplinas isoladas que estão presentes na atual organização escolar.

Japiassu (1999) aponta como a estruturação da Educação Básica brasileira aumenta a segregação dos conhecimentos, visualizado em toda a comunidade escolar por meio da frustração e fragilidade dos estudantes, desapontamento das famílias e impotência dos professores. As séries e os componentes curriculares ao invés de organizarem o sistema de ensino, o tornam engessado e desgastante, despertando pouco interesse dos alunos pelo fazer ciência. Um dos exemplos disso que pode ser encontrado no sistema educacional que enfatiza a memorização de fatos e conceitos isolados, sem explorar sua aplicação prática ou conexões interdisciplinares. Ou, quando as séries e os componentes curriculares são rigidamente estruturadas em compartimentos estanques, como Matemática, Ciências, História, e os alunos podem sentir

dificuldade em ver a relevância desses temas para a vida cotidiana ou até mesmo para a prática da ciência real. Isso pode resultar em desinteresse dos alunos pela ciência, pois não conseguem ver como o conhecimento adquirido se aplica fora da sala de aula. Uma saída é a elaboração de um currículo mais flexível e integrado, que permita a exploração de temas interdisciplinares e a aplicação prática do conhecimento, podendo tornar o processo de aprendizado mais envolvente e significativo para os alunos.

Além disso, a organização tradicional por disciplinas pode desencorajar a criatividade e a inovação, pois os alunos, por sua vez acabam por ser condicionados a pensar dentro dos limites em áreas que poderiam dialogar mais, mesmo tendo o conhecimento como algo integrador. O mundo contemporâneo exige cada vez mais habilidades interdisciplinares, e o modelo educacional tradicional muitas vezes não consegue acompanhar essa demanda.

Dessa forma, a especialização não é, em si, algo naturalmente desejável, mas simplesmente a forma que a humanidade encontrou para enfrentar questões científicas e tecnológicas, apesar dos limites individuais. Ou seja, o valor da especialização necessita ser relativizado, pois não representa o modo de conhecer humano e nem sequer é intrinsecamente benéfico à humanidade. Abordagens especialistas aplicadas a problemas reais das sociedades contemporâneas tendem a apontar soluções que geram outros problemas, cuja ocorrência não é prevista (ou não é valorizada) justamente porque nesta lógica de enfrentamento quem toma decisões o faz considerando a

perspectiva exclusiva de sua especialidade (GERHARD; DA ROCHA FILHO, 2012, p. 126).

As barreiras entre disciplinas muitas vezes resultam em lacunas no entendimento dos alunos sobre como diferentes áreas do conhecimento se relacionam e se complementam. Essa abordagem fragmentada pode limitar a capacidade dos estudantes de aplicarem seus conhecimentos de maneira integrada em situações do mundo real. Ainda de acordo com Gerhard e Da Rocha Filho (2012) a aprendizagem é sempre relacional, sendo assim o aluno está constantemente realizando conexões com conteúdos já apropriados e por isso as informações não devem ser tratadas como independentes.

A avaliação baseada em disciplinas também contribui para a perenidade desse modelo. Os alunos são frequentemente avaliados em compartimentos, em vez de serem incentivados a demonstrar habilidades que transcendem fronteiras disciplinares. Nesse sentido, a avaliação em larga escala refere-se a testes padronizados aplicados em grande escala, como os exames nacionais ou estaduais que avaliam o desempenho dos alunos em determinadas áreas do conhecimento. Essas avaliações têm sido utilizadas para medir o progresso educacional, identificar áreas de melhoria e tomar decisões políticas e de financiamento. No entanto, as avaliações em larga escala têm gerado impactos significativos no exercício profissional dos

docentes (Bauer, 2020). Os professores, muitas vezes, se sentem pressionados a ensinar para o teste, focando em conteúdos específicos que são avaliados nessas provas, em detrimento de uma abordagem mais ampla e contextualizada da educação. Inclusive prioriza o ensino de Letramento em Leitura (Língua Portuguesa) e Resolução de Problemas (Matemática) em detrimento do ensino de outras áreas, limitando o ensino daquilo que será cobrado nos testes padronizados, chamados de descritores, ou seja, ensino centrado no desenvolvimento de habilidades e competências.

A regularidade de aplicação de testes padronizados pelos sistemas de ensino, mantenedoras também direcionam suas políticas e encaminhamentos educacionais, concentram excessivamente em preparar os alunos para as avaliações, sacrificando outros aspectos importantes da educação, como o desenvolvimento de habilidades críticas, criativas e sociais. Além disso, o desempenho dos alunos nessas avaliações muitas vezes é usado para avaliar o desempenho dos próprios professores, vinculando os resultados dos testes aos incentivos, promoções ou até mesmo à segurança do emprego dos docentes (Bauer, 2020). Isso, na concepção de Bauer (2020), pode criar um ambiente de alta pressão e estresse para os professores, que se sentem obrigados a alcançar determinados resultados nas

avaliações, independentemente das necessidades individuais de aprendizagem de seus alunos.

De modo geral, segundo Amaral (2022), as avaliações em larga escala têm impactado o exercício profissional dos docentes ao promover uma abordagem de ensino centrada nos testes, gerar pressão para obter resultados específicos e vincular o desempenho dos alunos aos incentivos e avaliações dos próprios professores. Isso pode comprometer a qualidade da educação e o bem-estar tanto dos alunos quanto dos educadores.

A ótica da interdisciplinaridade fundamenta-se na construção e reconstrução de saberes, possibilitando um vasto espaço para o conhecimento e aprimoramento dos próprios sujeitos. É uma forma sempre atual de contextualização dos saberes, pois são consideradas as necessidades e exigências do momento, mas sempre alicerçadas nos conhecimentos já adquiridos e significados. Nesse sentido, a interdisciplinaridade não trabalha o conhecimento de maneira globalizante, a fim de unificar os saberes, mas busca promover interconexões entre os saberes, tanto entre professores e seus pares quanto entre professores e alunos, trabalhando o conhecimento de forma problematizadora e estabelecendo relações entre as diferentes ciências, o cotidiano escolar e a realidade social e histórica em que os sujeitos estão envolvidos. (Azevedo; Andrade, 2007, p. 15)

Em síntese, a reflexão sobre a fragmentação dos conteúdos disciplinares, característica intrínseca à abordagem disciplinar, destaca a necessidade premente de

transcender essas fronteiras limitadoras. A disciplinaridade, ao compartimentar o conhecimento, pode criar barreiras que dificultam a aplicação prática dos conteúdos. Diante desse cenário, a promoção da interdisciplinaridade emerge como uma solução. Ao fomentar a integração entre diferentes campos do conhecimento, a abordagem interdisciplinar não apenas supera a fragmentação, mas também enriquece a compreensão do aluno, estimulando a visão crítica e a habilidade de estabelecer conexões significativas.

INTERDISCIPLINARIDADE, COMO UMA NECESSIDADE DO SÉCULO XXI

O conceito da interdisciplinaridade surge na segunda metade do século XX, a partir da resposta de uma necessidade apurada, principalmente nos campos das ciências humanas e da educação. No intuito de superar a fragmentação e o caráter de especialização do conhecimento, causados por uma epistemologia de tendência positivista, cujas raízes estão no empirismo, no naturalismo e no mecanicismo científico do início da modernidade (Gadotti, 1993). De acordo com o autor, parte do conceito da tradição do positivista de só aceitar o observável, os fatos e as coisas, o que trouxe problemas para as ciências humanas, cujo objeto não é tão observável quanto o objeto das ciências naturais, modelo sobre o qual se funda o paradigma do positivismo.

A partir da desintegração do saber, na concepção de Gadotti (2004), surge o especialista e as fronteiras entre as disciplinas. A interdisciplinaridade nasce com a promessa de romper com a epistemologia positivista, mesmo permanecendo fiel aos seus princípios, nisso passa a ser chamada de neo-positivista. Essa concepção chegou ao final do século XX, com a mesma significação como forma (método) de buscar, nas ciências, um conhecimento integral e totalizante do mundo frente à fragmentação do saber, e na educação, como forma cooperativa de trabalho para substituir procedimentos individualistas (Gadotti, 2004).

Dentro da área pedagógica e educacional a interdisciplinaridade passou a ser construída partindo da concepção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social, cujo objetivo se tornou na experimentação da vivência de uma realidade global. Essas vivências se inserem, nas experiências cotidianas do aluno, do professor e da sociedade, ou seja, a articulação do saber, do conhecimento, vivência, escola, comunidade, meio ambiente nos últimos anos. Segundo Gadotti (2004), a interdisciplinaridade passou a ser vista como um trabalho coletivo e solidário na organização escolar. Nessa ótica, Freire (1987) reforça que a interdisciplinaridade não é apenas uma questão de combinar matérias, mas sim de estabelecer conexões significativas entre os conteúdos, promovendo uma visão mais integrada do mundo. Reforça ainda Piaget

(1983) que a interdisciplinaridade é crucial para a educação abrangente e significativa. Segundo ainda Piaget (1983), ela promove uma integração de diferentes do conhecimento, no qual, permite o desenvolvimento e uma maior compreensão de forma profunda e contextualizada ao redor do mundo do conhecimento. Partindo dessa interface, na visão de Morin (1999), a interdisciplinaridade nada mais é do que uma forma superar a fragmentação do conhecimento e promover uma compreensão abrangente da realidade. Essa abordagem, segundo o estudioso, enriquece o processo educacional, tornando-o mais relevante para a vida dos estudantes e mais alinhado com a complexidade da sociedade.

Segundo Gadotti (1993), a interdisciplinaridade, de modo geral, surge em resposta a uma necessidade verificada principalmente nos campos das ciências humanas e da educação como o princípio de superar a fragmentação e o caráter de especialização do conhecimento, causados por uma epistemologia de tendência positivista em cujas raízes estão o empirismo, o naturalismo e o mecanicismo científico do início da modernidade. No que tange a isso, Stehr e Meja (2011) apontam que a interação interdisciplinar entre as ciências leva uma maior compreensão dos problemas sociais e científicos da contemporaneidade. Para acompanhar essa modernidade, é necessário um construtivismo educacional, onde, na visão de Santos (2011), o aluno deve ser desenvolvido por completo, em todas as suas habilidades ao mesmo

tempo. A própria base curricular deve ser de maneira integrada de modo a proporcionar aos educadores e educandos novas formas de aprendizado (Santos, 2011). Nos projetos educacionais, a interdisciplinaridade tem como base alguns princípios, como: a noção de tempo, crença de que é o indivíduo que aprende, embora apreendido individualmente, o conhecimento é uma totalidade, criança o jovem e o adulto aprendem quando têm um projeto de vida, e o conteúdo do ensino é significativo e ver a interdisciplinaridade como uma forma de pensar (GADOTTI, 2004).

Com a evolução tecnológica, as escolas, conforme Santos (2011), precisam quebrar paradigmas e unir pontos benéficos do ensino tradicional a essa ideia da construção do saber a partir da integração das partes. Desta feita, Freire propõe uma abordagem educacional que vá além das fronteiras disciplinares, integrando diferentes áreas do conhecimento para uma compreensão mais ampla e contextualizada. Isto é, a metodologia do trabalho interdisciplinar supõe atitude e método que na visão de Gadotti (2004) implica integração de conteúdos, passar de uma concepção fragmentária para uma concepção unitária do conhecimento, superar a dicotomia entre ensino e pesquisa, considerando o estudo e a pesquisa a partir da contribuição das diversas ciências e ensino-aprendizagem centrado numa visão de que aprendemos ao longo de toda a

vida. Ainda nisso, Freire (1987), reforça que a interdisciplinaridade é o processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito com base em sua relação com o contexto, com a realidade, com sua cultura.

Com base em Santos (2011), busca-se a expressão interdisciplinaridade pela caracterização de dois movimentos dialéticos: a problematização da situação, pela qual se descreve a realidade, e a sistematização dos conhecimentos de forma integrada. A globalização trouxe questionamentos como descentralização, flexibilidade dos programas escolares, valorização do conhecimento do educando, trabalho em equipe, democratização do saber e principalmente a preocupação em instruir cidadãos críticos e completos. Em outros termos, a interdisciplinaridade emerge como uma necessidade presente no século XXI, refletindo a complexidade dos desafios contemporâneos (Stehr; Meja, 2011). Em um mundo interconectado, problemas cruciais ultrapassam a segregação disciplinar, demandando uma abordagem colaborativa. A integração de conhecimentos de diversas áreas pode propiciar soluções mais abrangentes e inovadoras.

Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade oferece respostas mais eficazes para questões complexas que caracterizam nosso cenário global atual. A partir desta interface, Sousa Santos (1987) aponta que a interdisciplinaridade não é apenas uma questão de integrar

disciplinas acadêmicas tradicionais, mas também de reconhecer e valorizar os conhecimentos produzidos fora do âmbito acadêmico institucional. Argumenta ainda que a interdisciplinaridade é crucial para uma compreensão mais completa e justa do conhecimento, especialmente quando se consideram perspectivas marginalizadas ou subalternas.

A interdisciplinaridade no século XXI tem um papel fundamental suprir as necessidades diante das complexidades e dos desafios contemporâneos. Ou seja, necessita de uma integração de diferentes disciplinas que permita uma compreensão mais abrangente dos problemas no sentido de promover soluções inovadoras. Diante do cenário atual, marcado pela grande demanda da interconexão global e avanços tecnológicos, a colaboração entre diferentes áreas de conhecimento torna-se primordial para enfrentar questões complexas, como por exemplo as relacionadas à saúde, educação, meio ambiente e sobretudo à própria sociedade como um todo. De certo modo, a interdisciplinaridade não só amplia a perspectiva, mas também viabiliza a criatividade e soluciona demandas de maneira mais eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise das trajetórias acadêmicas e experiências dos pesquisadores envolvidos, pode-se compreender a importância da interdisciplinaridade como

uma abordagem necessária para enfrentar os desafios contemporâneos na pesquisa, no ensino e na aprendizagem. A colaboração entre pesquisadores de áreas distintas, como supracitados, enriquece não apenas a produção acadêmica, mas também promove uma visão mais abrangente sobre a interdisciplinaridade.

A fragmentação do conhecimento, enraizada na estrutura educacional tradicional, baseada em disciplinas específicas, é identificada como uma barreira que limita a visão integrada do aprendizado. A interconexão entre diferentes campos do saber não só enriquece a compreensão do aluno, mas também estimula a visão crítica e a capacidade de estabelecer conexões significativas.

A análise crítica da estrutura educacional atual destaca a necessidade premente de transcender as fronteiras disciplinares. A avaliação baseada em disciplinas é reconhecida como contribuinte para a perenidade do modelo atual, enfatizando a importância de repensar as práticas avaliativas para incentivar habilidades que transcendem fronteiras disciplinares.

Durante os diálogos entre os pesquisadores para a construção deste artigo, ficou evidente a riqueza na troca de conhecimentos entre áreas complementares, principalmente o conhecimento sobre a trajetória. A escuta ativa e empática sobre as vivências culturais de cada pesquisador enriqueceu de forma significativa a discussão,

trajetórias ficaram evidenciadas nas contribuições de cada pesquisador que contextualizou as temáticas diante sua perspectiva trazendo interculturalidade em evidência. A bagagem de aprendizados apresentada por cada pesquisador, contribui para a compreensão da disciplinaridade e interdisciplinaridade por meio das próprias vivências.

Em síntese, a interdisciplinaridade é uma abordagem acadêmica necessária para os desafios contemporâneos. Ao integrar conhecimentos, promover colaboração e transcender fronteiras, a interdisciplinaridade não só enriquece a experiência educacional, mas também oferece respostas mais eficazes para as complexidades do mundo atual.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Michelly Francini Brassaroto do. *Avaliações externas e formação docente em avaliação educacional: limites e perspectivas*. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

AZEVEDO, Maria Antonia Ramos de; ANDRADE, Maria de Fátima Ramos de. O conhecimento em sala de aula: a organização do ensino numa perspectiva interdisciplinar. *Educar em Revista*, n. 30, p. 235-250, 2007.

BAUER, Adriana. “Novas” relações entre currículo e avaliação? Recolocando e redirecionando o debate. *Educação em Revista*, v. 36, 2020.

CASANOVA, Pablo González. *As novas ciências e as humanidades da academia à política*. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *Um discurso sobre as ciências*. Cortez Editora, 2018.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. *A organização do trabalho na escola: alguns pressupostos*. São Paulo: Ática, 1993.

GADOTTI, Moacir. *Informação, conhecimento e sociedade em rede: que potencialidades?*. 2004. Interdisciplinaridade: atitude e método. São Paulo: Instituto Paulo Freire. Disponível: <www.paulofreire.org>.

GERHARD, Ana Cristina; DA ROCHA FILHO, João Bernardes. A fragmentação dos saberes na educação científica escolar na percepção de professores de uma escola de ensino médio. *Investigações em Ensino de Ciências* (Online), 2012. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11805/2/A_fragmentacao_dos_saberes_na_educacao_cientifica_escol

ar_na_percepcao_de_professores_de_uma_escola_de_ensino_medio.pdf.

JAPIASSU, Hilton. *Um desafio à educação: repensar a pedagogia científica*. São Paulo: Letras e Letras, 1999.

PIAGET, Jean. *Psicología y pedagogía*. Madrid, España: Sarpe, 1983.

MANZO, A. J. *Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y tesis*. Buenos Aires: Humanistas, 1971.

MORIN, Edgar. 2006a. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MORIN, Edgar. *O método 1. A natureza da Natureza*. 3 ed. Trad. Maria Gabriela de Bragança. Portugal: Publicações Europa-América Ltda., 1997.

SANTOS, Lilian Aparecida Almeida Garrit dos. Interdisciplinaridade, um bem necessário do século XXI. *Revista da Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 1-15, 15 fev. 2011. Quadrimestral. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/11/7/interdisciplinaridade-um-bem-necessario-do-seculo-xxi>.

STEHR, Nico; MEJA, Volker (Ed.). *Sociedade e conhecimento: perspectivas contemporâneas na sociologia do conhecimento e da ciência*. Editores de transações, 2011.

Capítulo 3

Fronteiras interdisciplinares e educação: não se promove transformação com reforma apenas com revolução

Eduardo Augusto Carreiro¹³

Laura Marisa Carnielo Calejon¹⁴

INTRODUÇÃO

Bebida é água
Comida é pasto
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?

¹³ Início do Doutorado em 2021 pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências da Motricidade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). Pós graduado/Especialização em Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de São Paulo/UAB (2019), Administração de Empresas pela FAAP/SP (2006). e Programa de Desenvolvimento de Lideranças na Fundação Dom Cabral (2017). Graduação em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (1994) Profissionalmente atua como Diretor da Faculdade SESI SP de Educação e Diretor da Escola de Aplicação do SESI da Vila Leopoldina e docente convidado de cursos de pós-graduação. Tem experiência na área de Gestão Escolar e Gestão Universitária.

¹⁴ Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo e Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da USP. Atualmente é pesquisadora convidada do Laboratório de Formação Docente do Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação (CEPEED), na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul; pesquisadora participante no Laboratório de Educação e Desenvolvimento Humano (LEDEP) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Sociedade e Políticas Públicas: concepções da teoria histórico-cultural (GEPESPP - USP). Organizadora e Coordenadora do Centro de Desenvolvimento Pessoal e Profissional (CEDEPP). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, formação de professores, atuando principalmente nos seguintes temas: aprendizagem, avaliação e diagnóstico de dificuldades nos processos de escolarização, orientação de pais e formação de educadores.

A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte

A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer

Titãs

A música “Comida” do grupo de rock brasileiro Titãs, foi escrita em 1987 e compõe o disco “Jesus não tem dentes no país dos banguelas”. A canção representa a necessidade da sociedade de usufruir a cultura desenvolvida e acumulada pelo sujeito humano ao longo da história, ou seja, de forma ampla e consciente.

O acesso consciente a produção cultural humana, pode ser considerada uma fronteira do sujeito humano que possui acesso, diferentemente dos que não possuem acesso. Nenhum ser humano nasce com seu “futuro histórico” predeterminado geneticamente, desde o nascimento é o conjunto biológico e social, determinado pelo social, que acompanha o sujeito em todo seu desenvolvimento.

Se considerarmos que a educação também está na fronteira, e que deveria aproximar ao invés de afastar os sujeitos humanos, podemos afirmar que ainda falta um longo caminho a percorrer para que a educação consiga de fato alcançar seus objetivos.

Como problema de pesquisa este artigo indaga: É possível estabelecer as fronteiras interdisciplinares analisando o desenvolvimento humano a partir da aproximação em detrimento do seu distanciamento?

O objetivo geral deste estudo é analisar criticamente a interdisciplinaridade e o desenvolvimento humano, tendo como base teórica o enfoque histórico-cultural de origem materialista e dialético, tendo como categorias de análise o pensamento interdisciplinar, a educação como fronteira e valorização da vivência humana.

A fronteira pode ser um lugar de passagem, mas pode ser também um obstáculo ao trânsito do pensamento, Fariñas (2010) defende que a construção do pensamento interdisciplinar se mostra uma conquista distante, apesar do muito que se tenha escrito. A autora também destaca que a construção interdisciplinar que pretenda estudar ou promover algum progresso social, ainda que pequeno, tem que recorrer de alguma forma à educação, dado que a educação conduz o desenvolvimento humano.

O pensamento interdisciplinar é um trânsito entre fronteiras do conhecimento, a partir do reconhecimento dos

limites de cada disciplina e da fragmentação do objeto de estudo. Em uma sociedade regida pela meritocracia e pela lógica do capital, esse trânsito tem se mostrado bastante difícil, ainda que se apresente cada vez mais como necessário.

Ao analisar os conceitos de vivência humana (Vigotsky, 2006) e sociedade do Espetáculo (Debord, 2003) temos com o avanço do capitalismo a criação de uma sociedade que transforma as relações sociais medida pelo consumo e pelas imagens geradas em um cotidiano alienado, com a vivência humana moldada por espetáculo que vincula a vida em sociedade e as relações humanas vinculadas exclusivamente a ordenação e interesses do mercado e ao consumo.

Esta sensação de espetáculo que a sociedade vive, tem a fronteira como distanciamento e não como aproximação do sujeito humano e sua produção cultural vinculado historicamente. Para superar este espetáculo e ter a fronteira como elo de aproximação e vínculo entre os sujeitos humanos, é necessário como aborda Vigotsky (2006) em uma categoria de análise que tem na consciência humana uma fonte de desenvolvimento racional, emocional e afetivo, que supera o presente e incorpora o futuro e o passado da convivência humana.

O LOOP DA MONTANHA RUSSA E A VIDA COTIDIANA COMO FRONTEIRA

Sevcenko (2001) produziu a excelente obra “A corrida para o século XXI: no Loop da montanha Russa”. No livro o autor apresenta, em alusão ao percurso que o carrinho faz na montanha russa, a primeira subida como fonte controlada, onde as pessoas podem observar o que está acontecendo no seu campo de visão, de forma lenta, controlada e sob seu domínio. Esta primeira fase controlada é o período histórico entre os séculos XVI e XIX, onde “as elites da Europa ocidental entraram em uma fase de desenvolvimento tecnológico que lhes asseguraria o domínio de poderosas forças naturais, de fontes de energia cada vez mais potente, de novos meios de transporte e comunicação, de armamentos e conhecimentos especializados” (Sevcenko, 2001, p. 14).

A fase seguinte é a queda vertiginosa, onde se perde o controle e não se sabe mais onde está. Para o autor esta é fase que vai desde a revolução industrial, com avanços tecnológicos incríveis, mas com forte exploração do homem pelo homem, e a entrada no século XX com duas grandes guerras mundiais, onde o conhecimento e a tecnologia se desenvolveram a ponto de atingir um número de mortes, em tão pouco tempo, como nunca se viu na história.

E a terceira fase é o loop da montanha russa, assinalada “por um novo surto dramático de transformações, a Revolução da microeletrônica. A escala de mudanças

desencadeadas a partir deste momento é de uma magnitude que faz os dois momentos anteriores parecerem projeções em câmera lenta” (Sevcenko, 2001, p. 16).

Esta terceira fase, a do loop, nos persegue até hoje, enriquecida com novas tecnologias, com guerras contínuas, pois se lucra muito com a guerra no planeta, e com a inteligência artificial, surgindo no cenário para o bem e para o mal, com indagações se a inteligência artificial pode ou não substituir o homem em tudo o que desenvolve.

Abordando a inteligência artificial e os meios tecnológicos, em especial das mídias sociais, Gomes (2019) observa em seu estudo sobre a revolta dos coletes amarelos na França em 2018, contou com forte aparato tecnológico, com as pessoas convocando as manifestações pelas mídias sociais, em um espaço que é propositalmente pouco orientado, e com inserções de imagens, sons e vídeos, que exacerbam muitas vezes, o ódio, a intolerância e a mentira. E esses discursos de ódio, em muitas ocasiões saem das telas e transcorrem no mundo real, onde “as explosões de violência no mundo físico seriam, pois, a transposição de costumes cada vez mais praticados no mundo virtual” (Gomes, 2019, p.8)

Este mundo que vive em constante *loop*, deve repensar as instituições e representações, pois como aborda Gomes (2019, p.7), os depósitos de ira estão aí postos:

Da mesma maneira que fazemos depósitos de dinheiro em estabelecimentos bancários, esperando ganhos e retorno, na modernidade há organizações que funcionam, a exemplo da economia monetária, como se fossem instituições financeiras, “bancos de ira”. No momento dos depósitos, esses ressentimentos são apenas tesouros estéreis e, como na transformação do dinheiro em capital, só começam a frutificar quando bem aplicados em ações que produzam benefícios. Durante muito tempo, certos partidos políticos, sindicatos e outras associações canalizaram as frustrações e queixas e prometeram reparação em troca da adesão, e isso funcionou com relativa estabilidade até recentemente. A atual perda de alcance e de reconhecimento dessas organizações, com todas as promessas que elas encarnavam, no entanto, faz com que hoje os “depósitos” de ira sejam disputados por novas organizações ou que irrompam, às vezes, de forma setORIZADA em situações variadas da vida social.

Podemos considerar estes depósitos de ira como uma forma do sujeito humano quebrar com a vida cotidiana alienada. Nesse sentido Heller (2016) desenvolveu um vasto conceito sobre a cotidianidade, onde a vida cotidiana é a condição estrutural da existência humana, satisfaz as necessidades humanas imediatas e determinam suas motivações particulares, ou seja, sem a vida cotidiana, não existiria o sujeito humano que conhecemos hoje.

A vida cotidiana é tão importante para a existência humana, que imaginemos a rotina de atravessar uma rua. Este exemplo é apresentado por Rössler (2004), que indaga se for necessário toda vez que uma pessoa precisar atravessar

a rua, ela precisar lançar mão de cálculos físicos e matemáticos, antes de efetuar o movimento de atravessar a rua, a vida não se tornaria viável.

Desta forma a vida cotidiana é importante e necessária. Imaginemos agora outro exemplo, a ida a um supermercado. Da mesma forma que atravessar a rua, a ida a um supermercado tem as mesmas características de rotina. A pessoa vai sem pensar, tampouco refletir sobre o assunto. Contudo, e se o supermercado estiver em um local público, com a incidência de assaltos e violência contra a mulher? A rotina muda? Deixa de ser uma rotina da vida cotidiana?

O fato em si de ir ao supermercado continua sendo uma rotina da vida cotidiana, mas com o advento da violência anunciada, muitas ações podem ser desencadeadas e refletidas de forma a modificar o cenário de violência apresentado. E aí que está a importância das implicações da vida não cotidiana, que Rossler (2004) citando Heller indica é possível ter uma outra percepção do mundo, pela ciência, artes, moral, política e educação.

Desta forma, a vida não cotidiana representa a reprodução histórica da sociedade, o desenvolvimento do sujeito humano marcado pelo desenvolvimento e acúmulo de conhecimento gerado pela universalidade, que não é de forma alguma orgânico ou natural (não nasce com o indivíduo) e produz, sempre que possível, uma sociedade mais desenvolvida. (Heller, 2016)

Uma sociedade mais desenvolvida histórico e culturalmente, sempre como uma possibilidade, a partir da potência que cada ser humano traz ao nascer. Voltemos ao exemplo do supermercado, marcado pela situação da violência. Se nada for feito, e a situação for aceita como condição imposta e normal da vida, teremos o que Heller (2016) chama de alienação da vida cotidiana, onde o indivíduo não consegue romper com a vida cotidiana.

E são estes episódios e construções sociais de inercia, de acomodação, de aceitação, que levam a tal alienação, com Roosler (2004, p.110) complementando Agnes Heller:

“Uma estrutura social alienada produz uma vida cotidiana alienada a qual, por sua vez, determina o esvaziamento da individualidade humana, impedindo o pleno desenvolvimento dos indivíduos, desenvolvimento esse que requer a existência de condições objetivas e subjetivas favoráveis à apropriação das esferas materiais e simbólicas mais desenvolvidas do gênero humano, com a conseqüente objetivação individual no interior dessas esferas”

A alienação impede romper com a vida cotidiana, na medida em que não permite ao sujeito reconhecer os próprios recursos e as circunstâncias que configuram sua existência, atribuindo potencialidades e limitações ao outro alheio

EDUCAÇÃO COMO FRONTEIRA

É certo que vivemos em uma nova globalização, principalmente na América Latina, a primeira foi durante a colonização, com os povos originários sendo submetidos a escravidão e a tentativa de aniquilação de sua cultura. O segundo movimento de globalização, estamos vivendo atualmente, com a política neoliberal, que aprisiona o sujeito humano em suas pseudo conquistas individuais e principalmente na exploração do homem pelo homem.

Neste mundo neoliberal, a exploração está presente em cada sujeito, na sociedade, e em todas as representações sociais, seja na política, nas empresas, nas famílias e nas escolas. Se este projeto está presente em tudo, qual o papel e o sentido da educação?

A educação, assim como o trabalho, vive uma situação de alienação, quando recorre a reformas, alterando tão somente conteúdos e métodos de aprendizagem. Os componentes do processo educativo, no Brasil, levam a um ensino cada vez mais fragmentado, vinculado a competências, e aos interesses de uma sociedade dividida.

O domínio das competências vem se mostrando insuficiente para compor a aprendizagem do sujeito humano, visto que a luta por sobrevivência atinge milhões de pessoas no planeta. Desta forma, adquirir uma, duas ou dez competências, não garante que o sujeito humano estará

pronto e disposto a transformar a sociedade, apenas poderá garantir, em partes, um pseudo-sucesso individual.

Gómez e Cortés (2018, p. 98), apresentam como o conceito de competência é utilizado de forma equivocada e eclética:

Como pode ser visto, as palavras usadas em inglês para expressar os diferentes significados da palavra competência diferem entre si e pelo seu significado de aptidão, suficiência (adequação), conveniência (ou propriedade de algo ser satisfatório) o A palavra “competência” não é apropriada para os outros significados. No entanto, na pedagogia contemporânea é introduzida como um esnobismo vindo da esfera do marketing e nesse sentido não é apropriado da abordagem histórico-cultural, na qual é dada importância ao desenvolvimento de capacidades. D. B. Elkonin, sobre este tema, destacou que a aprendizagem pode ser um desenvolvedor somente no caso em que a lógica do desenvolvimento histórico se reflete nele de um ou outro sistema de capacidades

Para contrapor uma educação que se reduza a oferta de aprendizagem por competências, é necessário a emancipação do sujeito humano. Tanamachi, Asbahr e Bernardes (2013) defendem que é necessário que o sujeito humano se emancipe, e para isso não apenas de adapte ou se molde as circunstâncias da atualidade.

Para que ocorra tal emancipação é necessária uma revolução, onde a educação é o ponto central de um novo desenvolvimento social. Apenas com reformas, onde

alterações superficiais são realizadas, não existe transformação social.

Um ponto de partida seria o aprofundamento na pesquisa histórico-cultural, com base materialista e dialética, com potencial para transformar o pensamento e a ação. Analisar processos e não fatos ou momentos específicos, deixar de descrever e passar a explicar os fenômenos e investigar os processos enraizados na cultura do sujeito humano, chamado de comportamento fossilizado por Vigostsky (2007), em sua abordagem metodológico, tudo isso em plena consonância com as relações históricas de desenvolvimento individual e social.

Com isso, esta pesquisa tem como objetivo estudar as fronteiras entre presente e o passado. Nesse sentido, surgem alguns questionamentos, ou indagações: o que vale é apenas o novíssimo conhecimento, apenas nos últimos anos, o que fazer com o conhecimento historicamente gerado e acumulado? Se o que vale atualmente é o que a inteligência artificial irá proporcionar para a humanidade, o que fazer com os conhecimentos gerados por tantos pesquisadores ao longo de séculos?

Analisemos o seguinte exemplo. A linguagem e posteriormente a escrita, são produtos da ação do sujeito humano em seu desenvolvimento histórico. Com a linguagem foi possível expandir muito as possibilidades de conhecimento, e com a escrita este conhecimento ganhou a

possibilidade de ser registrado, fazendo com que no momento de sua criação e posteriormente, fosse possível acessar estes registros e aprofundar, aprimorar, refutar, avançar os conhecimentos. Sem este desenvolvimento histórico, a fronteira entre o conceito do passado, do presente e do futuro, nunca existiria, bem como o sujeito humano, como existe atualmente, também não.

E o que precisamos realmente estudar sobre as fronteiras interdisciplinares? Não é um conjunto de perguntas, de problemas levantados na aparência da vida cotidiana, mas sim, o problema que é a essência, como aborda Saviani (2000, p. 74) “nesse sentido, a importância da transmissão de conhecimentos, de conteúdos culturais, marca distintiva da pedagogia da essência, não perde seu caráter revolucionário”.

Na escola, os conteúdos específicos devem estar vinculados a prática social, as finalidades sociais, caso contrário, tornam-se sem importância para a educação, assim como os conteúdos gerados na fronteira interdisciplinar, como aborda Marsiglia, Martins e Lavoura (2019, p.7):

Tais preceitos demandam, no que tange ao conteúdo escolar, que ele expresse a concretude da totalidade, pela via de um movimento lógico de articulação entre análise e síntese. A referência à totalidade nos referidos conteúdos, não deve ser confundida com uma falsa interdisciplinaridade, que não ultrapassa a superficialidade dos projetos ou temas geradores, que formam as disciplinas a

convergir, sem de fato permitir a compreensão da totalidade

E não basta apenas mudar de atitude como complementam as autoras:

Uma mudança imediata de atitude não necessariamente significa compreensão/transformação da prática social. Assim como o psiquismo humano tem uma longa jornada para alcançar formas de pensamento rigorosamente abstratas, a educação escolar tem um longo caminho para que as práticas não sejam imediatas, superficiais, empobrecidas ou mesmo, meras expressões de representações verbais dos objetos e fenômenos pelos quais eles podem ser descritos, porém não necessariamente compreendidos. (Marsiglia, Lavoura e Martins, 2019, p. 7)

É neste contexto, de aprofundamento teórico sobre as fronteiras interdisciplinares e a psicologia histórico-cultural, que surge a possibilidade de eliminar a fronteira como separação, e vislumbrar a fronteira como aproximação do sujeito humano e o seu potencial de transformação.

No campo da psicologia escolar, encontramos teóricos que buscam compreender a fragmentação do processo de desenvolvimento e de escolarização, como faz Patto (1999) ao analisar a produção do fracasso escolar. Encontramos no enfoque histórico-cultural, uma base teórica mais consistente e capaz de compreender a integridade do desenvolvimento humano e as possibilidades de uma educação que possa ser libertadora como analisado até aqui

essa tarefa não tem sido fácil, na medida em que vivemos uma sociedade do espetáculo, da fragmentação do conhecimento e do primado da racionalidade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: ROMPENDO A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO E VALORIZANDO A VIVÊNCIA HUMANA

Vivemos em uma sociedade do espetáculo? Debord (2003) afirma a sociedade do espetáculo tem a origem na economia, e produz uma visão cristalizada do mundo: “O espetáculo não pode ser compreendido como abuso do mundo da visão ou produto de técnicas de difusão massiva de imagens. Ele é a expressão de uma *Weltanschauung* (visão de mundo) materialmente produzida. É uma visão cristalizada de mundo.” (Debord, 2003, p.14)

Desta forma o espetáculo não é um conjunto de imagens, de cenas ou de difusão cultural. O espetáculo é o mundo real que o sujeito humano não percebe sua passagem e que a vida humana se constrói unicamente pelas aparências.

Para Debord (2003) o espetáculo está presente em toda sociedade pautada pelo capitalismo moderno, principalmente pelas relações de acumulação e produção, ou seja, “toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de **espetáculos**. Tudo o que era

diretamente vivido se esvai na fumaça da representação (Debord, 2003, p.13)

Tais representações estão presentes em todas as esferas da vida humana, onde a lógica da produção e do acúmulo se encontram, mas é na vida urbana, nas cidades, onde tudo fica mais evidente, como aborda o autor de a sociedade do espetáculo:

Mas o movimento geral do isolamento, que é a realidade do urbanismo, deve também conter uma reintegração controlada dos trabalhadores, segundo as necessidades planificáveis da produção e do consumo. A integração no sistema deve apoderar-se dos indivíduos *isolados em conjunto*: fábricas, casas da cultura, colônias de férias, todas essas coisas devem funcionar como grandes conjuntos habitacionais, especialmente organizados para os fins desta pseudocoletividade que acompanha também o indivíduo isolado na *célula familiar*. O emprego generalizado dos receptores de mensagem espetacular faz com que o seu isolamento se encontre povoado pelas imagens dominantes, imagens que somente através deste isolamento adquirem seu pleno poderio. (Debord, 2003, p. 110)

E será que podemos considerar a existência de uma fronteira entre a o espetáculo e o não espetáculo? É provável que sim, pois existe condições de resistência estabelecidas na vida não cotidiana, por meio da ciência, da política, da moral, das artes e da educação, como aborda Heller (2016).

É na ciência que compreende e aproxima o sujeito da realidade, transformando-a, que encontramos a possibilidade de uma vida além do espetáculo. Nascimento e

Suzuki (2020), abordam a condição de existência de crianças em uma cidade no interior do estado de Minas Gerais, mas se preocupando com a vivência do bairro, observando e convivendo com as crianças em suas casas e principalmente nas ruas.

Para compreender o conceito de vivência, recorreremos a Vigotsky (2006, p.383):

A vivência tem orientação biossocial, é algo intermediário entre a personalidade e o ambiente, o que significa a relação da personalidade com o ambiente, revela que significa o momento dado do ambiente para a personalidade. A vivência determina como um ou outro aspecto do ambiente influencia o desenvolvimento da criança

É com base neste conceito de vivência, que não é uma simples experiência vivida, uma competência adquirida de forma mecânica e usual, que Nascimento e Suzuki (2020) apresentam o conceito de bairro-vivência, onde ocorre a apropriação do bairro, não determinada exclusivamente pela organização política-administrativa. Nas palavras dos autores: “O Bairro-Vivência é, enfim, onde a criação do novo acontece, numa reelaboração criadora (VIGOTSKI, 2009). O Bairro-Vivência é o bairro que só é possível na unidade criança/meio, quando o bairro são as crianças e as crianças são o bairro, um produzindo o outro dialeticamente, continuamente” (Nascimento; Suzuki, 2020, p. 14)

Este é um ótimo exemplo de como a educação pode repensar seu caminhar, se apropriar dos espaços e da formação de conceitos de forma consciente, que remonte efetivamente para possibilidades de transformação social. Vigotsky (2006) evidencia o quão importante é nos aprofundarmos do conceito de vivência, sobretudo nas escolas e na comunidade escolar que muitas vezes são estabelecidas fronteiras como barreiras:

Se tivéssemos que formular uma tese formal e um tanto generalizada, seria correto dizer que o meio determina o desenvolvimento da criança através da vivência deste meio. Portanto, o mais essencial é renunciar aos índices absolutos do meio. A criança faz parte da situação social, a sua relação com o meio ambiente e a sua relação com ela realiza-se através da vivência e atividade da própria criança; as forças do ambiente adquirem um significado norteador graças às vivências da criança. Esta circunstância exige que os investigadores realizem uma análise interna profunda das vivências da criança, ou seja, o estudo do ambiente que se transfere de forma significativa para dentro da própria criança e não se reduz ao estudo das condições externas da sua vida. (Vigotsky, 2006, p.383)

Para romper com as fronteiras que esbarram na formação da sociedade do espetáculo, é necessário combater o dualismo e a fragmentação do conhecimento, que geram dicotomias e reducionismos como abordam Rubio-Gonzalez, Arocho, Erasquin (2023).

Desta forma, criar condições de transformar a potência do sujeito humano ao nascer, possibilitando condições distintas da lógica do acúmulo e da produção, por

meio da educação como instrumento de mediação entre os sujeitos humanos, para que tenham acesso pleno aos bens materiais e culturais produzidos historicamente pela sociedade, é uma forma de entender as fronteiras como aproximação do sujeito humano e não como ampliação do distanciamento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Arnaldo; FROMER, Marcelo; BRITO, Sergio. Comida. Intérprete: Titãs. *In: Titãs. Jesus não tem dentes no país dos banguelas* Rio de Janeiro: WEA. 1 disco sonoro (LP). Lado A, faixa 2. 1987

FARIÑAS Gloria. *A Interdisciplinaridade nas Ciências Sociais: a contribuição da psicologia desde o pensamento complexo*. Tradução de Laura Marisa Carnielo Calejon. São Paulo: Terceira Margem, 2010.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Qual a cor da sua revolta? Na França, os coletes são amarelos! Exercício analítico da dimensão político-espacial de um movimento social. *GEOgraphia*, v. 21, n. 45, p. 3-15, 2019.

GÓMEZ, Maria Mercedes Bonet; CORTÉS, Thamara M. Junco. No arrancar un trocito de un sitio y un trocito de otro sitio. *Temas escolhidos na Psicologia histórico-cultural: Interfaces Brasil-Cuba*, v.1, 2018

DEBORD, G. *Sociedade do espetáculo*. eBooksBrasil.com, 2003. Disponível em: https://a36b27e2-7d86-45f4-b828-d8b03593f647.filesusr.com/ugd/dcac6b_453c47d2871a4f0a8eeee0a1ddc7bc89.pdf Acesso em 15/11/2023

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. editora Paz e Terra, 2016.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Rumo à outra didática histórico-crítica: superando imediatismos, logicismos formais e outros reducionismos do método dialético. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 19, p. e019003-e019003, 2019.

NASCIMENTO, Carla Cristiane Nunes; SUZUKI, Júlio César. Desenhando vivências: desenhos de um bairro sob a perspectiva da geografia da infância. *Building the way-Revista do Curso de Letras da UEG/Itapuranga*, v. 10, n. 1, 2020.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

ROSSLER, João Henrique. O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de Alexis N. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. *Cadernos Cedes*, v. 24, p. 100-116, 2004.

RUBIO-GONZÁLEZ, Juan; AROCHO, Wanda Rodríguez; ERAUSQUIN, Cristina. Perezhivanie como una unidad de análisis teórico-metodológica no escisionista para la

psicología. *Revista Interdisciplinaria de Filosofía y Psicología*, v. 718, p. 5065, 2023.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. 2001.

TANAMACHI, Elenita de Ricio; ASBAHR, Flavia da Silva Ferreira; BERNARDES, Maria. Eliza. Mattosinho. As proposições de Vigotski para transformar o método de Marx no “Capital” que falta à Psicologia. *II Evento de Método e Metodologia em Materialismo Histórico Dialético e Psicologia Histórico-Cultural. 2013. Anais...* Maringá: PR. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/dcac6b_c0334118df1543e28b04828283ef5341.pdf. Acesso em: set, v. 2013, 2018.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. La crisis de los siete años. *In: Obras Escogidas*. 2. ed. Madrid: Machado Libros, 2006.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológico superiores*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007

Capítulo 4

Evasão acadêmica na pós-graduação: uma revisão bibliográfica de análise dos fatores críticos

Wesley Sampaio da Silva¹⁵

Júlio César Suzuki¹⁶

Miranilde Oliveira Neves¹⁷

INTRODUÇÃO

A evasão de estudantes no ensino superior tem se configurado como um dos principais desafios para instituições de ensino em todo o mundo. Este fenômeno é particularmente preocupante no contexto da pós-graduação, em que a expectativa de compromisso com a especialização dos alunos é elevada. A alta taxa de evasão, não apenas compromete a formação de profissionais qualificados, mas também impacta, negativamente, a reputação e a sustentabilidade financeira das instituições de ensino superior. Segundo Tinto (2019), compreender os fatores que influenciam a permanência e/ou desligamento dos

¹⁵ Mestrando do Instituto Federal do Pará – IFPA, Campus Castanhal.

¹⁶ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal do Pará – IFPA, Campus Castanhal e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo – USP.

¹⁷ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal do Pará – IFPA, Campus Castanhal.

estudantes é fundamental para desenvolver estratégias eficazes de retenção.

No modelo teórico de Vincent Tinto (2019), dois conjuntos principais de fatores são identificados como determinantes críticos para a permanência dos alunos: os fatores de integração e desligamento. Os fatores de integração incluem elementos que facilitam ou dificultam a adaptação dos estudantes ao ambiente universitário, como a interação com colegas, o apoio institucional e a participação em atividades extracurriculares (Tinto, 2020; Smith & Jones, 2021). Os fatores de desligamento abrangem aspectos que podem levar os alunos a abandonar seus cursos, tais como desempenho acadêmico insatisfatório, dificuldades financeiras, falta de suporte emocional, desajuste social, ausência de clareza quanto ao futuro profissional, problemas de saúde e insatisfação com a qualidade do ensino (Silva et al., 2020; Gomes & Ferreira, 2021; Oliveira & Martins, 2019).

No contexto da pós-graduação, esses fatores adquirem nuances específicas. Estudantes de pós-graduação, frequentemente, enfrentam desafios adicionais, como a necessidade de conciliar estudos com responsabilidades profissionais e familiares, além de pressões relacionadas à produção acadêmica e à publicação de pesquisas. Além disso, a falta de preparação acadêmica prévia e a ausência de métodos de ensino que facilitem a aprendizagem são

questões críticas que podem desmotivar os alunos e levá-los ao desligamento (Silva et al., 2020).

A problemática da evasão na pós-graduação também está ligada a questões financeiras. Gomes e Ferreira (2021) destacam que as dificuldades financeiras representam uma das principais causas de evasão no ensino superior, sendo este fator ainda mais pronunciado em países com alta desigualdade econômica, como é o caso do Brasil. Estudantes que não conseguem arcar com os custos de mensalidades, materiais didáticos e despesas de subsistência, frequentemente consideram abandonar seus cursos.

Além disso, o suporte emocional e psicológico é essencial para a permanência dos alunos. Oliveira e Martins (2019) apontam que a ausência de redes de apoio emocional dentro das universidades contribui, significativamente, para o aumento das taxas de evasão, uma vez que os estudantes podem se sentir isolados e sobrecarregados em momentos de desafios pessoais e acadêmicos. A integração social também é um fator determinante; alunos que não conseguem se integrar socialmente no ambiente universitário, seja por diferenças culturais, de valores ou de estilo de vida, tendem a considerar o desligamento (Santos & Pereira, 2022).

A questão da clareza quanto ao futuro profissional é outro ponto crucial. Almeida e Costa (2023) evidenciam que a

falta de orientação profissional eficaz e de oportunidades de estágio contribui para a evasão, pois os alunos não conseguem visualizar os benefícios de longo prazo da sua educação. Problemas relacionados à saúde física e mental, como estresse e ansiedade, também influenciam, negativamente, a capacidade dos estudantes de continuar seus estudos (Lima et al., 2020).

Outro importante elemento é a percepção dos alunos sobre a qualidade do ensino e os métodos pedagógicos utilizados, que podem determinar sua permanência ou desligamento. Quando os estudantes percebem que o ensino é de baixa qualidade ou que os métodos pedagógicos não são eficazes, eles podem sentir que não estão obtendo o valor esperado de sua educação (Carvalho & Rodrigues, 2021).

Diante desse contexto, a pergunta-problema que guia este estudo de revisão bibliográfica é: quais são os principais fatores que influenciam a evasão de estudantes de pós-graduação e como as instituições de ensino superior podem atuar para mitigar esse problema?

Visando responder a esse questionamento, o objetivo geral deste artigo ensaístico é analisar os principais fatores que influenciam a evasão de estudantes na pós-graduação, com base no modelo de integração e desligamento de Vincent Tinto (2019), e identificar estratégias que possam ser implementadas pelas instituições de ensino superior para reduzir as taxas de evasão.

No intuito de aproximar com assertividade o objetivo geral, propõe-se: i) investigar os fatores de integração que facilitam a adaptação dos estudantes de pós-graduação ao ambiente universitário, com foco na interação com colegas, apoio institucional e participação em atividades extracurriculares; ii) analisar os fatores de desligamento que contribuem para a evasão dos estudantes de pós-graduação, incluindo desempenho acadêmico insatisfatório, dificuldades financeiras, falta de suporte emocional, desajuste social, ausência de clareza quanto ao futuro profissional, problemas de saúde e insatisfação com a qualidade do ensino, e; iii) propor estratégias e políticas que as instituições de ensino superior possam implementar para melhorar a retenção de estudantes de pós-graduação.

METODOLOGIA

A pesquisa adotada neste artigo é de natureza bibliográfica, utilizando os fatores de integração e desligamento no modelo de Tinto (2019), além de outros autores que discutem o assunto, tendo em vista considerar esta metodologia adequada para compilar, analisar e interpretar dados já existentes na literatura acadêmica, fornecendo uma compreensão abrangente sobre o tema estudado (Pereira et al., 2019).

A seleção das fontes foi feita a partir da base de dados acadêmica Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, em

que foram priorizados artigos, livros, teses e dissertações publicados entre os anos de 2019 e 2024, garantindo a relevância e a atualidade das informações. O processo de seleção seguiu critérios de inclusão e exclusão claramente definidos em publicações do período informado.

Toda a revisão foi baseada em estudos que abordaram diretamente o modelo de integração e desligamento de Tinto (2019), com fontes que discutiam os fatores de integração e desligamento.

Dos critérios de exclusão, foram consideradas as publicações anteriores a 2019 e estudos que não abordaram diretamente os fatores de integração e desligamento no ensino superior, bem como fontes com dados desatualizados ou não pertinentes ao contexto atual.

Os procedimentos de coleta de dados seguiram uma abordagem sistemática, identificando as palavras-chave, como "modelo de Tinto", "fatores de integração e desligamento", "integração acadêmica", "desempenho acadêmico", "suporte institucional", "desajuste social", "evasão no ensino superior" e "evasão na pós-graduação".

Das buscas na base de dados, foram utilizadas as palavras-chave definidas e realizadas na base de dados acadêmica mencionada. Essa etapa incluiu a combinação de palavras-chave para refinar os resultados e garantir a obtenção de fontes relevantes. As avaliações das fontes identificadas basearam-se nos critérios de inclusão e

exclusão, com as publicações selecionadas, lidas e analisadas quanto à contribuição para os objetivos do estudo.

Já a análise foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme sugerido por Bardin (2019). Essa técnica permitiu a categorização e a interpretação das informações extraídas das fontes selecionadas, facilitando a identificação de padrões, temas e tendências relacionados aos fatores de integração e desligamento.

A análise de conteúdo envolveu as seguintes etapas: a) Leitura Flutuante: leitura inicial das fontes para familiarização com o conteúdo e identificação dos principais temas e conceitos; b) Codificação: atribuição de códigos aos segmentos de texto relevantes, agrupando-os em categorias temáticas; c) Categorização: organização dos códigos em categorias amplas que correspondem aos fatores de integração e desligamento, e; d) Interpretação: interpretação dos dados categorizados, relacionando-os ao modelo de Tinto e discutindo suas implicações.

FATORES DE INTEGRAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO

O Modelo de Integração e Desligamento de Vincent Tinto (2019) explora os fatores que influenciam a permanência ou a evasão dos estudantes no ensino superior. No contexto desse modelo, a integração dos alunos à comunidade acadêmica é fundamental para o sucesso educacional e para a redução das taxas de evasão (Tinto,

2019). Os fatores de integração abrangem diversos elementos que podem facilitar ou dificultar a adaptação dos estudantes ao ambiente universitário, promovendo um senso de pertencimento e engajamento.

A interação com colegas é um dos principais elementos que contribuem para a integração dos estudantes. Segundo Tinto (2020), as interações sociais dentro do campus desempenham um papel crucial na construção de uma rede de suporte que pode ajudar os alunos a enfrentar desafios acadêmicos e pessoais. Grupos de estudo, atividades de grupo e amizades formadas no ambiente universitário criam um senso de comunidade e apoio mútuo. Essas relações sociais podem incentivar os estudantes a se manterem motivados e comprometidos com seus estudos, reduzindo a sensação de isolamento que muitas vezes leva à evasão.

O apoio institucional também é essencial para a integração dos estudantes. Instituições que oferecem serviços de orientação acadêmica, suporte psicológico e programas de mentoria tendem a criar um ambiente mais acolhedor e favorável para os alunos (Smith & Jones, 2021). Programas de tutoria, conselhos acadêmicos e centros de apoio ao estudante são exemplos de iniciativas que ajudam a resolver problemas acadêmicos e emocionais, facilitando a adaptação dos estudantes ao novo ambiente. O acesso fácil a esses recursos pode fazer uma diferença significativa na

experiência acadêmica dos alunos, ajudando-os a superar obstáculos e a persistir em seus estudos.

A participação em atividades extracurriculares é outro fator crucial para a integração dos alunos. Eventos culturais, esportivos, clubes estudantis e outras atividades fora da sala de aula oferecem oportunidades para os estudantes se envolverem mais profundamente na vida universitária (Brown; Davis & Taylor, 2022). Essas atividades não só enriquecem a experiência educacional, mas também proporcionam meios para que os estudantes desenvolvam habilidades sociais, de liderança e de trabalho em equipe. A participação ativa em atividades extracurriculares pode fortalecer os vínculos com a instituição e com outros alunos, promovendo um senso de pertencimento e identidade dentro da comunidade acadêmica.

Além disso, a interação positiva com o corpo docente pode influenciar, significativamente, a integração dos alunos. Professores acessíveis e dispostos a oferecer orientação e suporte criam um ambiente acadêmico mais inclusivo e motivador (Gonzalez, 2019). Relações construtivas entre alunos e professores podem aumentar o engajamento dos estudantes com o conteúdo acadêmico e com a instituição como um todo. Professores que incentivam a participação ativa em sala de aula e se mostram interessados no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos

contribuem para uma experiência educacional mais enriquecedora e satisfatória.

Outro aspecto relevante é a integração acadêmica, que se refere ao envolvimento dos estudantes com os aspectos intelectuais do ambiente universitário. Participar ativamente de aulas, seminários e projetos de pesquisa ajuda os alunos a se sentirem mais conectados com seus cursos e a desenvolver um compromisso mais profundo com seus estudos (Wilson & Clark, 2023). A integração acadêmica também pode ser promovida por meio de currículos desafiadores e de oportunidades para que os alunos apliquem o conhecimento adquirido em situações práticas, o que pode aumentar a relevância e a motivação para os estudos.

A diversidade e inclusão no campus também são fundamentais para a integração dos estudantes. Ambientes que valorizam a diversidade cultural, étnica e social tendem a ser mais acolhedores e inclusivos, permitindo que os alunos se sintam respeitados e representados (Martinez, 2024). Programas e políticas que promovem a igualdade e combatem a discriminação ajudam a criar um ambiente mais justo e propício para todos os estudantes. A diversidade enriquece a experiência educacional, promovendo uma troca de perspectivas e experiências que pode beneficiar a todos.

Finalmente, o ambiente físico e a infraestrutura da instituição podem influenciar a integração dos alunos.

Instalações adequadas, como bibliotecas bem equipadas, espaços de convivência e recursos tecnológicos modernos, proporcionam um ambiente que favorece o estudo e a interação social (Evans & Lee, 2020). Um campus bem planejado e mantido pode melhorar, significativamente, a qualidade de vida dos estudantes, contribuindo para o bem-estar e para uma experiência universitária mais satisfatória.

FATORES DE DESLIGAMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO

Os fatores que levam ao desligamento dos alunos de instituições de ensino superior são diversos e multifacetados. Um dos principais fatores identificados é o desempenho acadêmico insatisfatório. Estudantes que enfrentam dificuldades em acompanhar o conteúdo das disciplinas, manter boas notas e cumprir os requisitos acadêmicos podem se sentir desmotivados e pressionados a abandonar o curso. Isso é corroborado por uma pesquisa de Silva et al. (2020), que aponta que a falta de preparação acadêmica prévia e a ausência de métodos de ensino que facilitem a aprendizagem são determinantes críticos para o desligamento dos estudantes.

Outro fator significativo é a questão financeira. Estudantes que enfrentam dificuldades para arcar com os custos de mensalidades, materiais didáticos e despesas de subsistência frequentemente consideram abandonar o curso. Segundo Gomes e Ferreira (2021), as dificuldades

financeiras são uma das principais causas de evasão no ensino superior, especialmente em países com alta desigualdade econômica. A pressão financeira pode levar os alunos a priorizar o trabalho em detrimento dos estudos, resultando em abandono escolar.

Apesar da gratuidade do ensino nas universidades públicas, muitos alunos enfrentam desafios significativos relacionados ao custo de vida, como alimentação, transporte, materiais didáticos e moradia. Essas dificuldades são especialmente acentuadas para estudantes de baixa renda, que muitas vezes precisam conciliar os estudos com trabalho remunerado para sustentar suas necessidades básicas. A falta de recursos financeiros pode levar a um desempenho acadêmico insatisfatório, aumentando a pressão e o estresse, e, eventualmente, resultando no abandono do curso.

A insuficiência de políticas de assistência estudantil eficazes pode agravar ainda mais essa situação, fazendo com que os estudantes se sintam desamparados e incapazes de continuar seus estudos. Souza et al. (2021), em seu estudo A precariedade econômica e o abandono escolar no ensino superior público, verificou que a falta de suporte financeiro adequado é um determinante crítico para o desligamento dos estudantes.

A falta de suporte emocional e psicológico também é um fator crucial. Estudantes que não têm acesso a serviços de apoio psicológico ou que não encontram um ambiente

acolhedor na instituição podem se sentir isolados e sobrecarregados. Oliveira e Martins (2019) destacam que a ausência de redes de apoio emocional dentro das universidades contribui, significativamente, para o aumento das taxas de evasão, pois os alunos não se sentem amparados em momentos de desafios pessoais e acadêmicos.

Além disso, o sentimento de desajuste social é outro fator relevante. Estudantes que não conseguem se integrar socialmente no ambiente universitário, seja por diferenças culturais, de valores ou de estilo de vida, tendem a considerar o desligamento. Segundo Santos e Pereira (2022), a integração social desempenha um papel decisivo na retenção dos estudantes, pois aqueles que se sentem parte da comunidade universitária têm maior probabilidade de persistir em seus estudos.

A falta de clareza quanto ao futuro profissional também pode levar ao desligamento. Estudantes que não veem uma conexão clara entre o curso que estão realizando e suas expectativas de carreira podem perder a motivação para continuar. Estudo de Almeida e Costa (2023) evidencia que a falta de orientação profissional eficaz e de oportunidades de estágio contribui para a evasão, pois os alunos não conseguem visualizar os benefícios de longo prazo da sua educação.

Problemas relacionados à saúde física e mental também são fatores que influenciam no desligamento.

Estudantes que enfrentam problemas de saúde que afetam a capacidade de estudar e participar das atividades acadêmicas podem ser forçados a interromper seus estudos. De acordo com um estudo realizado por Lima et al. (2020), questões de saúde, incluindo estresse, ansiedade e outras condições médicas, são frequentemente citadas como razões para a evasão escolar.

Finalmente, a insatisfação com a qualidade do ensino e os métodos pedagógicos utilizados pode levar ao desligamento. Quando os estudantes percebem que o ensino é de baixa qualidade ou que os métodos pedagógicos não são eficazes, eles podem sentir que não estão obtendo o valor esperado de sua educação. O estudo de Carvalho e Rodrigues (2021) sugere que a percepção negativa sobre a qualidade do ensino e a falta de inovação pedagógica são fatores significativos que contribuem para a decisão dos alunos de abandonar o curso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DO TEMA

Fatores de Integração na Adaptação dos Estudantes de Pós-Graduação ao ambiente universitário

Os fatores de integração que facilitam a adaptação dos estudantes de pós-graduação ao ambiente universitário, têm como foco a interação com colegas, apoio institucional e participação em atividades extracurriculares. A integração universitária tem sido um tema amplamente discutido na literatura recente, especialmente em contextos de ensino superior no Brasil (Silva & Oliveira, 2019).

Para Lima e Santos (2020), a interação entre colegas desempenha um papel crucial na adaptação dos estudantes de pós-graduação. Segundo eles, a criação de redes de apoio social entre os estudantes contribui significativamente para a redução do estresse acadêmico e melhora do desempenho. Além disso, a colaboração e o compartilhamento de experiências acadêmicas são elementos-chave para a integração.

O apoio institucional é outro fator essencial para a adaptação dos estudantes, conforme apontado por Costa et al. (2021). Este apoio pode incluir desde a disponibilização de recursos acadêmicos até o suporte psicológico. As políticas de acolhimento e programas de mentoria também são destacados como fundamentais para a integração dos novos estudantes de pós-graduação ao ambiente universitário.

A participação em atividades extracurriculares, como grupos de pesquisa, eventos acadêmicos e associações estudantis, tem sido identificada como um fator de integração importante. De acordo com Rocha e Almeida (2022), estas atividades proporcionam oportunidades para o desenvolvimento de habilidades sociais e profissionais, além de fortalecerem o senso de pertencimento dos estudantes.

O trabalho de Silva e Costa (2023) destaca que a participação em atividades extracurriculares pode servir como um ponto de encontro para estudantes de diferentes áreas de estudo, promovendo a interdisciplinaridade e a colaboração entre diferentes campos do conhecimento. Isso não apenas enriquece a experiência acadêmica, mas também amplia as oportunidades de pesquisa e inovação.

Estudos recentes, como o de Pereira e Ferreira (2023), destacam que a integração acadêmica é influenciada por múltiplos fatores, incluindo a qualidade do ensino, as oportunidades de pesquisa e o ambiente físico do campus. Estes elementos contribuem para a construção de um ambiente acadêmico acolhedor e estimulante.

Para Souza et al. (2019), a integração acadêmica está diretamente relacionada ao sucesso e à retenção dos estudantes de pós-graduação. A falta de integração pode levar ao abandono dos estudos, o que ressalta a importância de políticas institucionais voltadas para a inclusão e o apoio contínuo aos estudantes.

Além disso, Ferreira e Martins (2020) apontam que as iniciativas de integração devem ser contínuas e adaptativas, considerando as necessidades específicas de cada grupo de estudantes. A diversidade do corpo discente exige abordagens personalizadas para garantir que todos os estudantes se sintam incluídos e apoiados.

Oliveira e Sousa (2021) sugerem que a integração dos estudantes de pós-graduação não deve ser vista apenas como responsabilidade das instituições de ensino, mas também como um esforço coletivo que inclui estudantes, professores e a comunidade acadêmica em geral. A colaboração entre esses atores é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo.

Almeida et al. (2022) mostram que universidades com políticas de integração bem estabelecidas tendem a ter taxas de sucesso acadêmico mais elevadas entre seus estudantes de pós-graduação. Estas instituições geralmente possuem programas estruturados de orientação e suporte que facilitam a transição e a adaptação dos novos estudantes.

Por fim, a revisão de literatura realizada por Mendes e Santos (2024) conclui que a integração acadêmica é um processo dinâmico e multifacetado que requer a atenção contínua das instituições de ensino superior. A implementação de políticas de apoio e a promoção de um ambiente acadêmico inclusivo são essenciais para garantir

que todos os estudantes tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente.

Em suma, a integração dos estudantes de pós-graduação ao ambiente universitário é um processo complexo que envolve múltiplos fatores. As pesquisas recentes destacam a importância de abordagens integrativas e personalizadas para garantir o sucesso acadêmico e o bem-estar dos estudantes (Silva & Oliveira, 2019; Lima & Santos, 2020; Costa et al., 2021).

Impacto dos Fatores de Desligamento na Evasão dos Estudantes de Pós-Graduação

Os fatores de desligamento que contribuem para a evasão dos estudantes de pós-graduação, incluem desempenho acadêmico insatisfatório, dificuldades financeiras, falta de suporte emocional, desajuste social, ausência de clareza quanto ao futuro profissional, problemas de saúde e insatisfação com a qualidade do ensino. A evasão no ensino superior, especialmente na pós-graduação, é um problema complexo e multifacetado, conforme destacado por Martins e Oliveira (2019).

Silva e Santos (2020) identificaram que o desempenho acadêmico insatisfatório é um dos principais fatores que levam os estudantes a abandonarem seus cursos de pós-graduação. Eles revelam que a pressão por altos rendimentos acadêmicos e a falta de preparação adequada podem

resultar em frustração e desmotivação, culminando na evasão.

Dificuldades financeiras também desempenham um papel significativo na evasão de estudantes de pós-graduação. Segundo Costa e Almeida (2021), muitos estudantes enfrentam desafios econômicos que dificultam a continuidade dos estudos, como a falta de bolsas de estudo ou a necessidade de trabalhar para se sustentar. Essas dificuldades podem comprometer o tempo e a dedicação necessários para o sucesso acadêmico.

A falta de suporte emocional é outro fator crítico. A pesquisa de Lima e Ferreira (2022) sugere que a ausência de redes de apoio e de serviços de aconselhamento psicológico nas instituições de ensino superior pode agravar o estresse e a ansiedade, levando ao desligamento dos estudantes. O suporte emocional adequado é essencial para a manutenção do bem-estar mental e do desempenho acadêmico.

O desajuste social, conforme discutido por Rocha e Pereira (2023), também contribui para a evasão. Estudantes que não conseguem se integrar socialmente ao ambiente universitário tendem a sentir-se isolados e desconectados, o que pode impactar negativamente sua experiência acadêmica. Programas de mentoria e atividades de integração social são recomendados para mitigar esse problema.

A ausência de clareza quanto ao futuro profissional é outro fator que pode levar à evasão. De acordo com Mendes e Oliveira (2024), estudantes que não têm uma visão clara sobre suas perspectivas de carreira podem sentir-se desmotivados e questionar a relevância de seus estudos. Orientação profissional eficaz é essencial para ajudar os estudantes a traçarem planos de carreira realistas e motivadores.

Problemas de saúde, tanto físicos quanto mentais, são fatores adicionais que influenciam a evasão. Segundo Souza e Lima (2020), a falta de acesso a serviços de saúde adequados pode levar ao abandono dos estudos. Instituições de ensino devem fornecer apoio médico e psicológico para ajudar os estudantes a gerenciarem seus problemas de saúde.

A insatisfação com a qualidade do ensino também é um fator importante. Segundo Ferreira e Costa (2019), estudantes que percebem a qualidade do ensino como baixa são mais propensos a desistir dos seus cursos. Melhorias contínuas na metodologia de ensino e na infraestrutura acadêmica são necessárias para garantir a satisfação dos estudantes.

A revisão de literatura realizada por Oliveira e Martins (2021) aponta que a evasão de estudantes de pós-graduação é um fenômeno multifatorial que requer abordagens integradas. Políticas institucionais voltadas para a retenção

dos estudantes, incluindo suporte financeiro, emocional e acadêmico, são essenciais para reduzir as taxas de abandono.

Estudos recentes, como o de Pereira e Rocha (2022), sugerem que a implementação de programas de apoio ao estudante, tais como orientação acadêmica e grupos de apoio, pode reduzir significativamente a evasão. A criação de um ambiente acadêmico inclusivo e acolhedor é fundamental para o sucesso e a retenção dos estudantes.

Por fim, Silva e Almeida (2023) destacam a importância de uma abordagem proativa por parte das instituições de ensino. Identificar precocemente os sinais de dificuldades enfrentadas pelos estudantes e oferecer suporte adequado pode prevenir o desligamento e promover um ambiente de aprendizagem mais positivo e produtivo.

Em suma, a análise dos fatores de desligamento que contribuem para a evasão dos estudantes de pós-graduação revela a necessidade de políticas e práticas institucionais abrangentes e integradas. A combinação de suporte financeiro, emocional, acadêmico e profissional é essencial para garantir a retenção e o sucesso dos estudantes de pós-graduação (Martins & Oliveira, 2019; Silva & Santos, 2020; Costa & Almeida, 2021).

Estratégias e Políticas para Melhorar a Retenção de Estudantes de Pós-Graduação

A retenção de estudantes é um desafio contínuo para as instituições de ensino superior, especialmente em programas de Pós-Graduação, que, frequentemente, enfrentam altas taxas de evasão (Silva & Oliveira, 2019).

Uma das estratégias mais eficazes para melhorar a retenção de estudantes é a implementação de programas de mentoria acadêmica. Segundo Costa e Almeida (2020), a mentoria proporciona orientação personalizada e suporte contínuo, ajudando os estudantes a se adaptarem melhor ao ambiente acadêmico e a superarem dificuldades. Esses programas bem-estruturados podem aumentar significativamente a satisfação e o desempenho dos estudantes.

O suporte financeiro também é crucial para a retenção de estudantes. De acordo com Lima e Santos (2021), muitas desistências são motivadas por dificuldades econômicas. Oferecer bolsas de estudo, auxílios financeiros e oportunidades de emprego dentro da universidade pode aliviar essas pressões e permitir que os estudantes se concentrem em seus estudos.

Apoio emocional é outro fator essencial. Ferreira e Rocha (2022) destacam que a disponibilidade de serviços de aconselhamento psicológico e programas de bem-estar pode ajudar os estudantes a gerenciarem o estresse e a

ansiedade. Instituições que promovem a saúde mental tendem a ter melhores taxas de retenção, pois os estudantes se sentem mais apoiados e valorizados.

Além disso, programas de integração acadêmica e social podem promover um senso de pertencimento entre os estudantes. Pereira e Sousa (2023) mostram que atividades extracurriculares, grupos de estudo e eventos sociais contribuem para a construção de uma comunidade acadêmica coesa e acolhedora, o que é fundamental para a retenção.

O desenvolvimento profissional também é componente chave. Segundo Oliveira e Mendes (2024), oferecer workshops, seminários e oportunidades de networking pode ajudar os estudantes de pós-graduação a visualizarem suas trajetórias de carreira e se prepararem melhor para o mercado de trabalho. Esta clareza quanto ao futuro profissional pode aumentar a motivação e a persistência nos estudos.

A qualidade do ensino é outro aspecto vital. Silva e Costa (2020) afirmam que métodos de ensino inovadores, currículos atualizados e professores qualificados são determinantes para a satisfação dos estudantes. Instituições que investem na qualidade do ensino tendem a reter mais estudantes, pois eles percebem valor na educação que estão recebendo.

Inclusão acadêmica também deve ser uma prioridade. Segundo Souza e Lima (2019), políticas de inclusão que consideram a diversidade do corpo discente e promovem a equidade no acesso e na permanência são fundamentais para a retenção. A inclusão de estudantes de diferentes origens socioeconômicas, étnicas e culturais enriquece o ambiente acadêmico e favorece a troca de experiências.

Iniciativas de acolhimento e orientação inicial são estratégias eficazes. De acordo com Martins e Ferreira (2021), programas de acolhimento que incluem sessões de orientação, tours pelo campus e encontros com professores e colegas podem facilitar a transição para a vida universitária e reduzir o risco de evasão nos primeiros semestres.

A criação de um ambiente acadêmico estimulante e acolhedor também é essencial. Pesquisa de Almeida e Pereira (2022) sugere que um campus bem equipado, com infraestrutura adequada e acesso a recursos acadêmicos, contribui para o bem-estar e a motivação dos estudantes. Espaços de convivência, bibliotecas modernas e laboratórios bem-equipados são elementos que fazem a diferença na experiência acadêmica.

A comunicação eficaz entre estudantes e a administração universitária pode melhorar a retenção. Mendes e Rocha (2023) destacam que canais de comunicação abertos e transparentes permitem que os estudantes expressem suas preocupações e recebam

feedback adequado. Isso ajuda a identificar e resolver problemas rapidamente, antes que levem ao abandono dos estudos.

Por fim, Silva e Costa (2024) recomendam que as instituições realizem avaliações periódicas das estratégias de retenção implementadas. A coleta e análise de dados sobre os motivos da evasão e o feedback dos estudantes podem orientar a adoção de medidas mais eficazes e ajustadas às necessidades reais do corpo discente.

Em suma, a retenção de estudantes de Pós-Graduação pode ser melhorada por meio de uma combinação de estratégias e políticas abrangentes que incluem mentoria acadêmica, suporte financeiro e emocional, programas de integração, desenvolvimento profissional e investimentos na qualidade do ensino. A implementação dessas práticas pode contribuir para um ambiente acadêmico mais acolhedor e motivador, reduzindo as taxas de evasão e promovendo o sucesso dos estudantes (Silva & Oliveira, 2019; Costa & Almeida, 2020; Lima & Santos, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou a evasão acadêmica na pós-graduação por meio de uma revisão bibliográfica, focando em fatores críticos que influenciam a permanência ou desistência dos estudantes. Utilizando o modelo de integração e desligamento de Vincent Tinto (2019), analisou-

se como a adaptação ao ambiente universitário, desafios financeiros, suporte emocional e social, além da clareza profissional, impactam a decisão dos alunos de continuar ou abandonar seus estudos. A pesquisa envolveu a análise de publicações recentes e relevantes, fornecendo uma visão atualizada sobre este fenômeno preocupante.

A pergunta-problema deste estudo foi: "quais são os principais fatores que influenciam a evasão de estudantes de pós-graduação e como as instituições de ensino superior podem atuar para mitigar esse problema?" A resposta identificou que a evasão é influenciada por uma combinação de fatores internos e externos. Desempenho acadêmico insatisfatório, desafios financeiros, falta de suporte institucional adequado, desajuste social, ausência de clareza quanto ao futuro profissional, problemas de saúde mental e física e insatisfação com a qualidade do ensino emergem como os principais contribuintes para a evasão. Para mitigar esse problema, as instituições de ensino superior precisam adotar abordagens integradas que envolvam suporte financeiro, assistência psicológica, programas de mentoria e melhorias na qualidade do ensino.

O primeiro objetivo específico era investigar os fatores de integração que facilitam a adaptação dos estudantes ao ambiente universitário. Descobriu-se que interações positivas com colegas e professores, participação em atividades extracurriculares e acesso a serviços de suporte institucional

são fundamentais para criar um senso de pertencimento e compromisso com os estudos. Instituições que promovem um ambiente de suporte e incentivam a integração social tendem a ter menores taxas de evasão.

O segundo objetivo era analisar os fatores de desligamento que contribuem para a evasão dos estudantes de pós-graduação. Identificou-se que dificuldades financeiras, problemas de saúde, falta de suporte emocional e clareza profissional insuficiente são os principais fatores que levam ao abandono dos cursos. A pressão para equilibrar responsabilidades profissionais e acadêmicas também foi destacada como uma barreira significativa. Melhorar o acesso a bolsas de estudo, serviços de saúde mental e orientação de carreira pode ajudar a reduzir esses fatores de desligamento.

O terceiro objetivo era propor estratégias e políticas que as instituições de ensino superior possam implementar para melhorar a retenção dos estudantes. As estratégias sugeridas incluem a criação de programas de apoio financeiro, a implementação de serviços de aconselhamento psicológico e emocional, a promoção de oportunidades de networking e mentorias, e a melhoria contínua da qualidade do ensino através de métodos pedagógicos inovadores. Políticas que abordem diretamente as necessidades e desafios dos estudantes de pós-graduação são cruciais para reduzir as taxas de evasão.

Este estudo apresenta algumas limitações. A revisão bibliográfica foi limitada a fontes publicadas entre 2019 e 2024, o que pode restringir a amplitude temporal das conclusões. Além disso, a análise foi predominantemente qualitativa, baseada em vários autores que discutem o assunto, o que pode não capturar todas as nuances do fenômeno da evasão. Outra limitação é a falta de dados empíricos diretamente coletados de estudantes, o que poderia fornecer insights mais específicos e detalhados.

Para pesquisas futuras, recomenda-se explorar a aplicação de tecnologias emergentes, como plataformas de aprendizado on-line e ferramentas de suporte digital, na retenção de estudantes de pós-graduação. Além disso, estudos longitudinais que acompanhem os estudantes ao longo de seu percurso acadêmico poderiam proporcionar uma visão mais detalhada de como os fatores de evasão evoluem ao longo do tempo. Investigar a eficácia de políticas institucionais específicas e programas de suporte em diferentes contextos regionais e culturais também poderia oferecer insights valiosos para a formulação de estratégias de retenção mais eficazes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.; PEREIRA, S. Infraestrutura acadêmica e bem-estar estudantil. *Revista Brasileira de Administração Educacional*, 2022.

ALMEIDA, L.; PEREIRA, S.; FERREIRA, M. Comparação de políticas de integração acadêmica em universidades brasileiras. *Revista Brasileira de Administração Educacional*, 2022.

ALMEIDA, M.; COSTA, R. *Future Career Guidance and Student Retention*. SAGE Publications, 2023.

ALMEIDA, R. C.; COSTA, S. P. Orientação profissional e a evasão no ensino superior. *Revista de Desenvolvimento de Carreira*, v. 12, n. 1, p. 76-91, 2023.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Edições 70, 2019.

BROWN, C.; DAVIS, J.; TAYLOR, R. *Extracurricular Activities and Student Engagement*. Palgrave Macmillan, 2022.

CARVALHO, H. T.; RODRIGUES, A. F. Qualidade do ensino e evasão escolar no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, v. 51, n. 1, p. 90-105, 2021.

CARVALHO, L.; RODRIGUES, P. *Qualidade do Ensino e Inovação Pedagógica*. Springer, 2021.

COSTA, A.; ALMEIDA, P. Dificuldades financeiras e a continuidade dos estudos na pós-graduação. *Journal of Higher Education*, 2021.

COSTA, A.; ALMEIDA, P. Programas de mentoria e sua eficácia na retenção de estudantes. *Journal of Higher Education*, 2020.

COSTA, A.; SOUZA, D.; PEREIRA, L. Apoio institucional e adaptação acadêmica: um estudo em universidades brasileiras. *Journal of Higher Education*, 2021.

EVANS, T.; LEE, H. *Campus Infrastructure and Student Experience*. Wiley, 2020.

FERREIRA, M.; COSTA, F. Insatisfação com a qualidade do ensino e evasão. *Journal of Educational Policies*, 2019.

FERREIRA, M.; MARTINS, P. Políticas institucionais de integração e seu impacto na retenção dos estudantes de pós-graduação. *Journal of Educational Policies*, 2020.

FERREIRA, M.; ROCHA, L. A importância do apoio emocional na retenção de estudantes. *Revista de Psicologia Educacional*, 2022.

GOMES, R.; FERREIRA, A. *Desigualdade Econômica e Evasão no Ensino Superior*. Cambridge University Press, 2021.

GOMES, T. A.; FERREIRA, J. P. Desafios financeiros e a evasão no ensino superior. *Revista de Economia da Educação*, v. 30, n. 1, p. 45-60, 2021.

GONZALEZ, M. *Faculty-Student Interaction in Higher Education*. Springer, 2019.

LIMA, D. M.; FERNANDES, E. A.; SILVA, R. J. Saúde mental e a continuidade acadêmica. *Jornal de Saúde e Educação*, v. 27, n. 2, p. 87-102, 2020.

LIMA, S., et al. *Saúde Mental e Evasão Escolar*. Oxford University Press, 2020.

LIMA, T.; FERREIRA, J. Falta de suporte emocional e evasão na pós-graduação. *Revista de Psicologia Educacional*, 2022.

LIMA, T.; SANTOS, F. A importância da interação entre colegas na adaptação dos estudantes de pós-graduação. *Cadernos de Psicologia*, 2020.

LIMA, T.; SANTOS, F. Suporte financeiro como fator de retenção na pós-graduação. *Cadernos de Economia Educacional*, 2021.

MARTINEZ, S. *Diversity and Inclusion in Higher Education*. Oxford University Press, 2024.

MARTINS, R.; FERREIRA, J. Iniciativas de acolhimento e orientação inicial na retenção de estudantes. *Revista de Educação e Sociedade*, 2021.

MARTINS, R.; OLIVEIRA, M. Evasão na pós-graduação: fatores e soluções. *Revista Brasileira de Educação Superior*, 2019.

MENDES, J.; OLIVEIRA, R. Clareza quanto ao futuro profissional e evasão escolar. *Revista Brasileira de Sociologia da Educação*, 2024.

MENDES, J.; ROCHA, S. Comunicação eficaz e retenção de estudantes. *Revista de Inovação Acadêmica*, 2023.

MENDES, T.; SANTOS, V. Revisão de literatura sobre integração acadêmica: políticas e práticas em universidades brasileiras. *Journal of Educational Research*, 2024.

OLIVEIRA, J.; MARTINS, P. *Redes de Apoio Emocional nas Universidades*. Palgrave Macmillan, 2019.

OLIVEIRA, P. R.; MARTINS, F. J. Suporte emocional e permanência no ensino superior. *Psicologia Educacional*, v. 34, n. 4, p. 235-249, 2019.

OLIVEIRA, R.; MARTINS, P. Políticas institucionais de retenção de estudantes. *Revista de Educação e Sociedade*, 2021.

OLIVEIRA, R.; MENDES, T. Desenvolvimento profissional e retenção na pós-graduação. *Revista Brasileira de Sociologia da Educação*, 2024.

OLIVEIRA, R.; SOUSA, J. A colaboração entre estudantes e professores na integração acadêmica. *Revista de Educação e Sociedade*, 2021.

PEREIRA, C., et al. *Pesquisa Bibliográfica: Fundamentos e Aplicações*. SAGE Publications, 2019.

PEREIRA, J.; FERREIRA, C. Fatores de integração e adaptação dos estudantes de pós-graduação no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia da Educação*, 2023.

PEREIRA, J.; ROCHA, S. Programas de apoio ao estudante e redução da evasão. *Revista Brasileira de Administração Educacional*, 2022.

PEREIRA, J.; SOUSA, R. Integração acadêmica e social na retenção de estudantes de Mestrado Profissional. *Revista de Estudos Universitários*, 2023.

ROCHA, M.; ALMEIDA, P. Atividades extracurriculares e integração acadêmica: um estudo de caso. *Revista de Estudos Universitários*, 2022.

ROCHA, M.; PEREIRA, L. Desajuste social e evasão escolar: um estudo em universidades brasileiras. *Revista de Estudos Universitários*, 2023.

SANTOS, C. E.; PEREIRA, M. L. A integração social e a retenção de estudantes universitários. *Sociologia da Educação*, v. 48, n. 3, p. 200-215, 2022.

SANTOS, M.; PEREIRA, R. *Integração Social e Retenção de Estudantes*. Routledge, 2022.

SILVA, A. R.; SOUZA, L. F.; OLIVEIRA, M. N. Fatores acadêmicos que influenciam a evasão no ensino superior. *Revista de Educação Superior*, v. 45, n. 2, p. 123-138, 2020.

SILVA, D., et al. *Desempenho Acadêmico e Desligamento de Estudantes*. Johns Hopkins University Press, 2020.

SILVA, G.; ALMEIDA, L. Abordagens proativas para prevenir a evasão escolar. *Revista de Inovação Acadêmica*, 2023.

SILVA, G.; COSTA, F. A interdisciplinaridade nas atividades extracurriculares e sua influência na integração acadêmica. *Revista de Inovação Acadêmica*, 2023.

SILVA, G.; COSTA, F. Qualidade do ensino e satisfação dos estudantes. *Journal of Educational Policies*, 2020.

SILVA, R.; OLIVEIRA, M. Desafios da retenção de estudantes de Mestrado Profissional. *Revista Brasileira de Educação Superior*, 2019.

SILVA, R.; OLIVEIRA, M. Integração universitária: um estudo sobre a adaptação dos estudantes de pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, 2019.

SILVA, T.; COSTA, F. Avaliação de estratégias de retenção na pós-graduação. *Journal of Educational Research*, 2024.

SILVA, T.; SANTOS, F. Desempenho acadêmico e evasão escolar na pós-graduação. *Cadernos de Psicologia*, 2020.

SMITH, A.; JONES, B. *Institutional Support and Student Integration*. Cambridge University Press, 2021.

SOUZA, J. P., SILVA, M. A., & OLIVEIRA, R. T. A precariedade econômica e o abandono escolar no ensino superior público. *Revista de Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 3, p. 235-250, 2021.

SOUZA, V.; LIMA, G. Inclusão acadêmica e retenção de estudantes. *Revista de Pesquisa Educacional*, 2019.

SOUZA, V.; LIMA, G. Problemas de saúde e evasão na pós-graduação. *Revista de Pesquisa Educacional*, 2020.

SOUZA, V.; MARTINS, R.; SILVA, L. Integração acadêmica e sucesso escolar: evidências de universidades brasileiras. *Revista de Pesquisa Educacional*, 2019.

TINTO, V. *College Success: A New Approach*. Johns Hopkins University Press, 2020.

TINTO, V. *Student Retention and Success*. Routledge, 2019.

WILSON, R.; CLARK, L. *Academic Integration and Student Success*. SAGE Publications, 2023.

Capítulo 5

Fronteiras linguísticas: reflexões sobre o atendimento aos surdos na Casa do Migrante em Foz do Iguaçu-PR

Michele Siu Mui Yu Fernandes¹⁸

Sulamita Oliveira Simões¹⁹

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a refletir sobre os atendimentos dos migrantes surdos que demandaram os serviços da Casa do Migrante²⁰, em Foz do Iguaçu-PR, no ano

¹⁸ Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Culturas e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-PPGSCF/UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu. Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE – Campus Foz do Iguaçu. Especialista em Reformas Processuais, Direito Processual Penal e Direito Previdenciário. É membro do Grupo de Pesquisa: Estudos Interdisciplinares: Políticas Linguísticas, diversidade e fronteiras. Trabalha com pesquisas voltadas à Comunidade Surda em Foz do Iguaçu com o foco na inclusão social. Advogada pela OAB-PR. Endereço eletrônico: <michele.yu2608@gmail.com>. ORCID ID: 0009-0004-4577-9844

¹⁹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – PPGICAL/UNILA. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima – PPGSOF/UFRR. Advogada pela OAB-PR. É membro do Grupo de Pesquisa NEIAM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Amazônia), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), dando ênfase aos estudos em políticas públicas fiscais para as cidades-gêmeas da fronteira brasileira. Trabalha como voluntária na Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu-PR, como parte do projeto de extensão da Cátedra Sérgio Vieira de Melo-CSVM/UNILA. Endereço eletrônico: <sulamita.adv@gmail.com>. ORCID ID: 0009-0001-2878-9512.

²⁰ A Casa do Migrante foi inaugurada em 20 de junho de 2008, através de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Trabalho e a Secretaria da Assistência Social de Foz do Iguaçu/PR, tendo apoiadores como a ACNUR-Brasil e a OIM. Tem como objetivo atender migrantes na regularização de seus documentos de residência e para trabalho, especialmente, na acolhida, promoção, integração, orientação e

de 2023, e sua perspectiva na questão da fronteira linguística em contexto de cidades de fronteira terrestre internacional, nomeadamente, quando nos deparamos com o problema de falta de intérprete.

Para tanto, propõe-se lançar um debate sobre a fronteira linguística em cidades de fronteira internacional oriundas de outros estudos sobre a temática nas fronteiras brasileiras, assim como, expor sobre a evolução do movimento surdo no Brasil, no intuito de evidenciar a importância desse movimento em políticas públicas. À guisa de conclusão, pretende-se inferir se a fronteira da língua, no caso dos surdos atendidos, representa, de certo modo, uma barreira linguística à comunicação, especialmente, pelas limitações impostas entre os sujeitos envolvidos - atendentes e atendidos, quando não há intérpretes.

A Casa do Migrante de Foz do Iguaçu-PR é uma instituição que presta serviços de acolhida humanizada ao migrante, com base em suas necessidades, como trabalho, saúde, regularização migratória e integração na comunidade local, e conta com diversos apoiadores. O local não dispõe de um intérprete para que realize o atendimento dos migrantes surdos. Segundo informações da responsável, Irmã Terezinha, a mediação é feita com familiares do migrante e, poucas

encaminhamento para que o migrante tenha seus direitos humanos e civis respeitados (CASA DO MIGRANTE, s/d).

vezes, com a participação de voluntários especialistas em LIBRAS.

Em geral, mesmo na presença de um intérprete, familiares/amigos do migrante ajudam na mediação ao surdo para que o serviço seja concretizado pelos atendentes. De acordo com o relato da responsável, foi possível perceber que outras formas de comunicação, que não seja a língua de sinais, mostraram-se presentes por ocasião do atendimento dessas pessoas, como a visualidade, a escrita e os gestos. A maioria dos migrantes surdos atendidos é oriunda dos países hispanos da América Latina, especialmente, Paraguai e Venezuela.

A reflexão sobre a problemática proposta se torna relevante na medida em que evidenciamos políticas públicas ainda sem efetividade voltadas aos surdos, inexistentes até em regiões fronteiriças. Na prática, em muitos casos, a pessoa surda se vê obrigada a propor ação judicial para que determinado órgão ou instituição cumpra o que determina a legislação, e só mesmo a partir disto, vê os seus direitos resguardados.

Não podemos olvidar sobre a importância da temática apresentada, tendo em conta que, segundo dados divulgados pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) em 2019, do IBGE (IBGE, 2021), 17,3 milhões de **pessoas, de diferentes classes sociais e idades**, têm algum grau de surdez no Brasil, sendo que, em pessoas com grau elevado, somente 22,4%

sabiam usar LIBRAS. No mais, conforme ainda constata Silva (2021), há no Brasil 21 (vinte e uma) línguas de sinais, utilizadas por (i) indígenas surdos, (ii) surdos em comunidades isoladas, (iii) em pequenas comunidades rurais e (iv) **em regiões de fronteira**. (grifo nosso)

Então, tais dados são significativos, especialmente quando pensamos nos surdos em contexto de fronteiras internacionais, e sua correlação com o problema apresentado. Além disto, ao mesmo tempo em que nos propicia inferir se a fronteira linguística representa uma barreira à língua a esses sujeitos da fronteira, abre-nos a possibilidade para se pensar também em políticas públicas voltadas para as cidades da fronteira, até mesmo refletir se essas políticas incrementariam a coesão transfronteiriça, em termos sociais, em todos os lados da fronteira.

A cidade de Foz do Iguaçu, local do objeto deste estudo, situa-se em uma região de tríplice fronteira internacional. A este respeito, é importante mencionar que, segundo informações da responsável pela Casa do Migrante em Foz do Iguaçu, são periódicas as reuniões que se dão entre a Casa e outras instituições fronteiriças que atendem migrantes, no caso, das cidades de Puerto Iguazú, na Argentina, e de Ciudad Del Este, no Paraguai, sempre no intuito de alinhar protocolos de atendimentos e demandas aos migrantes para essa tríplice fronteira, especialmente, na atenção de crianças e adolescentes.

FRONTEIRA LINGUÍSTICA E FRONTEIRA TERRESTRE

É muito comum encontrarmos o entendimento de fronteira como sinônimo de fronteira geográfica, fronteira política ou fronteira jurídica. A vasta produção acadêmica cada vez mais tem debruçado o estudo da fronteira dentro do viés interdisciplinar, de maneira a contribuir com a reflexão dos fenômenos estudados na relação espaço-sujeito, a partir da intersecção do conteúdo de duas ou mais disciplinas. A fronteira terrestre internacional parece ser um rico campo de estudo interdisciplinar para a temática proposta.

Grimson (2003) afirma que o estudo das fronteiras não busca somente a novos sujeitos, mas sim os conflitos, dilemas e estigmas existentes e propiciados por eles nesses espaços. Já Sánchez (1992, p. 173) entende que *"la frontera muestra la situación correspondiente a un momento dado, ya que puede haber sido distinta en el pasado, o serlo en el futuro"*. Assim, o conceito de fronteira nasce da observação da realidade, e está envolta ao mundo acadêmico, vale dizer, o conceito de fronteira é elaborado a partir de uma análise, numa perspectiva de que a fronteira não existe, mas nasce de uma construção da realidade.

Não restam dúvidas que no contexto de fronteiras terrestres internacionais, há vários fenômenos construídos pelos mais variados sujeitos na conformação espacial. As relações entre os sujeitos nesses espaços, portanto,

constroem as fronteiras, os contatos, e concomitantemente, as barreiras e os conflitos. Isso se dá, por exemplo, pela diferença/semelhança do outro, de sua cultura, de sua língua, de sua legislação e política internas, de seus costumes etc.

No que diz respeito à fronteira linguística, por um lado, observa-se que vários estudos destacam a coexistência, a convivência, a cooperação e a concorrência entre línguas em espaços fronteiriços. Por outro, de modo geral, são pesquisas que se correlacionam com questões relativas às línguas orais, vale dizer, a uma comunicação oral. As pesquisas de Sturza (2005; 2006), contudo, abrem outra via possível, uma brecha para pensarmos outras línguas, nomeadamente, quando a discussão leva em conta outros modos de comunicação, que não seja a oral, especialmente, no contexto de cidades de fronteira.

Desse modo, para Sturza (2006, p. 26), *“a fronteira não significa apenas pela sua relação espacial, como o lugar que marca o limite entre territórios”, isto é, “como um espaço de contato, um espaço em que se tocam culturas, etnias, línguas, nações”*. Ainda de acordo com a autora, a fronteira seria um espaço de confluências, sejam por integração, sejam elas por oposição de todo tipo, política, ideológica, econômico-social.

Na perspectiva de Sturza (STURZA, 2010 *apud* BAALBAKI, 2021), a história das línguas praticadas em zonas de fronteira brasileira deve tomar em conta dois fatores

fundamentais, o *primeiro*, de que as fronteiras geopolíticas também se definem pela existência de um par de línguas, no caso, o português e o espanhol, como contato histórico e genealógico estreito; o *segundo*, que a história do contato dessas línguas é compartilhada com outras línguas, e que convivem e/ou entram em conflito.

A língua de sinais, o principal modo de comunicação que envolve os sujeitos surdos, como todas as outras línguas, produzem diferentes modos de interpretação, o que, nos estudos de Baalbaki e Rodrigues (2011, p. 147), “[...] *produzem diferentes gestos de interpretação, nos quais se inscrevem posições-sujeito distintas – afinal, o sujeito surdo é também um sujeito de linguagem, determinado sócio-historicamente*”.

Nesse sentido, pensar na concepção de fronteira linguística em fronteiras internacionais para os sujeitos surdos, que falam distintas línguas e modos diferentes de ser e viver, é permitir que a comunicação seja, para além da língua de sinais vernácula daquele sujeito migrante, de algum modo complementada por outros meios de comunicação, como gestos, escrita e visualidade. A fronteira da comunicação, como episteme, [...] *não pode se conceber corretamente sem que se tenha consciência da existência de outras epistemologias “locais”, com as quais se relaciona em graus variáveis* (SAMAIN, 2001, p. 10).

Estudos indicam que a visualidade tem um papel importante para os sujeitos surdos da/na fronteira. Ao analisar o caso dos migrantes surdos venezuelanos, Figueira (2016, p. 16) menciona sobre a fronteira como compartilhamento simbólico da visualidade, no sentido de que um sujeito surdo, que se produz de diversas formas, por meio das nacionalidade e línguas que lhe atravessam, “[...] borram essa fronteira em busca de constituírem-se na experiência visual”. Ainda nesse sentido, Baalbaki (2021) infere que “[...] a língua de sinais ou a língua-de-sinais-misturada para significar tem que se inscrever na história e, nesse fluxo/nessa afluência, o sujeito-surdo se subjetiva, entre outras vias, pela da visualidade”.

Podemos encontrar outros trabalhos que discutem a perspectiva das línguas de sinais como línguas de sinais de fronteira, com essas especificidades, na fronteira do Brasil (Santana do Livramento-RS) com o Uruguai (Rivera); na fronteira do Brasil (Corumbá-MS) com a Bolívia (Puerto Suárez e Porto Quijarro); na fronteira do Brasil (Ponta Porã-MS) com o Paraguai (Pedro Juan Caballero) (FLORENCIANO; LIMBERTI, 2016; KARNOPP; VAZ; FIGUEIRA, 2017; MIRANDA, 2020; PINHEIRO, 2020 *apud* COUTO, 2023).

Por essas razões, é interessante destacarmos que as regiões de fronteira internacional são espaços propícios para se pensar nos sinais ou linguagens de fronteira/fronteira linguística, considerando a pluralidade de línguas que

transitam – e seus diferentes modos de comunicação -, e que não se resumem à oralidade.

MOVIMENTO SURDO NO BRASIL

Até o século XV, os surdos eram mundialmente considerados como incapazes de aprender. No Brasil, a preocupação com a educação dos surdos começou em 1855, pois a neta de Dom Pedro II era surda. Assim, o surdo francês E. Huet foi convidado a abrir a primeira escola para surdos no Brasil, o *Imperial Instituto dos Surdos-Mudos*, que hoje é o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (CEZAR e ALMEIDA, 2016).

Foi no INES que surgiu a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que pode ser um misto da língua utilizada pelos surdos brasileiros com a língua de sinais francesa. No ano de 1875, um ex-aluno do INES, Faustino José da Gama, publicou o primeiro dicionário brasileiro de língua de sinais, chamado *Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos* (CEZAR e ALMEIDA, 2016).

A partir daí, a Libras foi difundida, mas, em 1880, sofreu um grande retrocesso. O Congresso de Milão proibiu o uso das línguas de sinais em âmbito mundial, sob a justificativa de que deveriam ser oralizados e a leitura labial era a melhor forma de aprendizagem. Os surdos continuaram a se comunicar por sinais, mas atrasou a propagação da Libras no país (DALL`ALBA, 2013).

Em 1980, o movimento surdo no Brasil emergiu relacionado à mobilização social das pessoas com deficiência. O seu desenvolvimento foi favorecido pelas transformações na estrutura de oportunidades políticas causadas pela redemocratização após o regime ditatorial militar que perdurou de 1964 a 1985 (BRITO, 2013). O Movimento Surdo buscou defender a cultura surda, vendo a surdez como diferença, e não como patologia.

De acordo com Silva (2011), o percurso para oficializar a Libras foi longo e começou com um projeto de lei da senadora Benedita da Silva. Esse processo de reconhecimento jurídico da Libras foi complexo, pois, paralelamente a esse trâmite na instância federal, que durou de 1996 a 2002, essa língua foi reconhecida em outras localidades, nos planos municipal e estadual.

No tocante às políticas públicas para os surdos, um dos marcos mais importantes foi a referida Lei de Libras, Lei nº 10.436/2002, aprovada no dia 24 de abril de 2002, a qual reconhece a Língua Brasileira de Sinais como a segunda língua oficial do país. Apesar de ser uma lei curta e com apenas cinco sucintos artigos, verifica-se que seu conteúdo é focado em estabelecer garantias e reconhecimento às reivindicações do movimento surdo. Dentre as políticas públicas descritas na Lei 10.436/2002, releva citar o dever do poder público em geral e o sistema educacional garantir atendimento e tratamento adequado aos surdos.

Art. 2o **Deve ser garantido, por parte do poder público em geral** e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de **apoiar o uso e difusão** da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (grifo nosso).

Art. 3o As **instituições públicas** e empresas concessionárias de serviços públicos **de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado** aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor (BRASIL, 2002). (grifo nosso)

Um dos eventos que merece ser citado na trajetória de lutas do movimento surdo ocorreu em 1999. Nesse ano, o Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação para Surdos (NUPPES), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), organizou o V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, onde foi produzido um texto, elaborado junto à Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS)²¹, com as reivindicações da comunidade surda (MAZACOTTE, 2018).

O documento resultante do Congresso reivindica vários pontos, sendo os principais: educação bilíngue para surdos, reconhecimento da língua de sinais na educação de surdos, iniciativas visando impedir o preconceito contra surdos, legenda em língua de sinais na mídia televisiva, política pública de atendimento às crianças de rua surdas,

²¹ FENEIS é uma entidade filantrópica de defesa dos direitos das pessoas surdas, fundada em 1987.

não imposição do aparelho de audição aos surdos, presença de intérprete de língua de sinais e critérios específicos de avaliação para surdos prestarem concursos e exames vestibulares e ensino de língua de sinais em cursos de ensino superior. O documento pede o fim da política de inclusão e integração do surdo, pois a reivindicação é de escola bilíngue para surdos (MAZACOTTE, 2018, p. 78). A partir do referido documento e das reivindicações, intensificou-se a luta pelas escolas bilíngues, tendo a Libras como língua de instrução.

Sacks (1998) afirma que o cérebro dos surdos é mais adaptado à língua de sinais e que, se forçados a falar, nunca conseguirão uma linguagem eficiente. A língua de sinais permite que o surdo forme uma comunidade linguística e isso anula a deficiência. Os surdos que usam a língua de sinais podem ser vistos como uma comunidade linguística, e não como um desvio da normalidade.

O senso comum possui a tendência de associar a ideia de normalidade com características comuns à maioria. Ocorre que a diversidade não pode ser vista como um problema. Nesse sentido, Kuper (2002, p. 299) leciona que “numa sociedade multicultural as diferenças culturais devem ser respeitadas, e até mesmo estimuladas. A sobrevivência cultural representa o resultado dessa política”. Assim, a língua de sinais deve ser incentivada e usada para que os ouvintes possam aprender e se comunicar com os surdos.

Quanto à elaboração de leis, além da Lei de 2002 que reconheceu a Libras, cumpre mencionar que no ano de 2005, o Decreto nº 5.626 regulamentou e inseriu a Libras nos cursos de formação de professores como disciplina curricular obrigatória:

Art. 3º. A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Após as aprovações da Lei de Libras e do Decreto de Libras, no ano de 2006, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) abriu um curso de Licenciatura de Letras Libras, para formação de professor de Libras. No Paraná²² foi publicada no Diário Oficial nº 15.658 de 2007, a lei do dia Estadual de Intérprete de Libras, como forma de reconhecimento e valorização dessa categoria profissional. Outra conquista que merece ser destacada foi a Lei nº 12.319 de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), garantindo a presença do profissional que acompanha o surdo fazendo a tradução e

²² O destaque ao estado do Paraná é em virtude da Casa do Migrante, objeto de recorte do presente estudo, situar-se neste estado.

interpretação em Língua de Sinais em escolas e em instituições, como hospitais.

No ano de 2012, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) e Superintendência da Educação (SUED) criaram uma Instrução nº 003/2012 que: “Estabelece normas para atuação do profissional tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa TILS nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual”.

Apesar da supracitada Lei nº 12.319/2010 ser considerada uma conquista, ela não possui regulamentações suficientes, assim, foi necessária a publicação da recente Lei sob nº 14.704, publicada em 26 de outubro deste ano de 2023, que altera a lei de 2010. Antes da nova lei, pessoas com formação insuficiente, mas certificadas, podiam ser contratadas como intérprete, com jornadas exaustivas de trabalho.

A Lei nº 14.704/2023 obriga o tradutor/intérprete a ter atenção com os direitos humanos da comunidade surda e com a ética profissional, como em casos de tradução juramentada. No entanto, a luta dos intérpretes e tradutores continua. Conquistada a jornada de trabalho e o revezamento obrigatório, é necessário conquistar também um piso salarial, avançar na organização da categoria, fundando sindicatos, organizações e movimentos que denunciem a exclusão da LIBRAS na sociedade (BRASIL, 2023).

O Movimento Surdo também lutou para incluir a educação bilíngue para surdos no Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014/2024 (Lei 13.005/2014). Ocorre que, as lideranças governistas, contrárias às propostas da comunidade surda, alegaram que a escola bilíngue para surdos era segregacionista. A partir de então, as escolas de surdos passaram a ser ameaçadas de fechamento. No dia 17 de março de 2011, a Diretora de Política de Educação Especial, Martinha Claret, foi ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) anunciar que este seria fechado até 2011 (CAMPELLO, REZENDE, 2014). Em resposta, a comunidade surda fez uma passeata em Brasília. Segundo Garcèz (2011), mais de quatro mil pessoas protestaram contra o fechamento das escolas de surdos, nos dias 19 e 20 de maio de 2011.

A possibilidade de fechamento das escolas bilíngues fere o direito fundamental à educação de forma eficaz. A Profa. Patrícia Rezende (diretora de políticas educacionais da Feneis) explica que é na escola inclusiva, onde surdos e ouvintes não falam a mesma língua, que ocorre a segregação:

A atual política de inclusão insiste em colocar crianças surdas junto com as ouvintes, sem haver um compartilhamento linguístico entre elas. Nesses espaços, as crianças surdas oriundas de famílias ouvintes não adquirem sua língua natural de forma espontânea, como as crianças ouvintes que compartilham a mesma língua da sua família interagindo e obtendo informações e, assim, construindo o conhecimento de mundo, que é

aprofundado na escola. Como haver inclusão se não há aquisição linguística pela criança surda? (CAMPELLO E REZENDE, 2014, p. 76).

Desse modo, alunos surdos e ouvintes não compartilham uma língua nas escolas convencionais. E com isso, os alunos surdos possuem dificuldades na aprendizagem, em virtude de os métodos serem pensados didaticamente para ouvintes. Ademais, a escola bilíngue é uma forma de educação multicultural, constituindo-se em uma peça importante nos processos de resistência linguísticos e culturais, bem como nas rupturas entre modelos, discursos e línguas (HAMEL, 1995).

De acordo com o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014 para o Decênio 2014/2024, sob a forma de Lei nº 13.005, a educação bilíngue pode se dar em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas. Portanto, ainda há a possibilidade de fechamento de escolas bilíngues, como a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu (APASFI). Pois, o Plano autoriza a educação de surdos em escolas comuns, onde a língua de instrução é oral, o que não propicia o pleno desenvolvimento dos surdos.

Para Mazacotte (2018), a confusão terminológica entre as expressões: *educação bilíngue de/para surdos*, *inclusão de surdos* e *educação especial para surdos* afeta diretamente a vida dos surdos, podendo provocar a permanência dos sofrimentos de uma comunidade já

historicamente privada de sua cultura e de sua língua. Nesse sentido, as autoras surdas Campello e Rezende (2014, p. 89) realizam uma importante síntese:

Foi assim que lutamos no passado e é assim que continuamos lutando, por uma qualidade que condiga com uma política linguística, com uma educação linguística, com uma educação bilíngue. Nada vai em frente quando não há luta; a batalha encerra-se, entretanto, as lutas não cessam. a mobilização em defesa de nossas escolas bilíngues de surdos vem dos primórdios, mas com maior intensidade a partir da *explosão do movimento surdo*, quando na ameaça do fechamento da nossa escola centenária. Enfim, estamos construindo a nossa política da verdade: as escolas bilíngues de surdos não são segregadas, não são segregadoras e nem segregacionistas como tem alardeado tanto o ministério da educação. Pelo contrário, são espaços de construção do conhecimento para o cumprimento do papel social de tornar os alunos cidadãos verdadeiros, conhecedores e cumpridores dos seus deveres e defensores dos seus direitos, o que, em síntese, leva à verdadeira inclusão.

Dessa feita, verifica-se que a atuação do Movimento Surdo já resultou em significativas conquistas nas últimas décadas, entretanto, ainda há muito a ser feito. A comunidade surda representa uma minoria linguística que luta pela preservação da língua de sinais e sua instituição como língua de instrução. Portanto, há a necessidade de traçar políticas linguísticas de acordo com o “ser surdo”, respeitando, assim, não apenas a língua, mas também a identidade e a cultura surda.

Em termos de cidades de fronteira internacional brasileira, há uma particularidade interessante que envolve esses espaços, justamente, diante da pluralidade de línguas que transitam, o que demandaria por parte do Estado de políticas públicas sociais específicas, até mesmo como forma de incrementar a coesão/cooperação transfronteiriça nos países que compartilham o mesmo espaço fronteiriço.

CASO PRÁTICO: OS ATENDIMENTOS AOS SURDOS NA CASA DO MIGRANTE EM FOZ DO IGUAÇU-PR

Desde a sua criação, a Casa do Migrante em Foz do Iguaçu presta serviços aos migrantes surdos. Segundo dados informados pela responsável da Casa do Migrante, no ano de 2023, houve um total de 06 atendimentos para migrantes surdos, de distintas nacionalidades e idades, conforme se vê do quadro abaixo:

Quadro 1: Quantidade de Migrantes Surdos por Nacionalidade/Faixa Etária

N.º de migrantes	Nacionalidade	Jovem/Adulto/Idoso ²³
02	argentina	Jovem
01	venezuelano	Adulto
01	haitiano	Jovem
02	paraguaia	Jovem

Fonte: Casa do Migrante, s/d.

²³ Consideramos a divisão populacional por faixa etária conforme a classificação do IBGE: Jovens – do nascimento até aos 19 anos de idade; Adultos – corresponde à população que possui entre 20 a 59 anos de idade; Idosos ou melhor idade – pessoas que apresentam 60 anos de idade ou mais.

Os dados apontam que a maioria dos atendimentos foram de argentinos e de paraguaios. Em relação à faixa etária, verifica-se que estão classificados entre jovens e adultos. Conforme relata a responsável da Casa do Migrante, dos 6 (seis) migrantes surdos atendidos em 2023, 2 (dois) deles eram crianças, com idades de 5 e 12 anos.

Ainda conforme a responsável, do total de atendimentos realizados neste ano, houve somente um requerimento por parte do migrante para que o atendimento fosse mediado por um intérprete, situação que acabou restando infrutífera por circunstâncias alheias à Casa do Migrante. Com isto, ao final, em todos os casos de atendimentos aos surdos em 2023, a mediação da comunicação se deu entre familiares/amigos dos migrantes e os atendentes.

Mesmo não havendo a participação de um intérprete para que o atendimento fosse realizado, ainda assim, continua a responsável, é possível estabelecer um grau mínimo de comunicação para providenciar a solicitação pretendida pelo migrante, que não seja pela língua de sinais brasileira ou de seu país de origem, o que se dá por gestos e indicações para a constatação da solicitação, pela análise e confirmação de documentos pessoais, e, especialmente, pela visualidade - até mesmo pela escrita - estabelecida entre as pessoas envolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propõe a apresentar breves reflexões, a partir da discussão de fronteira linguística em contexto de fronteira internacional, bem como expor sobre a luta do movimento surdo no Brasil, tomando como análise da problemática apresentada os atendimentos de migrantes surdos realizados pela Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu-Paraná, em 2023, e se isto representa uma fronteira/barreira à língua.

Em primeiro lugar, vimos que a fronteira linguística não se dá somente pela oralidade. Outros meios de se comunicar são relevantes. A língua de sinais é o principal instrumento de comunicação dos surdos, todavia, ela também possui variações, mesmo dentro do próprio país. Assim, em contexto de fronteira, essas variações são ainda mais perceptíveis. Em segundo lugar, expomos, brevemente, sobre o movimento surdo, no intuito de chamarmos atenção para a importância da luta dessa comunidade para que tenham sua língua reconhecida perante à sociedade. Em terceiro lugar, com base nas informações coletadas na Casa do Migrante, podemos inferir que, em virtude da falta de intérprete, muitas vezes a comunicação com pessoas surdas e ouvintes ocorre de diversas formas, como por exemplo, por meio de gestos, para que o atendimento seja prestado, e com a participação de pessoas próximas do surdo.

Mas queremos chamar a atenção para uma questão de fundo, pois, com os dados levantados na Casa do Migrante, não pretendemos inferir pela inexistência de barreiras à fronteira linguística. Em um mundo inclusivo, o intérprete da Língua de Sinais tem uma importância fundamental para contribuir com o acolhimento dos surdos e para a comunicação plena, em lugares essenciais de atendimento, públicos e privados, em nossa sociedade.

Porém, infelizmente, as barreiras à fronteira linguística, por um lado, em que pese a conquista política do Movimento Surdo, são estabelecidas pelo próprio Estado, quando desrespeitam o cumprimento da lei, e mesmo pela sociedade, em geral, ao demonstrar resistências ao exercício pleno da comunicação por essa comunidade, e não por parte dos surdos. A hipótese inicialmente levantada foi comprovada de que, apesar de existir legislação vigente, os atendimentos aos surdos na Casa do Migrante são, geralmente, realizados sem intérpretes, o que restou demonstrados com as informações fornecidas pela responsável da instituição.

Mesmo diante das políticas públicas dispostas na Lei de Libras (Lei n. 10.436/2002), no sentido de garantir atendimento eficaz aos surdos, na prática, utiliza-se o auxílio de familiares e/ou amigos dos atendidos, de maneira informal e, muitas vezes, improvisada. Portanto, verifica-se que os

atendimentos aos surdos na Casa do Migrante são realizados de forma a suprir, minimamente, a necessidade do atendido, entretanto, em virtude da falta de intérprete capacitado à disposição, a barreira linguística permanece, pois impede que o surdo se expresse de forma plena e imparcial por um intérprete.

Será que um dia haverá nas regiões de fronteira internacional brasileira um *intérprete de sinais/linguagem de fronteira* a serviço dos migrantes surdos? Será que um dia as políticas públicas para os surdos serão efetivas e surgirão políticas de fronteira específicas de modo a incrementar as relações fronteiriças entre os países em prol desses sujeitos? A luta dos surdos persiste e está solidificada nos direitos fundamentais da pessoa humana. Esperamos nos tornar uma sociedade mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar; BENTES, Thayse. Línguas de sinais de fronteiras: o caso da LSV no Brasil. *Humanidades & Inovação*, v. 7, p. 125-135, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3214/2262>.

BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. *(Des)encontros entre línguas de sinais: contato das e nas fronteiras*. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/35736/24355>>.

BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira; RODRIGUES, Isabel Cristina. Meio legal de comunicação versus língua oficial: um debate sobre leis. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 27/28, p. 137-150, 2011.

BRASIL, *Dec. nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a lei que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/566431>.

BRASIL, *Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de tradutor da Libras. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm.

BRASIL, *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

BRASIL, *Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023*. Dispõe sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm.

BRITO, Fábio Bezerra de. *O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais*. 2013. 275 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03122013-133156/pt-br.php>

CAMPELLO, Ana Regina. REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. *Em Defesa da Escola Bilingue para Surdos: a História de Lutas*

do Movimento Surdo Brasileiro. *Educar em Revista*. Curitiba, Paraná. N. 2, p. 71-92, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/06.pdf>.

CASA DO MIGRANTE. Disponível em: <https://scalabrinianas.org/cmigrante-foz/#>. Acesso em: 11 dez. 2023.

CEZAR, Kelly Priscila Lóddo. ALMEIDA, Luiz Gustavo Paulino de. História da Educação de Surdos contada em HQ. *Ideação Godoy*, V. 18, N. 01, p. 178-194, Foz do Iguaçu, PR, 2016. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/17318>.

COUTO, G. F. do. A Influência da Língua de Sinais Americana em uma Comunidade Surda da cidade de Umuarama. In: *Migrantes Surdos Línguas de Sinais, Tradução e Direitos Humanos*. BENTES, A.; ALBANO, A. H. de O.; AZERÊDO, A. C. [Org.]. Santarém, Pará: Ufopa, 2023. 218 p. Disponível em: https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/bitstream/123456789/987/1/Livro_MigrantesSurdos.pdf.

DALL`ALBA, Carilissa. *Movimentos Surdos e Educação: Negociação da Cultura Surda*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

FIGUEIRA, Mariana Pereira Castro. *Comunidade surda da fronteira, experiência “compartida”*. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/7285?show=full>.

GARCÈZ, Regiane Lucas. Nada sobre nós, sem nós. Um ato político e Cultural. *Revista da FENEIS*. N° 44, Junho-Agosto

de 2011. p. 8-15. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/ca4a8b_d0d2043c0a364f22a11dc9103ffa5637.pdf>.

GRIMSON, Alejandro. Disputas sobre las fronteras. *In: Border theory: the limits of cultural politics*. Barcelona: Editorial Gedisa S.A, 2003. 13-23 p.

HAMEL, Rainer Enrique (1995). Derechos lingüísticos como derechos humanos: debates y perspectivas. *Alteridades*, 5 (10). pp.11-23. Disponível em: <<http://www.hamel.com.mx/Archivos-Publicaciones/1995d%20Derechos%20linguisticos%20como%20derechos%20humanos%20Debates%20y%20perspectivas.pdf>>.

IBGE. *PNS 2019*: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Disponível em: <[KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia#:~:text=2%2C3%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas%20tinham%20defici%C3%Aancia%20auditiva&text=Em%202019%2C%20havia%2031%20mil,3%25)%20tinham%20defici%C3%Aancia%20auditiva.>>.</p></div><div data-bbox=)

MAZACOTTE, Andréa Carolina Bernal. *História de vida de uma professora surda e sua prática*. 2018. 161 p. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2018.

PASIAN, Mara Silvia; ROCHA, Renato Martins da. 20 anos do Reconhecimento da Libras: o que aconteceu na educação das pessoas surdas?. *In: Scielo Preprints*, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4436>.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAMAIN, Etienne. *Gregory Baateson: Rumo a uma epistemologia da comunicação*. *Ciberlegenda* n. 05 (2001). Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36780/21355>.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. *Geografía política*. Madrid: Editorial Síntesis, 1992. 224 p.

SILVA, Cesar Augusto de Assis. *Cultura surda* (recurso eletrônico): agentes religiosos e a construção de uma identidade. 2 ed reimpr. São Paulo: Terceiro Nome, 2019.

SILVA, Diná Souza da. *Inventário de línguas de sinais emergentes encontradas no Brasil: o caso da Cena (Jaicós ? PI) e da língua de sinais de Caiçara (Várzea Alegre? CE)*. 2021. 268f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229358>.

STURZA, Eliana Rosa. *Línguas de fronteiras e políticas de línguas: uma história das ideias linguísticas*. 2006. 168 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em:

<<https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=491855>>.

STURZA, Eliane Rosa. Línguas de Fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. *Ciência e Cultura*, São Paulo, p. 47-50, 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200021>.

Capítulo 6

Partidos políticos e a cultura do machismo: o caso STF

Julia G. N. Munhoz²⁴

Pedro Pinto de Oliveira²⁵

Introdução

Em um país como o Brasil, marcado por um cenário contemporâneo de polarização ideológica que perpassa relações pessoais, as indicações dos presidentes da República para vagas de ministros ou ministras no Supremo Tribunal Federal (STF) ganham a atenção dos eleitores e são motivos de debate político partidário, que não se restringe apenas aos detentores de cargos políticos.

²⁴ Jornalista. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, bacharel em Direito, mestra em Cultura Contemporânea e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (PPGECCO) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora na Faculdade Fasipe Cuiabá. Pesquisadora colaboradora do Grupo de Pesquisa Multimundos. Cuiabá-MT, Brasil. juliamunhozz@hotmail.com.

²⁵ Jornalista. Doutor em Comunicação pela UFMG. Pós-doutorado em Comunicação e Artes na UBI/Portugal. Professor e pesquisador associado ao ECCO/UFMT e PPGCOM/UFMT. Membro do GT de Comunicação e Política e do GT Públicos e Audiências da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM) e do GT Teorias e Métodos de Investigação em Comunicação da Associação Espanhola de Investigação em Comunicação (AE-IC). É editor da seção de Comunicação, Cultura e Ciência do site pnbonline.com.br. Pesquisador coordenador do Grupo de Pesquisa Multimundos. ppo@terra.com.br

Chamado de 'guardião da Constituição', o Supremo Tribunal Federal é formado por onze ministros ou ministras, sendo que entre as exigências previstas na própria Constituição Federal, é necessário ser brasileiro nato, com mais de 35 anos e menos de 70 anos de idade, possuir notável saber jurídico e reputação ilibada, sendo nomeado pelo Presidente da República, após aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Atualmente, a maior instância do Poder Judiciário é composta por dez homens e apenas uma mulher. Neste contexto, as recentes indicações do atual presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva – filiado ao Partido dos Trabalhadores - e do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro – filiado ao Partido Liberal – evidenciaram ainda mais a cultura do machismo no Brasil, que atravessa também os partidos políticos brasileiros independente de matiz ideológico.

A discussão aqui proposta é uma análise inicial e que faz parte do processo da pesquisa de doutorado que desenvolvemos no programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (PPG/ECCO) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), intitulada *“Relatos de Vida: mulheres na política em Mato Grosso”*.

Tratamos aqui, em específico, de uma análise do sexismo, valor de expressão da cultura machista que permeia a política partidária brasileira, independente do matiz

ideológico. Nosso eixo teórico, é a ideia relacional de comunicação da professora e pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Vera França. Incorporamos ainda em nossa fundamentação a Teoria Crítica de Valores com o filósofo pragmatista clássico John Dewey.

Como parte da contextualização para as noções de gênero e as relações de poder, utilizamos os conceitos da filósofa Judith Butler e da teórica feminista e crítica cultural bell hooks. Como procedimentos metodológicos neste estudo de caso, recortamos um *corpus* de análise com a *situação problemática* que envolve a escolha do senador e Ministro da Justiça para a vaga da ministra Rosa Weber no Supremo Tribunal Federal (STF).

Nossa problematização é contextualizada pelas seguintes perguntas condutoras: *Como* a maquinaria partidária brasileira pode ser vista no contexto mediático em relação às indicações para vaga no Supremo Tribunal Federal? *Como* os partidos políticos se posicionam quanto à ausência de indicação de mulheres e principalmente de mulheres negras? Quais valores são acionados nos fatos em questão?

A proposta é apreender e refletir sobre a comunicação política dos partidos, controlados em sua maioria por homens, dando a ver o hiato entre intenção e gesto: no papel, o ideário partidário quase sempre fala em igualdade, mas na

prática, a realidade é a reafirmação de valores de uma cultura machista brasileira.

Cem anos do 'supremo' masculino

A presença feminina em uma das onze cadeiras do Supremo Tribunal Federal só passou a existir após 109 anos de existência da Corte. A instalação do STF em fevereiro de 1891 marcou o início do período republicano no Brasil, mas ao longo do século 20, as composições do tribunal foram predominantemente masculinas com mais de 170 ministros. Contudo, a presença de ministras nesse cenário é notadamente reduzida, com apenas três mulheres, nenhuma delas negra, ocupando o cargo de ministra durante esse período.

A primeira mulher a ocupar a cadeira de ministra do Supremo Tribunal Federal foi indicada em dezembro de 2000, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso nomeou a magistrada Ellen Gracie. Em 2006, Ellen Gracie fez história ao tornar-se a primeira mulher a presidir o Supremo. Desde então, a segunda mulher a compor o Supremo foi a ministra Cármen Lúcia, indicada por Luiz Inácio Lula da Silva em 2006. Ela presidiu a Corte entre 2016 e 2018.

Rosa Weber, indicada em 2011 pela presidente Dilma Rousseff, tornou-se a terceira mulher a ocupar uma cadeira de ministra. Apesar da ascensão à presidência do Supremo

em setembro do ano passado ser considerada um marco importante, a persistência do desequilíbrio evidente de gênero destaca a necessidade contínua de esforços para promover uma representação mais equitativa e diversificada no âmbito do STF e em instituições similares, por exemplo, também, nas Cortes do Poder Judiciário nos estados.

Recentemente, a discussão sobre a representatividade de gênero ganhou destaque devido à aposentadoria da ministra Rosa Weber. O sucessor indicado pelo presidente Lula e aprovado pelo Senado Federal foi o senador e ministro da Justiça, Flavio Dino. Com isso, a partir de fevereiro de 2024, o Supremo continuará com a composição recente: dez ministros homens e contará contando apenas com uma representante feminina, Cármen Lúcia.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfrentou pressões de diversos setores da sociedade, política partidária e até de membros do Judiciário para indicar uma ministra mulher. Apesar de uma vigorosa campanha em prol da indicação de uma mulher negra, Lula afirmou categoricamente que a cor da pele e o gênero não foram critérios determinantes para sua decisão, desconsiderando na prática questões raciais e de reconhecimento das mulheres naquela instância de poder.

A reverberação dessa decisão transcende as fronteiras nacionais. Por exemplo, impacta o posicionamento do Brasil no ranking de participação feminina em Supremos da

América Latina e Caribe. Segundo levantamento da BBC News Brasil²⁶, baseado em informações das Nações Unidas e dos governos locais, o país cai três posições nesse ranking, ressaltando a necessidade de atenção e ação em relação à representatividade de gênero em instâncias judiciais de alto escalão.

A decisão de Lula em escolher um homem e ignorar a pressão de ativistas e de segmentos políticos para indicação de uma mulher negra não apenas molda o perfil da mais alta instância judicial do país, mas também ecoa na percepção da sociedade sobre a importância da representatividade, diversidade e igualdade racial e de gênero em cargos de poder.

O impacto desse cenário vai além das fronteiras nacionais, refletindo nas relações do Brasil com outras nações e organismos internacionais que enfatizam a importância da diversidade e representatividade. A posição menos igualitária na região ressalta a urgência de atenção às políticas de nomeação e aos esforços para garantir uma maior participação de mulheres em cargos-chave.

A cultura e os valores nas atividades humanas

A cultura, para Néstor García Canclini (1997), não se apresenta como uma totalidade fixa na vida social, mas sim

²⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy7115lnelqo>

como um conjunto de processos em constante transformação. Desta forma, ela permeia todas as práticas sociais, conferindo-lhes significado e exercendo influência na moldagem das interações dentro da sociedade. A abordagem de Canclini destaca a natureza mutável e adaptativa da cultura, rejeitando definições estáticas que não capturam sua complexidade e dinâmica.

John Dewey (2009), ao explorar a valoração na conduta humana, argumenta que valores desempenham um papel central em todas as atividades humanas, incluindo aquelas relacionadas à esfera política. A lógica *deweyana* refuta dualismos e considera que a valoração não é apenas um componente periférico da conduta, mas sim um elemento crítico e indispensável na formação de novos desejos e interesses. A interconexão entre valores, conhecimento do passado e cultura é essencial para compreender como as ações humanas são impregnadas de significado e direcionadas por avaliações contínuas. De acordo com Dewey (2009), a conduta humana parece ser influenciada, se não determinada, por fatores que se manifestam através de noções como "bom/mau", "certo/errado", "admirável/horrível" e similares. Ele sugere que qualquer comportamento que não seja meramente impulsivo ou rotineiro parece incorporar avaliações.

Vera França (2001) oferece uma perspectiva enriquecedora sobre o caráter operacional da comunicação

ao destacar o processo de compartilhamento de sentidos entre sujeitos/interlocutores. A autora ressalta que esse compartilhamento ocorre por meio do discurso, considerado como uma materialidade simbólica, dentro de um contexto social, político e cultural específico. A reflexão de França incide sobre o instante em que a cultura, os valores, desejos e as fragilidades presentes na vida social ganham forma. A reflexão de França (2001) aborda o instante efêmero em que elementos culturais, valores, desejos e fragilidades presentes na vida social e na existência concreta das pessoas adquirem formas específicas, são renovados, alterados e, na condição de representações, são reapropriados, transformando-se em padrões, ressurgindo como novas imagens, influenciando comportamentos e corpos, e assim por diante.

Nessa perspectiva, Dewey propõe uma visão alargada da comunicação, vendo-a como simultaneamente instrumental e final. No aspecto instrumental, a comunicação atua como uma ferramenta libertadora das pressões dos eventos, possibilitando a coexistência significativa em um mundo complexo. No aspecto final, a comunicação é o meio pelo qual objetos e ideias específicos são compartilhados na comunidade, resultando na ampliação, no aprofundamento e na consolidação de significados. Nessa perspectiva, a comunicação não é apenas um meio de transmissão de informações, mas um processo que contribui ativamente para a construção e partilha de

significados. Dewey (1974) argumenta que a instrumentalidade é crucial, pois nos liberta da pressão dos eventos que, de outra forma, seriam irresistíveis, permitindo-nos viver em um mundo onde as coisas têm significado. Ele sugere que a instrumentalidade é também final, pois implica compartilhar objetos e habilidades específicas dentro de uma comunidade, promovendo uma ampliação, aprofundamento e consolidação dos significados por meio da participação.

Sob a ótica do instrumentalismo de Dewey, a democracia não é apenas um sistema político, mas uma forma de vida partilhada na e pela comunicação, de associação na qual os valores se desenvolvem em cooperação. Essa ideia da filosofia pragmatista aplicada à igualdade de gênero amplia a compreensão da democracia, destacando sua dimensão ético-política, o que enfatiza a importância da comunicação na promoção da igualdade.

Convergências e desafios na luta pela igualdade de gênero

Segundo hooks (2019, p. 131), “na sociedade atual, o poder normalmente é equiparado à dominação e ao controle sobre pessoas e coisas”, sendo necessário fazer uma distinção entre o poder de dominação sobre o outro e o poder criativo. Para a autora, assim como os diferentes tipos de feminismo – feminismo burguês, feminismo radical, feminismo negro – é preciso considerar as diferentes perspectivas sobre poder. O

objetivo central é que as mulheres acendam ao poder na estrutura social, sem se tornarem opressoras de outras pessoas.

hooks (2019, p. 133) parte da perspectiva de que “no âmbito da estrutura social existente, é impossível que as mulheres partilhem muito do poder sem comprometer a luta para acabar com a opressão sexista”, ou seja, trata-se de compreender a necessidade de uma visão abrangente das complexidades e interconexões envolvidas na luta pela igualdade de gênero, reconhecendo a importância de abordar questões não apenas de gênero, mas também relacionadas a outras formas de discriminação.

O que hooks aponta é para o conceito de feminismo, como um movimento que busca acabar com a opressão sexista, na busca por mudanças sociais. Ao propor essa inter-relação entre sexo, raça e opressão de classe, a autora destaca a compreensão de que as formas de opressão estão interconectadas e não devem ser consideradas isoladamente.

É a partir dessa abordagem interseccional do feminismo, considerando não apenas as questões de gênero, mas também como elas se entrelaçam com raça, classe social e outras formas de opressão, que a obra de hooks situa a importância de abordar as experiências das mulheres, levando em consideração a totalidade de suas identidades. Em uma perspectiva pragmatista, a autora propõe uma visão

alargada para o movimento feminista acessível a todas as mulheres, independente de sua origem ou identidade.

Do pensamento da filósofa Judith Butler, recorreremos à sua teoria da performatividade de gênero. Ela defende que o gênero não é uma característica inata, mas sim uma sucessão de comportamentos repetidos e estilizados. Butler é contrária à ideia de gênero como um conceito isolado. Na perspectiva da autora, é uma construção cultural em constante transformação através do tempo.

Ao abordar os diversos desafios relacionados ao gênero, Butler também amplia a ideia de como os discursos de ódio se transformam em injúrias capazes de modificar o status social de um indivíduo e reflete sobre a abordagem política adotada por grupos extremistas. Para a filósofa, é preciso uma ampla reflexão sobre as diversas maneiras pelas quais as ações políticas contemporâneas podem ser consideradas performativas.

Em síntese, as reflexões de bell hooks e Judith Butler convergem para uma compreensão profunda e interligada das complexidades inerentes à luta pela igualdade de gênero. Hooks destaca a necessidade de distinguir entre o poder de dominação e um poder mais criativo, reconhecendo a diversidade de perspectivas dentro do feminismo e a importância de abordar as interseções entre gênero, raça e classe.

Por outro lado, Butler desafia concepções estáticas de gênero, propondo a performatividade como uma lente para compreender como as ações políticas contemporâneas moldam e transformam as identidades de gênero. Ela destaca os perigos dos discursos de ódio e a necessidade de uma reflexão abrangente sobre as diversas formas pelas quais a política pode ser performativa.

A maquinaria partidária brasileira e a indicação de mais um homem

Em artigo apresentado no Congresso da *International Association for Media and Communication Research (IAMCR)* na cidade de Lyon (França) em julho deste ano, intitulado “*Mulheres na política partidária em Mato Grosso e a cultura do machismo*”, também como análise preliminar do projeto de pesquisa que desenvolvemos no doutoramento no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), situamos como funciona a maquinaria partidária brasileira no que se refere o matiz ideológico das 31 siglas que hoje compõem o sistema partidário brasileiro.

Ao propormos um olhar alargado para os partidos, observamos o quão frágil e fragmentado é o sistema partidário brasileiro. A quantidade de partidos não reflete a força da democracia, mas a própria fragilidade do sistema

partidário. Outro ponto de destaque foi a ausência de partido que se assuma de extrema direita e a forma como o movimento que nominamos de “Movimento Bolsonarista de Extrema Direita” atravessa as legendas de centro à direita, denotando uma característica relevante e peculiar do quadro partidário brasileiro. A ideologia da extrema direita mobiliza, portanto, quadros de diferentes partidos.

Relacionamos o contexto contemporâneo da cultura política no Brasil ao conceito de “mercado eleitoral” (Norris, 2009). A autora destaca que os partidos políticos servem para a eleição, para cumprir a legislação e para a divisão de poder político, mas não são espaços de representatividade para as mulheres, os negros, indígenas e outras minorias.

Ao angularmos o Movimento Bolsonarista de Extrema Direita como um movimento transpartidário, o qual atravessa os partidos, ao invés de suprapartidário, a fim de não dar a conotação de que está acima, observamos a dinâmica transpartidária do mercado eleitoral brasileiro nas indicações para ministros do Supremo Tribunal Federal.

De outro lado, no campo da esquerda, a mais recente aprovada pelo Senado Federal foi a indicação do ex-juiz federal, ex-governador e senador e ministro da Justiça do Governo Lula, Flávio Dino. Apesar da pressão de movimentos sociais, movimentos feministas, movimento negro, movimentos sindicais, juristas e partidos políticos da própria esquerda democrática para que o presidente da República,

Luiz Inácio Lula da Silva, através da campanha “Queremos uma Ministra Negra no STF”²⁷, o mandatário descartou os valores de gênero e raça para a escolha. “O critério não será mais esse” (Lula, 2023).

Ao ignorar critérios como gênero e raça, o presidente Lula expõe como funciona a maquinaria partidária brasileira no contexto da cultura machista, no que se refere ao acesso aos espaços de poder, e amplia a tensão no debate posto ao descumprir um dos compromissos feitos em sua campanha eleitoral para o terceiro mandato de garantir mais equidade de gênero.

Não diferente do previsto, a indicação de Flávio Dino gerou também reação dos partidos de direita e principalmente do Movimento Bolsonaro de Extrema Direita. Logo, mesmo se rendendo ao perfil conservador e ignorando a indicação de uma mulher ao Supremo Tribunal Federal, o que vale é o interesse do movimento. E, neste caso, o incômodo dos opositores não estava no fato de o presidente ignorar a promessa de campanha, mas sim porque a escolha de Flávio Dino representa escolher, como definiu o líder da oposição no Senado, senador Rogério Marinho (2023)²⁸, “um nome tão intrinsecamente ligado a um espectro político ideológico”. Rogério Marinho é do Rio Grande do Norte,

²⁷ <https://www.intercept.com.br/2023/10/05/lula-sera-lembrado-por-nao-indicar-uma-mulher-negra-ao-stf/>

²⁸ <https://www.metropoles.com/brasil/lula-flavio-dino-stf>

filiado ao Partido Liberal, que tem como principal líder o ex-presidente da República Jair Bolsonaro.

Para além da mobilização dos opositores e dos movimentos sociais, parlamentares filiadas a partidos de esquerda também se mobilizaram pela indicação de uma mulher negra para a vaga da ministra Rosa Weber no Supremo. Em carta enviada ao presidente Lula, as deputadas destacaram que “a escolha por uma mulher negra ao cargo de ministra da Suprema Corte representa um avanço político-social crucial e confirmaria o compromisso deste governo com a igualdade, inclusão e a diversidade”²⁹.

Em que pese todas as cobranças e pedidos, a indicação de Flávio Dino recebeu apoio de lideranças de partidos políticos de diferentes matizes ideológicos. O novo ministro do STF foi aprovado com 47 votos a favor e 31 contra³⁰. Ainda que secreta a votação, alguns parlamentares se manifestaram publicamente, a exemplo das senadoras Jussara Lima (PSD-PI) - Zenaide Maia (PSD-RN) que votaram favoráveis a indicação de Flávio Dino. Ou como os senadores Plínio Valério e Izalci Lucas, ambos do PSDB do Amazonas que foram contrários e outros que optaram por não se manifestarem.

²⁹ <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/deputadas-de-esquerda-pedem-a-lula-indicacao-de-mulher-negra-ao-stf/>

³⁰ <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2023/12/15645606-placar-de-flavio-dino-confira-lista-com-votos-dos-senadores-em-indicacao-de-dino-ao-stf.html>

Um dos casos emblemáticos da votação, que mostra como funciona a maquiaria partidária, envolveu o ex-juiz federal e senador Sérgio Moro, filiado ao Podemos, partido de direita, e ex-ministro da Justiça do ex-presidente Bolsonaro, responsável pela prisão do presidente Lula no âmbito da Operação Lava Jato. Sérgio Moro não se manifestou publicamente, mas foi flagrado pela imprensa³¹ sendo orientado a não se manifestar publicamente. O caso repercutiu também nas redes sociais e membros do Movimento Bolsonaro de Extrema Direita passaram então a classificar o ex-juiz como traidor e que a conversa seria uma prova de que Sérgio Moro votou favorável a indicação de Flávio Dino ao Supremo Tribunal Federal.

Apontamentos finais

Diante do cenário político detalhado neste artigo, emerge uma problemática complexa sobre o sistema partidário brasileiro. A fragilidade e fragmentação evidenciadas das siglas que compõem o panorama partidário revelam, em desdobramento, um contexto propenso à ausência de representatividade para mulheres, negros, indígenas e outras minorias.

³¹ <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/12/13/moro-recebe-mensagens-apos-aprovacao-de-dino-nao-pode-ter-video-de-voce-falando-que-votou-a-favor-e-deltan-desesperado-leia.ghtml>

A abordagem do "Movimento Bolsonarista de Extrema Direita" como uma força transpartidária, capaz de operar a partir de dentro de várias legendas, ressalta a singularidade desse movimento no contexto político nacional. A reação dos opositores indica como as decisões políticas, mesmo quando confrontam promessas de campanha, são moldadas pelos imperativos ideológicos e partidários em detrimento da equidade tão necessárias para fortalecer a democracia brasileira.

A maquinaria partidária brasileira desempenha um papel crucial no contexto mediático em relação às indicações para vagas no Supremo Tribunal Federal (STF). O processo de escolha é frequentemente permeado por estratégias partidárias que visam a consolidação de poder e a manutenção de alianças políticas. A falta de indicação de mulheres, especialmente mulheres negras, reflete a persistência de desigualdades de gênero e raça dentro da estrutura dos poderes no Brasil.

Os partidos políticos, por sua vez, têm se posicionado de maneiras diversas diante dessa ausência, refletindo valores, princípios e agendas próprias. A discussão sobre a representatividade no STF muitas vezes evoca valores fundamentais como igualdade, diversidade e justiça social. Entretanto, mostrando o hiato entre intenção e gesto, a ausência de ações efetivas para alterar essa realidade destaca desafios estruturais e valores arraigados, como a resistência à

mudança e a preservação de estruturas de poder tradicionais.

É possível observar a interação complexa entre interesses partidários, valores políticos e as demandas por uma representação mais equitativa e diversificada no âmbito judicial, o que, por fim, evidencia as tensões subjacentes à concretização de valores democráticos mais inclusivos no sistema político brasileiro.

Referências

CANCLINI, Néstor Garcia. *Diferentes, Desiguais e Desconectados mapa da interculturalidade*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. p.45-46.

DEWEY, John. *A valoração nas ciências humanas*. Campinas (SP): Autores Associados, 2009.

DEWEY, John. *Experience and Nature*. New York: Dover Publications, Inc., 1958.

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? *Periódicos UFF*, n.05 (2001): Edição Especial.

HOOKS, b. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

OLIVEIRA, Pedro P. A “ideia plana” e a repulsa ao Outro: o caso Bolsonaro(s). *Revista Mediapolis*, Portugal, [2021]. No prelo.

Sobre os Organizadores

Júlio César Suzuki

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo, mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. E-mail: jcsuzuki@usp.br
ORCID [https:// orcid.org/0000-0001-7499-3242](https://orcid.org/0000-0001-7499-3242)

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina - PROLAM/USP. Mestre em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Jornalista, formada pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero. Bacharel em Administração e em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Senac SP. Pós-doutorados: 1) FEA-USP, Departamento de Administração (2015-2017). 2) FEA-USP, Departamento de Economia (2019-2022). Na USP: Professora e orientadora de Mestrado e Doutorado - Prolam-USP, desde jan.2021. Pesquisadora no CORS - Center for Organization Studies e no NESPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Internacional, Estudos Internacionais e Políticas Comparadas, ambos da FEA-USP. Pesquisadora no GP--CNPq Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina, do Instituto de Psicologia-USP e no CRIACOMC (ECA-USP); Pesquisadora na Cátedra José Bonifácio - IR-USP. Presidente adjunta para o Brasil e Chefe de Relações Internacionais do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica. Avaliadora ad hoc de cursos - Basis – INEP-MEC. Avaliadora de premiações na área pública. Na Área Acadêmica, desde 1998 desenvolve projetos de Credenciamento Internacional, Auto Avaliação Institucional, Implantação de Sistemas Educacionais, Assessoria Acadêmica - Apoio à Pesquisa. E-mail: ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

Benedito Dielcio Moreira

Pesquisador Associado, professor do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Ciências da Comunicação (USP) e Doutor em Educação pela Universität Siegen, Alemanha. É líder do Grupo de pesquisa Multimundos (Multimundos.org). Temas de interesse: ensaios audiovisuais, cultura científica e educomunicação. E-mail: dielcio.moreira@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9947-5353>

Denise Rosana Silva Moraes

Doutora pela Universidade Estadual de Maringá -UEM (2013). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE- campus de Foz do Iguaçu/PR. (2014-2018). Atualmente é professora Sênior do Programa. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas de Avaliação, Mídias e Formação de Professores (PAMFOR) cadastrado no CNPq. Pesquisa Mídia e Formação de Professores e Professoras. Universidade e Escola. E-mail denisepedagoga@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2991-0214>.

Sobre os Autores

Alexandre Torrezan

Mestre em comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, Bacharel em Ciência da Computação pela Escola de Engenharia de Piracicaba - EEP, Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (PPGECCO) na Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso e Professor IFMT Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva.

Ana Carolina Neumann Barbiero

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, e Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), ana.barbiero@hotmail.com

Antônio Luiz do Nascimento

Graduado no Curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (1991), mestrado em Educação Pública pelo PPGE-Edu/IE-UFMT (1998), qualificado (tese não deferida), pelo doutorado Fundamentos da Educação do PPGE-Ed/UFSCar (2007). Atualmente, cursa doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea - PPGECCO/FCA-UFMT (2023) e professor assistente no Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação DTFE/IE-UFMT.

Ariana Carla Figueira da Silva

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, Tecnóloga em Teatro pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e Bacharela em Administração pela Faculdade de Tecnologia e Ciências do Alto Paranaíba – FATAP, Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (PPGECCO) na Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso e Assessora Educacional na Secretaria de Educação do município de Várzea Grande.

Benedito Dielcio Moreira

Pesquisador Associado, professor do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Ciências da Comunicação (USP) e Doutor em Educação pela Universität Siegen, Alemanha. É líder do Grupo de pesquisa Multimundos (Multimundos.org). Temas de interesse: ensaios audiovisuais, cultura científica e educomunicação. E-mail: dielcio.moreira@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9947-5353>

Eduardo Augusto Carreiro

Início do Doutorado em 2021 pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências da Motricidade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). Pós graduado/Especialização em Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de São Paulo/UAB (2019), Administração de Empresas pela FAAP/SP (2006). e Programa de Desenvolvimento de Lideranças na Fundação Dom Cabral (2017). Graduação em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (1994) Profissionalmente atua como Diretor da Faculdade SESI SP de Educação e Diretor da Escola de Aplicação do SESI da Vila Leopoldina e docente convidado de cursos de pós-graduação. Tem experiência na área de Gestão Escolar e Gestão Universitária.

Enaide Severo de Araujo

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Mestre em Ensino Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: enaidesevero@escola.pr.gov.br.

Julia G. N. Munhoz

Jornalista. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, bacharel em Direito, mestra em Cultura Contemporânea e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (PPGECCO) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora na Faculdade Fasipe Cuiabá. Pesquisadora colaboradora do Grupo de Pesquisa Multimundos. Cuiabá-MT, Brasil. juliamunhozz@hotmail.com.

Júlio César Suzuki

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo, mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. E-mail: jcsuzuki@usp.br
ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>

Laura Marisa Carnielo Calejon

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo e Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da USP. Atualmente é pesquisadora convidada do Laboratório de Formação Docente do Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação (CEPEED), na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul; pesquisadora participante no Laboratório de Educação e Desenvolvimento Humano (LEDEP) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Sociedade e Políticas Públicas: concepções da teoria histórico-cultural (GEPESPP - USP). Organizadora e Coordenadora do Centro de Desenvolvimento Pessoal e Profissional (CEDEPP). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, formação de professores, atuando principalmente nos seguintes temas: aprendizagem, avaliação e diagnóstico de dificuldades nos processos de escolarização, orientação de pais e formação de educadores.

Michele Siu Mui Yu Fernandes

Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Culturas e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-PPGSCF/UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu. Graduada em Direito pela Universidade Estadual do

Oeste do Paraná-UNIOESTE – Campus Foz do Iguaçu. Especialista em Reformas Processuais, Direito Processual Penal e Direito Previdenciário. É membro do Grupo de Pesquisa: Estudos Interdisciplinares: Políticas Linguísticas, diversidade e fronteiras. Trabalha com pesquisas voltadas à Comunidade Surda em Foz do Iguaçu com o foco na inclusão social. Advogada pela OAB-PR. Endereço eletrônico: <michele.yu2608@gmail.com>. ORCID ID: 0009-0004-4577-9844.

Miranilde Oliveira Neves

É Doutora em Educação e professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Castanhal, ministrando aulas nos ensinamentos básico, técnico, tecnológico e na pós-graduação lato e stricto sensu. Atua, principalmente, nos seguintes temas: Educação do Campo, Linguagens, Práticas Educacionais e Formação de Professores.

Oswaldo Vaz Furtado

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteira, e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA); email: vazfurtado1993@gmail.co

Pedro Pinto de Oliveira

Jornalista. Doutor em Comunicação pela UFMG. Pós-doutorado em Comunicação e Artes na UBI/Portugal. Professor e pesquisador associado ao ECCO/UFMT e PPGCOM/UFMT. Membro do GT de Comunicação e Política e do GT Públicos e Audiências da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM) e do GT Teorias e Métodos de Investigação em Comunicação da Associação Espanhola de Investigação em Comunicação (AE-IC). É editor da seção de Comunicação, Cultura e Ciência do site pnbonline.com.br. Pesquisador coordenador do Grupo de Pesquisa Multimundos. ppo@terra.com.br

Sulamita Oliveira Simões

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – PPGICAL/UNILA. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima – PPGSOF/UFRR. Advogada pela OAB-PR. É membro do Grupo de Pesquisa NEIAM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Amazônia), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), dando ênfase aos estudos em políticas públicas fiscais para as cidades-gêmeas da fronteira brasileira. Trabalha como voluntária na Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu-PR, como parte do projeto de extensão da Cátedra Sérgio Vieira de Melo-CSVM/UNILA.

Endereço eletrônico: <sulamita.adv@gmail.com>. ORCID ID: 0009-0001-2878-9512.

Valdir Gregory

Professor Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (1997). Fez pós-doutorado em História na Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor aposentado e professor Sênior do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras mestrado e doutorado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Wesley Sampaio da Silva

Possui graduação em Matemática, especialização, em Direito Administrativo e atualmente é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares - PPDRGEA/IFPA.

